



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**ELIZETE DIAS DA SILVA**

**POVO BOM DA CANCELA - IDENTIDADE E AFRODESCENDÊNCIA: O QUE A  
ESCOLA TEM COM ISSO?**

**TERESINA**

**2012**

**ELIZETE DIAS DA SILVA**

**POVO BOM DA CANCELA- IDENTIDADE E AFRODESCENDÊNCIA: O QUE A  
ESCOLA TEM COM ISSO?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado Acadêmico em Educação, vinculada à Linha de pesquisa Educação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí, como exigência parcial e obrigatória para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador:  
Ph.D. FRANCIS MUSA BOAKARI

**TERESINA**

**2012**

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco  
Serviço de Processamento Técnico

S586p

Silva, Elizete Dias da

Povo bom da cancela - identidade e afrodescendência: o que a escola tem com isso?/Elizete Dias da Silva. – 2012.  
133f.

Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

Orientação: Profº. Ph. D. Francis Musa Boakari

1. Afrodescendentes. 2. Relações Etnicorraciais.  
3. Educação. 4. Identidade. I. Título.

CDD: 981.64

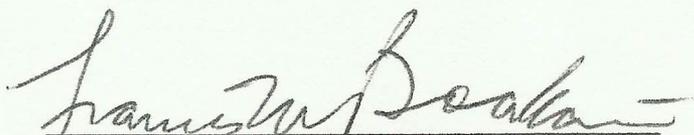
**ELIZETE DIAS DA SILVA**

**POVO BOM DA CANCELA – IDENTIDADE E AFRODESCENDÊNCIA: O QUE A ESCOLA TEM COM ISSO?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado Acadêmico em Educação, vinculada à Linha de pesquisa Educação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí, como exigência parcial e obrigatória para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a avaliação da seguinte banca examinadora:

Aprovação em,

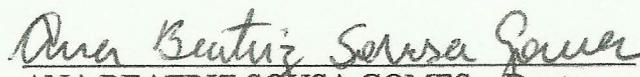
Teresina, 09/03/2012



FRANCIS MUSA BOAKARI – Ph.D  
(UFPI – CCE) – Orientador



SOLIMAR OLIVEIRA LIMA – DOUTOR  
(UFPI – CCHL)



ANA BEATRIZ SOUSA GOMES – Doutora  
(UFPI – CCE)



JOÃO EVANGELISTA DAS NEVES ARAUJO  
Doutor – (UFPI – CCE)

Ao meu pai, Luiz Dias, (em memória).  
Gratidão pelo exemplo de trabalho e honestidade.

## Gratidão

Obrigada Senhor por teu amor incondicional; obrigada por ter me conduzido até aqui e por ter me concedido a graça necessária para vencer mais uma etapa na vida. A ti o louvor, honra e glória para sempre! Amém.

Agradeço ao padre José Adalberto Vanzella pela sua generosidade para comigo. Deus lhe pague!

Gratidão e admiração ao professor doutor Francis Musa Boakari pela generosidade, paciência, incentivo, amizade, confiança e por acreditar em milagre!

Gratidão às minhas coirmãs, Maria Neuma Medrado da Silva e Ana Cristina Bernardes Sousa, pelo apoio incondicional, amizade e soroternura. Muitas vezes assumiram os compromissos no meu lugar.

Gratidão à minha família pelo apoio, incentivo e confiança.

Ao Povo Bom da Cancela minha gratidão e respeito; grata pela amizade e generosidade com que me abriram as casas e suas vidas para ajudarem na construção dessa pesquisa. Aos antepassados da Comunidade, homens e mulheres anônimos que deixaram o legado da fé, da alegria de reunir a família e amigos para festejar o Divino e Nossa Senhora do Carmo, o meu respeito. Às crianças, adolescentes, jovens, adultos e pessoas idosas de hoje o incentivo para cultivarem a tradição e conquistarem uma identidade forte em que o passado seja alicerce para um futuro iluminado pela alegria de ser o que se é.

Às companheiras do grupo Asterisco pela amizade e cumplicidade.

Agradeço as pessoas amigas que de longe ou de perto acreditaram e incentivaram a prosseguir, mesmo quando era escuro, lembrando-me que o canto faz o sol nascer!

Às companheiras e companheiro da Diretoria e Assessoria da CRB Teresina meu agradecimento por terem compartilhado o trabalho de animação da Vida Religiosa e, assim, ajudado a realizar este sonho.

Às companheiras e companheiros da turma 18ª do Mestrado em Educação por compartilharem do desejo e sonho do caminho com teimosia de chegar ao fim!

Agradeço a CAPES por favorecer, por parte do período, condições econômicas para concretizar este estudo.

Grata, gratíssima!

Em nome do Deus de todos os nomes  
-Javé  
Obatalá  
Olorum  
Oió.

Em nome do Deus, que a todos os Homens  
nos faz da ternura e do pó.

Em nome do Pai, que fez toda carne,  
a preta e a branca,  
vermelhas no sangue.

Em nome do Filho, Jesus nosso irmão,  
que nasceu moreno da raça de Abraão.

Em nome do Espírito Santo,  
bandeira do canto  
do negro folião.

Em nome do Deus verdadeiro  
que amou-nos primeiro  
sem dividição.

Em nome dos Três  
que são um Deus só,  
Aquele que era,  
que é,  
que será.

Em nome do Povo que espera,  
na graça da Fé,  
à voz do Xangô,  
o Quilombo-Páscoa  
que o libertará.

Em nome do Povo sempre deportado  
pelas brancas velas no exílio dos mares;  
marginalizado  
nos cais, nas favelas  
e até nos altares.

Em nome do Povo que fez seu Palmares,  
que ainda fará Palmares de novo  
-Palmares, Palmares, Palmares  
do Povo!

Texto do canto de abertura da Missa dos quilombos de Milton Nascimento, Dom Pedro Casaldáliga e Pedro Tierra.

## RESUMO

Instigados pelos primeiros contatos com a comunidade Cancela e pela resposta negativa das jovens aos convites para participarem de forma mais ativa das celebrações na Igreja Santa Teresa, também pelas manifestações de discriminação racial para com essa Comunidade, despertamo-nos para desenvolver este estudo que tem como objetivo geral investigar sobre as concepções etnicorraciais que as moradoras e moradores têm de si. Para entender a questão racial brasileira utilizamos como referencial teórico autores como André (2007), Bento (2009), Guimarães (2004), Hasenbalg (1979), Lopes (2007; 2008), Moura (1988), Munanga (2003), Risério (2007), e informações do IBGE (2010). Concebemos a educação a partir de Paulo Freire e, para a contextualização e discussões sobre as discriminações no espaço escolar, trabalhamos com Boakari (1994; 1999; 2006; 2011), Cavalleiro (2000), Cunha Jr. (2005; 2008), Silva (2011), Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana (s/d). Além das Leis brasileiras que tratam sobre a realidade racial: Constituição Federal (1988), Lei 10.639/2003; 11.645/2008; 12.288/2010. A pesquisa qualitativa, com elementos etnográficos realizada junto a oito pessoas de ambos os sexos, com idade entre 9 e 86 anos, moradoras da Cancela teve como técnicas de coleta de dados a Observação Participante em três eventos: Festa do Divino; Novena de Nossa Senhora do Carmo e a Assembleia sobre o funcionamento do Posto de Saúde Santa Teresa. Foi usada também a Entrevista não Estruturada, tendo quatro temas como guia: origem da comunidade; afrodescendência; racismo/discriminação e educação. Além do desenho com as crianças colaboradoras como forma de aproximação lúdica antes da entrevista. Os resultados indicam que a Cancela tem religiosidade forte; tem alto grau de parentesco entre seus moradores predominando dois sobrenomes com origem comum. As pessoas entrevistadas se autodeclararam negros, pardos, morenos. Elas têm ciência da discriminação de que são alvo, sendo a expressão: “nego da Cancela” a que sintetiza tal discriminação. Concebem a educação como meio para melhorar as condições de vida e, mesmo relatando episódios recorrentes de discriminação, particularmente, na escola, há pessoas que estão tendo êxito nos estudos. Concluímos que, para superação do racismo na sociedade brasileira, a escola precisa desempenhar seu papel/missão na formação das cidadãs e cidadãos brasileiros, incorporando as relações etnicorraciais no currículo e no cotidiano escolar, como as Leis indicam. Para tanto, sugerimos a adoção da Pedagogia Interétnica e a Pedagogia da Diferença.

**Palavras-chave:** Identidade. Afrodescendência. Relações Etnicorraciais. Educação.

## RÉSUMÉ

Incitée par les premiers contacts avec la communauté “Cancela” et par la réponse négative des jeunes à participer activement aux célébrations de l’Eglise de Santa Teresa, également par les manifestations de discrimination raciale à l’égard de cette communauté, réveillon nous à développer cette étude qui visant à étudier les conceptions ethnique et raciale que les résidents et les résidentes ont d’eux-mêmes. Pour comprendre la question raciale brésilienne utilisons comme référence théoriques des auteurs comme André(2007), Bento (2009), Guimarães (2004), Hasenbalg (1979), Lopes (2007, 2008), Moura (1988), Munanga (2003), Risério (2007), et de l’information de l’IBGE (2010). Concevoir de l’éducation de Paulo Freire, et de contextualiser et de discussion sur la discrimination dans l’école, nous travaillons avec Boakari (1994, 1999, 2006, 2011), Cavalleiro (2000), Cunha Jr. (2005, 2008), Silva (2011), Plan d’Action National des Lignes Directrices Ethnique et Raciale Étrangère et de l’Enseignement de la Culture et d’Histoire d’Afrique Afro Brésilienne (s/d). En plus des lois brésiennes qui traitent de la réalité raciale: Afonso Arinos (1951); CAÓ (1989); Constitution Fédérale (1988), la loi 10.639/2003; 11.645/2008; 12.288/2010. La recherche qualitative, les éléments ethnographiques menées avec huit personnes des deux sexes âgés entre 9 et 86 ans, vivant de la “Cancela” a été utilisé pour collecter les données à l’observation des participants dans les trois événements: Fête de la Divine; neuvaine de Notre Dame du Mont Carmel et de l’Assemblée sur le fonctionnement du poste de santé de Santa Teresa. Etait également utilisé une entrevue non structurée, avec quatre thèmes comme guide: l’origine de la communauté; descendance africaine; le racisme/discrimination et l’éducation . En plus de collaborer avec les enfants par des dessin comme un moyen de ludique rapprochement avant l’entrevue les résultats indiquent que la “Cancela “ a forte religiosité, a un haut degré de parenté entre ses résidents principalement deux noms de famille avec une origine commune les personnes interrogées se sont déclarées noir, marron, brun . Ils sont conscients de la discrimination qui sont ciblés, et le expression: “Noir de la Cancela“ qui synthétise une telle discrimination . Concevoir l’éducation comme un moyen d’améliorer les conditions de vie et même des rapports des épisodes récurrents de discrimination en particulier à l’école, il y a des gens qui réussissent dans leurs études. Nous concluons que, pour surmonter le racisme dans la société brésilienne, l’école doit jouer son rôle/ mission dans la formation des citoyens brésiliens et des citoyennes brésiennes, intégrant les relations ethnique et raciale dans le curriculum et dans la vie scolaire, y compris les lois indiquent. Nous envisageons l’adoption de la Pédagogie Interethnique et Pédagogie de la Différence.

**Mots-clé:** Identité. Descendance Africaine. Relations Ethnique Raciale. Education.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>NOS CAMINHOS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA</b>	<b>20</b>
<b>2.1</b>	<b>Racismo/discriminação</b>	<b>20</b>
<b>2.2</b>	<b>Educação</b>	<b>27</b>
<b>2.3</b>	<b>Negro ou afrodescendente?</b>	<b>31</b>
<b>2.4</b>	<b>Identidade</b>	<b>36</b>
<b>2.5</b>	<b>Do quilombo às comunidades negras rurais: a incessante luta</b>	<b>41</b>
<b>3</b>	<b>COMUNIDADE CANCELA – O LUGAR DA PESQUISA</b>	<b>47</b>
<b>3.1</b>	<b>Dados coletados pela Agente de Saúde</b>	<b>54</b>
<b>3.2</b>	<b>Trajatória pessoal da pesquisadora</b>	<b>57</b>
<b>4</b>	<b>ITINERÁRIO METODOLÓGICO REALIZADO</b>	<b>61</b>
<b>5</b>	<b>A RIQUEZA IMATERIAL DO POVO BOM DA CANCELA</b>	<b>69</b>
<b>5.1</b>	<b>O perscrutar a fé – Observação participante</b>	<b>70</b>
<b>5.1.1</b>	<b>Festa do Divino</b>	<b>70</b>
<b>5.1.2</b>	<b>A devoção à Mãe de Jesus sob o título de Nossa Senhora do Carmo</b>	<b>72</b>
<b>5.1.3</b>	<b>Assembleia sobre o Posto de Saúde de Santa Teresa</b>	<b>74</b>
<b>5.2</b>	<b>Conversas com as pessoas colaboradoras – Entrevistas não Estruturadas</b>	<b>77</b>
<b>5.2.1</b>	<b>Temas e conteúdos das conversas</b>	<b>78</b>
<b>5.2.1.1</b>	<b>Origens da Comunidade</b>	<b>78</b>
<b>5.2.1.2</b>	<b>Afrodescendência</b>	<b>82</b>
<b>5.2.1.3</b>	<b>Racismo/discriminação</b>	<b>85</b>
<b>5.2.1.4</b>	<b>Educação</b>	<b>88</b>
<b>6</b>	<b>DISCUSSÃO</b>	<b>92</b>
<b>6.1</b>	<b>Entre fatos e dados – reflexões</b>	<b>92</b>
<b>6.2</b>	<b>Concepções etnicorraciais que aparecem na pesquisa</b>	<b>100</b>
<b>6.3</b>	<b>Educação Escolar</b>	<b>105</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>110</b>
	<b>EPÍLOGO</b>	<b>117</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>119</b>
	<b>APÊNDICES</b>	<b>126</b>
	<b>ANEXOS</b>	<b>132</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Mulato iludido fica do teu lado, do lado do negro. Não  
faças mulato, a branca traição<sup>1</sup>.

Nosso trabalho foi realizado com a intenção de conhecer melhor uma comunidade, denominada Cancela, cuja população é de maioria afrodescendente<sup>2</sup>. Buscamos identificar as concepções étnicorraciais que permeiam a vida desses moradores. Tudo indica que Cancela é uma comunidade com propósitos socioculturais, com uma história particular; formada por indivíduos sujeitos das significações aqui apresentadas. Considerando sempre o conhecimento como meio para diversas finalidades, acreditamos que esta pesquisa também servirá como ocasião para a população da Cancela ser ouvida bem como colaborar para sua organização enquanto comunidade, através das descobertas dos seus valores. Servirá ainda como forma de conhecer suas aspirações e, conseqüentemente, sua articulação para viabilizá-las. Enfim, conhecer as experiências de vida dessas pessoas, relacionando-as com a percepção da questão racial no Brasil, a partir do lugar em que residem: zona rural de Teresina, a 30 km do centro, às margens da estrada estadual PI 113, que faz ligação entre a Capital e a cidade de José de Freitas. Estas são tarefas que movimentam este empreendimento científico

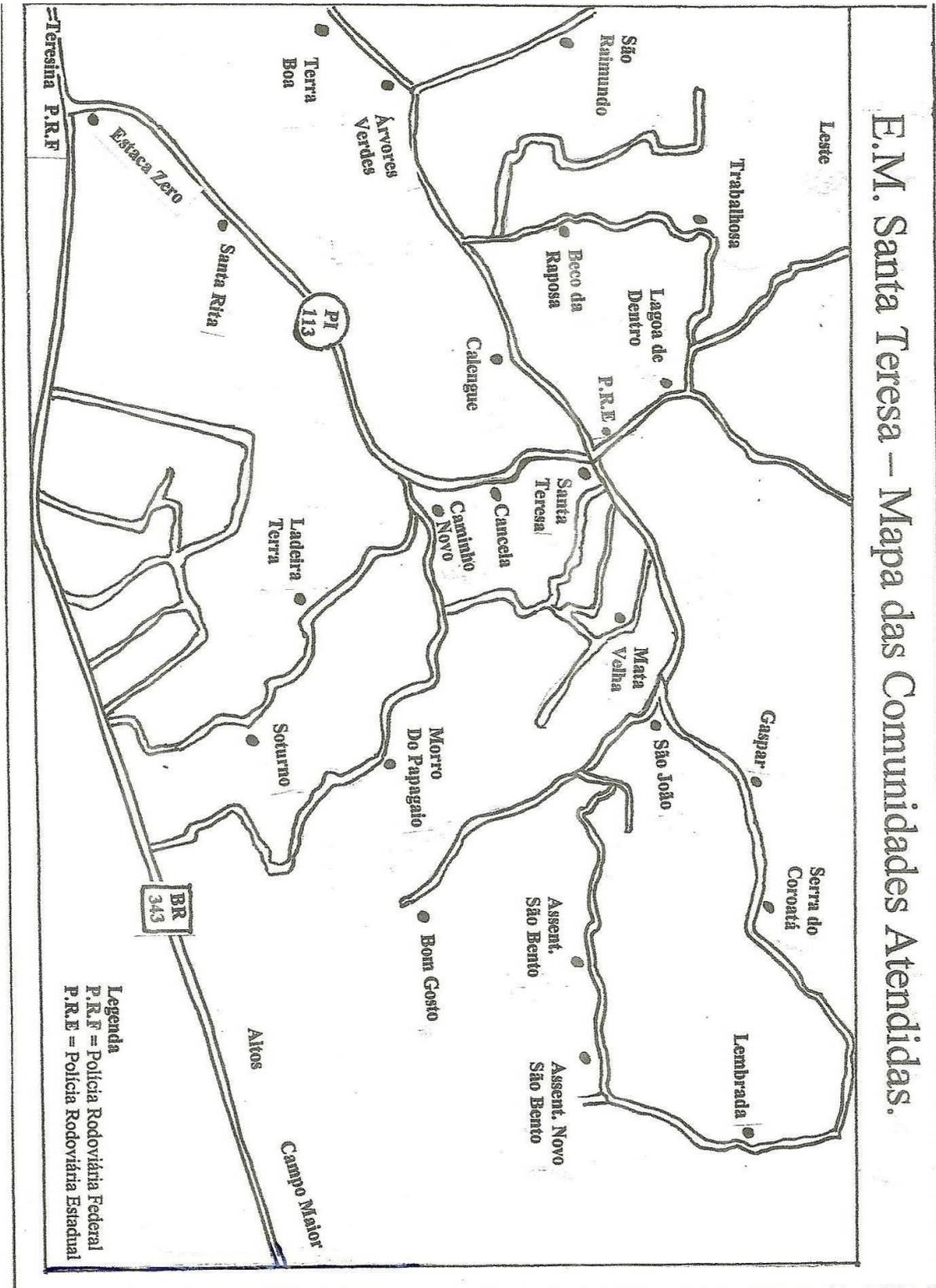
Vejamos o mapa (Figura 1, p. 10), no qual aparecem diversas comunidades que compõem a Grande Santa Teresa e que são atendidas pela Escola Municipal Santa Teresa, entre elas a Cancela, comunidade sobre a qual foi desenvolvida esta pesquisa.

---

<sup>1</sup> Trecho do Ato Penitencial da Missa dos Quilombos de Milton Nascimento, D. Pedro Casaldáliga e Pedro Tierra, 1981.

<sup>2</sup> Este conceito será mais bem discutido no decorrer deste trabalho. Entretanto, por enquanto, esclarecemos que é um convite para refletir mais criticamente sobre termos referentes às(aos) brasileiras(os) cujas(os) antepassadas(os) foram trazidas(os) da África para ajudar na construção do Brasil atual. Há necessidades históricas e contemporâneas para problematizar como membros deste segmento da população brasileira se autodenominam; as denominações atribuídas por outros indivíduos precisam ser questionadas, especialmente quando lembramos que nesta sociedade, o pertencimento étnicorracial é auto atribuído, baseando-se em características de predominância física. Afrodescendente porque se identifica como brasileira(o) descendente do continente africano em termos fenotípicos.

Figura 1: Localidades atendidas pela Escola Municipal Santa Teresa



Fonte: Mapa cedido, gentilmente, pela Diretoria da Escola Municipal Santa Teresa, 2011.

O título “Povo Bom da Cancela – Identidade e Afrodescendência: o que a escola tem com isso?” tem sua justificativa na oposição à concepção de que “tudo de ruim vem da Cancela”, que gera mal estar aos seus moradores. Queremos com essa oposição, acreditando no ser humano, afirmar a possibilidade da Cancela ser comunidade de gente de bem. Pela situação de discriminação por nós constatada e confirmada pelas pessoas entrevistadas, discorrer sobre identidade e afrodescendência, torna-se imperativo, pois investigamos sobre uma comunidade brasileira. Interrogar a escola acerca de seu papel e da sua posição frente às discriminações narradas pelos colaboradores na escola e, ao mesmo tempo, o silêncio em torno das questões raciais no espaço escolar, reclama um esclarecimento e provocação para que as relações etnicorraciais tenham a atenção dos profissionais da educação.

E para ajudar a compreender o tema proposto, abordamos a afrodescendência e termos correlatos no contexto brasileiro que, usualmente, junto com relações etnicorraciais, racismo, discriminação racial constituem assuntos pouco tratados no cotidiano. O tabu em tratar destes temas produz silenciamento que atravessa o ambiente familiar e o espaço acadêmico, passando pela sociedade em geral. Não refletir sobre os racismos e as discriminações daí decorrentes, só reforçam situações de exclusão, particularmente, numa sociedade que se queira democrática, justa e igualitária. Tais realidades determinam o que acontece em diversas esferas da vida, tanto no âmbito coletivo quanto no nível particular ou privado.

Considerando o contexto acima mencionado, faz-se necessário conhecer aspectos de construção da identidade do grupo em estudo para, assim, compreender como representam e organizam suas experiências, saberes e práticas sociais e culturais. A partir das vivências das moradoras e dos moradores desta Comunidade, visamos investigar a respeito das suas concepções etnicorraciais e como estas refletem nas suas relações inter-raciais.

Dessa forma, não investigamos se há ou não racismo no país. Partimos de argumentos de que o Brasil é racista, conforme autores como André (2007); Bento (2009); Boakari (1994; 1999; 2006; 2011); Cavalleiro (2000); Cunha Jr. (2006); D’Adesky (2001); Gomes (2008); Guimarães (2004); Hasenbalg (1979); Lopes (2007; 2008); Moura (1988a); Munanga (2003; 2005) Abdias Nascimento (1978); Francisca Nascimento (1999); Risério (2007); Santos (2007); Silva (2011 a, b); Souza (1983). Questionamos ainda a chamada “democracia racial”, quer seja pela própria experiência de sermos afrodescendentes, quer seja pelos índices socioeconômicos e educacionais que mostram as diferenças entre brasileiras(os) de origens africana e europeia, conforme os dados do IBGE – PNAD (2009). Esses dados indicam, por exemplo, que no campo da educação, enquanto membros do primeiro grupo estão pouco

representados entre os que têm maior escolaridade e, por conseguinte, maior poder aquisitivo; os do segundo grupo constituem a maior parte dos brasileiros com maior número de anos de estudos e participam das esferas de comando do país.

Diante de tais desigualdades que possibilitam no mesmo país a existência de cidadãos e uma maioria de “não cidadãos”, a atual Constituição Federal, a mais cidadã na história da nação, promulgada em 1988, assegura a igualdade perante a Lei, conforme se lê no Art. 5º “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Todavia, existe um distanciamento entre o texto da lei ou concretude do conteúdo da lei e a realidade, sobretudo no tocante à igualdade de oportunidades, pois estas definem as brasileiras e os brasileiros bem-sucedidos ou não. Há comunidades que ainda não são plenamente cidadãs e a promulgação da Lei 12.288, o Estatuto da Igualdade Racial, de 20 de julho de 2010 atesta esta realidade, como se pode ler no Art. 1º:

Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Parágrafo único. Para efeito deste Estatuto, considera-se:

I – discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;

II – desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica;

III – desigualdade de gênero e raça: assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais;

IV – população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga;

V – políticas públicas: as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais;

VI – ações afirmativas: os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades. (Lei 12.288/2010, Estatuto da Igualdade Racial, p.3-4).

Assim, o Estatuto da Igualdade Racial considera a existência de racismo e discriminação racial e se propõe a efetivar a “igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica”. Portanto, o Estado parece reconhecer a realidade do País e promulgou a Lei para servir de instrumento de luta contra as distorções e garantir o que a Constituição assegura no seu Artigo Quinto. Também traz explicações para ajudar na compreensão da realidade etnicorracial brasileira e, neste sentido, os legisladores tiveram atenção para escrever um texto explicativo e informativo.

O País tem as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que alteram o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornando obrigatório o ensino da História e cultura africana, afrobrasileira e indígena, como podemos conferir:

A Lei 10.639 e, posteriormente, a Lei 11.645, que dá a mesma orientação quanto à temática indígena, não são apenas instrumentos de orientação para o combate à discriminação. São também Leis afirmativas, no sentido de que reconhecem a escola como lugar da formação de cidadãos e afirmam a relevância de a escola promover a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil o país rico, múltiplo e plural que somos. (Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana, (s/d), p. 2).

As comunidades afrodescendentes e indígenas precisam ser beneficiadas pelo conhecimento das suas raízes histórico-culturais e a escola precisa se voltar para estas comunidades para não ficar alheia à realidade étnico e sociocultural brasileira. Há de se fazer um caminho de aproximação e valorização das comunidades e, conseqüentemente, do alunado oriundo destes segmentos. O conjunto das Leis evidencia a necessidade de uma busca de controle e combate à situação discriminatória em que se encontram as populações negras ou afrodescendentes e as comunidades indígenas; ambas, historicamente, discriminadas pelos colonizadores, escravizadas, expropriadas da sua dignidade de seres humanos. Numa sociedade racista como o Brasil, podemos esperar práticas educativas que sejam inclusivas? A escola pode contribuir para que o país seja verdadeiramente democrático?

A comunidade Cancela tem semelhanças em suas origens com algumas comunidades negras rurais do Piauí, como podemos ver no trabalho de Boakari e Gomes (2005), pois se organizou próximo à fazenda em que seus antepassados foram escravizados. Assemelha-se também à comunidade Cedrina, localizada próxima às antigas minas de ouro e diamante,

conforme o trabalho de Baiocchi (1983), “um povoado de negros onde a integração dos cedrinhos no *processo de produção* se coloca na ordem inversa da *participação social*, acelerando-se a pauperização do povoado na última década” (p. 81). Hoje, Cancela fica bem situada às margens de uma estrada asfaltada, próxima da Capital, entretanto, a falta de estrutura e a pobreza são evidentes, conforme podemos ver no terceiro capítulo em que descrevemos a Comunidade.

As comunidades mapeadas por Boakari e Gomes estão em localidades de difícil acesso, com estradas em estado precário, no interior, caracterizando afastamento geográfico. Entretanto, outros afastamentos são presentes com relação à comunidade Cancela, o que pode fazer das distâncias geográficas das comunidades negras rurais do Piauí, constatadas pelos pesquisadores, algo relativo, sugerindo outra ordem do afastamento, qual seja a discriminação, a segregação e as desigualdades generalizadas. Assim, parece não estar nos quilômetros a distância e o isolamento de tais comunidades. Outros modos são também eficientes para distanciar e isolar comunidades e pessoas. Veremos esses outros modos pelos depoimentos das pessoas entrevistadas no capítulo cinco.

Na Comunidade Cancela há conversas relacionadas à sua origem que, segundo o relato de um dos entrevistados, trata-se de uma comunidade oriunda de quilombo. Este entrevistado afirma: “a senhora não vai encontrar quem afirme ser descendente de quilombo, mas existe esta história aqui; as pessoas evitam falar sobre isso” (Elimu)<sup>3</sup>. Outra entrevistada (Etana) conta que um parente seu, escravo fugitivo, em fuga, encontrou a imagem de Santa Rita. Desde então, passou a cultuar a santa e essa devoção tem passado de geração em geração. Há uma capela no povoado Santa Rita erguida a partir do encontro dessa imagem. Anualmente, no dia 22 de maio, a procissão sai da lagoa em que foi encontrada a imagem em direção à capela. Não obtivemos maiores informações quanto à veracidade destes relatos. Entretanto, não descartamos esta possibilidade da origem da comunidade está ligada a quilombo, pois a distância de 30 km de Teresina antes da transferência da capital do Estado e mesmo depois de tal transferência é uma boa margem de proteção para quem buscava liberdade do sistema escravista, levando em consideração as dificuldades de acesso, os meios de transportes do passado. Ainda hoje, Cancela é distante porque tem acesso difícil para seus habitantes.

---

<sup>3</sup> Os nomes das pessoas colaboradoras são fictícios. Escolhemos nomes ditos africanos em homenagem aos povos africanos. No APÊNDICE C consta lista com os nomes, significados, origem, país e a região do Continente.

Distância que não é geográfica, mas que comporta outros aspectos, como por exemplo, a localidade existe há quase cem anos e, somente em 13 de março de 2012, por reivindicação obteve sua inclusão no mapa oficial da Prefeitura de Teresina. (Anexos A e B).

O contexto brasileiro aliado ao nosso interesse sobre a formação e a história da comunidade, torna-se base para os seguintes questionamentos: como se deu e continua sendo a construção da identidade dos seus habitantes? Como essa realidade repercute, hoje? Como estas pessoas se definem e se entendem como gente brasileira: quais as suas características autodescritivas, suas autodeclarações em termos de pertencimento etnicorracial, cor da pele? O que dizem sobre elas próprias? É possível identificar alguns fatores e experiências que compartilham entre si? Acreditamos que respostas oferecidas pelos habitantes a tais questionamentos ajudarão a entender mais a comunidade e se constituirão em melhores possibilidades de compreender, por extensão, outras comunidades semelhantes.

Afrodescendente ou negro? Adotamos o pensamento de igualdade na condição humana de todos, entretanto, reconhecemos que, socialmente, existe no Brasil a racialização das pessoas. Para nós, neste trabalho, os termos negro e afrodescendente podem designar à população da Canela aqui estudada, cuja ascendência se encontra entre os povos fenotipicamente africanos, tirados da sua terra e trazidos para o Brasil feito escravos desde o período colonial a 13 de maio de 1888, quando, oficialmente, foi extinta a escravidão no país, mas até ao presente esta população luta para gozar do direito de ser plenamente cidadã brasileira. A comunidade em foco se situa nesta condição; portanto, os dois termos serão usados alternadamente conforme a escrita deste documento requeira para evitar a repetição, designando negros e ou afrodescendentes como brasileiros cujos ancestrais são oriundos do Continente Africano, sem uma exata identificação quanto à nação, tribo ou família africana. “É evidente que milhões de brasileiros possuem ascendência africana, embora raríssimos tenham alguma ideia da parte e do povo da África aos quais suas origens poderiam ser traçadas” (RISÉRIO, 2007, p. 34). Mais adiante discutiremos os termos negro e afrodescendente (capítulo2, p.30).

O Brasil é um país de contrastes. No século XXI desponta como uma das potências econômicas mundiais, no entanto, é reconhecido como um dos mais desiguais do mundo na distribuição da riqueza produzida. Há tempos proclama a “democracia racial” no discurso, mas as oportunidades entre pessoas de origem mais aparentemente europeia e pessoas negras são desiguais. Desde o período Colonial trata o negro como inferior, colocando em dúvida sua humanidade, legitimando a escravidão dos africanos, sendo que após a Abolição do

escravismo descartou a mão de obra que, até então, mantinha a economia do país, rejeitando-a como indigna de continuar trabalhando, “livrando-os” do cativeiro, desprovidos de qualquer indenização e ou reconhecimento. O País abriu as portas aos imigrantes europeus considerados “melhores trabalhadores” e, sobretudo, capazes de tornar branco o Brasil, na tentativa de esconder o passado escravocrata, suas raízes africanas, símbolos do atraso econômico. (MOURA, 1988; MAIO, 1999)

A luta por mudanças assumida pelos movimentos sociais, particularmente dos Movimentos Negros, quanto à maior participação nos setores decisivos, na superação dos problemas quanto ao acesso dos bens produzidos e na melhoria das condições de vida para esse expressivo segmento da sociedade brasileira vem de longa data e os resultados conquistados são oriundos da ação reivindicatória (GOMES, 1999, p.89). Verifica-se que houve, e ainda há muita gente envolvida na defesa da cidadania das brasileiras e dos brasileiros afrodescendentes, a exemplo de Abdias Nascimento, grande defensor da causa negra, militante, escritor, senador da República. Padre Heitor Frisotti<sup>4</sup> e Padre Antônio Aparecido da Silva<sup>5</sup>.

Temos legislação que criminaliza o racismo e suas práticas, Lei 1390/51 de 03 de julho de 1951, mais conhecida como Lei Afonso Arinos. A Lei 7.716/89, de 05 de janeiro de 1989, mais conhecida como Lei CAÓ, que tipifica o crime de racismo, atualizando a Lei Afonso Arinos. A Constituição Federal de 1988, que provocou alteração nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996, no seu artigo 26, através das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008; além da Lei 12.288/2010 que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial. No entanto, a dimensão jurídica não elimina as manifestações do racismo, podendo, inclusive, favorecer seu mascaramento. Não há proibição explícita da presença da população negra em nenhum lugar; entretanto, outros mecanismos como a indiferença, o silenciamento são eficientes para tornar invisíveis os afrodescendentes, mantendo-os afastados do acesso às oportunidades para exercerem a cidadania plena. Esta realidade evidencia um problema para o povo brasileiro, independentemente de cor ou da raça, trata-se de assunto nacional e como tal deve ser tratado, porque atinge a maioria da população brasileira (IBGE, 2010); porque

---

<sup>4</sup> Italiano, da Congregação dos Combonianos, que se dedicou à causa da população negra em Salvador, Bahia.

<sup>5</sup> Brasileiro, da congregação dos Orionitas; foi membro ativo da Pastoral dos Negros; refletiu sobre as temáticas de interesse da população negra. Os padres aqui mencionados foram pessoalmente conhecidos pela pesquisadora e considerados exagerados, quando da atuação; mas hoje, tornaram-se referência nesse engajamento. Citá-los é forma de homenageá-los e reconhecer a importância de suas contribuições na luta contra o racismo.

também o racismo é negado no discurso, mas praticado, diuturnamente, pela sociedade; ainda podemos sinalizar a falta de reconhecimento da população afrodescendente como elemento constituinte da cultura e história brasileiras, carecendo da cidadania plena.

Nascer e crescer num contexto em que os referenciais são brancos, sem no cotidiano identificar personagens negros em lugar de destaque; frequentar uma escola em que o conteúdo ensinado apenas cita os africanos e seus descendentes como escravos, ex-escravos, observar no cotidiano como os membros desse grupo são marginalizados e discriminados, vivenciar uma história narrada pelo dominador, que rotula como bandidos os negros que se rebelaram contra o regime escravista (Quilombo dos Palmares, os negros fugidos das fazendas), elevar à categoria de herói quem açoitou, matou negros e dizimou populações indígenas (Domingos Jorge Velho), caracterizam inversão de valores que por sua vez constitui uma realidade capaz de provocar desconforto de toda ordem, gerando dificuldades na formação de identidade e, conseqüentemente, problemas e sofrimentos psíquicos (SANTOS, 1983, p.19; BENTO, 2009, p.25-26).

Em nosso trabalho tratamos o aspecto social racial brasileiro e as dimensões psicológica e educacional. O primeiro porque partimos da realidade social e, segundo, porque nos voltamos para as pessoas moradoras da comunidade e as quisemos escutar a partir do seu cotidiano. Educacional, porque esta pesquisa se localiza na área da Educação e está vinculada à linha de pesquisa: Educação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí. Também porque concebemos a escola como instituição da formação das brasileiras e dos brasileiros e, como tal, reconhecemos seu importante papel na transformação da sociedade. Desse modo, perguntamos: como uma comunidade rural de afrodescendentes percebe a sua realidade etnicorracial e a situação da sua localidade nas suas especificidades etnicorraciais e do país em geral? Quais as suas experiências de vida? E o que a escola tem com isso? A escola que atende as crianças da Cancela o que faz para viabilizar experiências positivas às brasileiras(os) neste espaço sociocultural?

Nosso objetivo geral, traçado a partir do nosso olhar sobre a realidade e os questionamentos sobre a comunidade Cancela, foi investigar sobre as concepções étnicorraciais que esses moradores e moradoras têm de si. Priorizamos as pessoas colaboradoras do estudo e as concebemos como conhecedoras da sua própria realidade e também adotamos a postura de escuta, responsabilidade principal de pesquisador. Os objetivos específicos foram voltados para identificar nas diferentes gerações dos moradores e

moradoras suas concepções étnico-raciais; caracterizar como os moradores da Cancela lidam com a questão etnicorracial no seu cotidiano; apresentar, de modo crítico, o que dizem estas pessoas com relação às concepções etnicorraciais.

A Escola Municipal Santa Teresa, colégio mais próximo da Comunidade Cancela e frequentada pela maioria de seus moradores em idade escolar, de acordo com declaração do diretor adjunto e pedagoga da escola, não trabalha as relações etnicorraciais no seu cotidiano. Esta ausência é uma realidade comum na maioria dos estabelecimentos de ensino, considerando a realidade de silêncio nas mais diferentes instâncias do Brasil. O fato de a escola não trabalhar no seu currículo tema tão importante e presente na vida do maior contingente populacional do Brasil, segundo Censo do IBGE (2010), é sintomático da condição de silenciamento da realidade racial do País. No dia em que falamos com a pedagoga da escola, ela confirmou não trabalharem sobre as relações etnicorraciais. Disse que a temática da pesquisa era relevante e descreveu a situação de uma adolescente que tem sido alvo de discriminação dos colegas de sala. Mesmo com o relato e se mostrando sensível à situação da aluna, não revelou providências para abordar o assunto. Diante de tal quadro, indagamos: Qual a repercussão desta ausência na vida dos afrodescendentes? Quais seus relatos? Por que a escola não trata das relações etnicorraciais no seu cotidiano? Por que esta realidade não é assumida pela escola e sistemas de ensino? Quais são os impedimentos? Por que as relações etnicorraciais ainda não fazem parte do currículo da formação de professores?

Deste modo, apontar elementos à escola para que assuma a questão etnicorracial no seu cotidiano, baseando-se em informações como as supracitadas e outras sobre o que a escola através de seus profissionais, atualmente, faz para/com a população da Cancela serve como outro objetivo específico deste trabalho.

A realidade dos moradores da comunidade Cancela parece ser vivida também por outras comunidades e, neste sentido, o presente trabalho mostra relevância social, pois pode contribuir nas discussões sobre o tema, ajudando outras comunidades que sofrem semelhante “segregação social”, ampliando a compreensão sobre suas dinâmicas. Oferece ainda ocasião para se falar sobre afrodescendência, racismo, relações etnicorraciais, além de abrir debate sobre a “democracia racial” brasileira, problematizando-a, como também coloca em movimento a possibilidade para a construção de pensamento de negro acerca da realidade da população negra e, desnaturaliza a condição social da maioria dos afrodescendentes. Pode contribuir para identificar necessidades de comunidades rurais afrodescendentes e, conseqüentes políticas públicas para atendê-las. O estudo pode contribuir com a escola

brasileira quanto à incorporação da diversidade do país no processo de educar suas cidadãs e cidadãos. Também esperamos nos tornar melhores profissionais, conquistando maior segurança no fazer pesquisa, produzir conhecimento e, sobretudo, crescer enquanto pessoa.

Nosso trabalho consta de: 1) Introdução; 2 ) Pelos caminhos da produção científica onde discutiremos categorias como: afrodescendente - negro; identidade; quilombo que estão diretamente relacionados com nossos objetivos e trazem iluminação para o nosso trabalho. 3) Comunidade Cancela: o lugar da pesquisa. Aqui descreveremos a Comunidade e apresentaremos dados socioeconômicos fornecidos pela Agente de Saúde. 4) Itinerário metodológico realizado, onde será exposto o percurso adotado. 5) A riqueza imaterial do Povo Bom da Cancela. Descreveremos a Festa do Divino; a Devoção à Mãe de Jesus sob o título de Nossa Senhora do Carmo e a assembleia sobre o funcionamento do Posto de Saúde de Santa Teresa. Apresentaremos o resultado das entrevistas, a partir dos temas: origens da comunidade; afrodescendência; racismo/discriminação e, educação. 6) Discussão. Onde debatemos os dados e buscamos fazer as relações com o que dizem os teóricos. Em seguida, temos as “Considerações Finais” em que apresentamos as (in)conclusões do nosso trabalho diante da complexa realidade brasileira e, em específico, a realidade da comunidade pesquisada, apontando pontos para que a escola adote as relações etnicorraciais no seu cotidiano. Sinalizamos alguns pontos considerados importantes para a continuidade de novas pesquisas. Enfim, com o Epílogo, encerramos nosso trabalho.

## 2 NOS CAMINHOS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Teu passado parecerá pouca coisa diante da grandeza do futuro.  
(Jó 8,7)

Neste capítulo descreveremos nosso percurso entre publicações que versam sobre nosso tema, constituindo-se em etapa fundamental da pesquisa, em que buscamos conhecer o conteúdo de autores que trabalham sobre a realidade racial brasileira. Ao mesmo tempo em que alicerçamos nossas categorias empreendendo discussão acerca da situação da comunidade Canela. As categorias são: racismo/discriminação; negro/afrodescendente; identidade e quilombo.

### 2.1 Racismo/discriminação

Falar sobre discriminação racial no Brasil pode provocar celeuma, pois as opiniões são divergentes, começando pela afirmativa da inexistência de tal situação no País. Entretanto, o tema provoca desconforto geral, pois coloca em descoberto o racismo, ao mesmo tempo em que causa perturbação às relações “pacíficas” existentes entre negros e brancos. Há um fator que, todavia, favorece a permanência do tabu sobre as relações raciais no Brasil; este é o silêncio que denuncia a condição de discriminação sutil e, nem por isso, menos insidiosa sobre a população negra e seus descendentes. Nelson do Valle Silva (2004) afirma:

O racismo à brasileira se manifesta normalmente em situações de forte desigualdade hierárquica. A combinação infernal de discriminação estatística apoiada nos estereótipos mais irracionais com as desigualdades sociais mais extremas empresta uma marca característica ao nosso sistema de relações raciais e favorece a invisibilidade de sua própria natureza perversa (apud GUIMARÃES, 2004, p. 13).

O Brasil é um país de história escravocrata que, após insistências estrangeiras, pôs fim à escravidão. Otávio Ianni (1988, p. 187-188) diz que as lutas dos negros contra a escravidão foram importantes como sementes da abolição. Todavia, esta foi uma trama dos grupos das classes dominantes, que não resultou em benefício imediato para o negro, pois o deixou solto

sem qualquer indenização pelos séculos de trabalhos; não lhe assegurou cidadania nem ingresso na sociedade. Da noite para o dia as pessoas que haviam, diuturnamente, construído o país, foram dispensadas sem nenhum reconhecimento. Vejamos a opinião de um abolicionista acerca do trabalho desempenhado pelos escravos:

Tudo o que significa luta do homem com a natureza, conquista do solo para a habitação e cultura, estradas e edifícios, canaviais e cafezais, a casa do senhor e a senzala dos escravos, igrejas e escolas, alfândegas e correios, telégrafos e caminhos de ferro, academias e hospitais, tudo, absolutamente tudo, que existe no país, como resultado do trabalho manual, como emprego de capital, como acumulação de riqueza, não passa de uma doação gratuita da raça que trabalha à que faz trabalhar. (NABUCO, 1977, p.69 apud SODRÉ, 1999, p. 160)

Rapidamente, os escravizados foram substituídos por imigrantes europeus. A abolição, tal qual aconteceu, enfraqueceu e desarticulou o movimento das pessoas de cor que estavam empenhadas em promover a libertação das pessoas do sistema escravista por meio das irmandades, pela fuga, quilombos, boicote ao trabalho forçado e tantas outras formas que a criatividade ia suscitando a partir da realidade escravista.

A concepção do negro, alicerçada no sistema oficial, foi sendo camuflada ao longo do tempo. Essa concepção dominante resultou em um processo duradouro e cotidiano de violência física, psicológica, social, cultural e econômica que minava a autoestima e potencialidades das pessoas negras, ao mesmo tempo em que legitimava e ‘naturalizava’ o racismo como ação política deliberada de negação de direitos. Hoje, a legislação brasileira imputa como crime de racismo:

a) o preconceito racial expresso verbalmente através de ofensas pessoais; b) a discriminação racial, ou seja, o tratamento desigual de pessoas, nos mais diversos âmbitos da vida social, baseado na ideia de raça, restringindo o seu amplo e líquido direito constitucional e legal à isonomia de tratamento; c) a expressão doutrinária do racismo ou a incitação pública do preconceito. (GUIMARÃES, 2004, p. 19).

Mesmo a ciência biológica declarando a inoperância do conceito de raça para explicar a diversidade humana e a inexistência de raças humanas e conseqüentemente, também não existir raças superiores e inferiores (MUNANGA, 2003, p. 4-5), o preconceito existe e é disseminado, de modo que os afrodescendentes são alvo de discriminação, quer seja nas relações inter-raciais, quer seja também na situação socioeconômica em que vive a maioria da população negra. Hasenbalg (1979, p. 20) é categórico quando afirma não ser suficiente o passado escravista para explicar a atual situação da população negra no Brasil. Ele aponta o

racismo e a discriminação “como as principais causas da subordinação social dos não brancos e seu recrutamento a posições sociais inferiores” (idem, p. 21). Neste sentido é ilustrativo o Manifesto dos Brancos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2010) em favor das cotas para negros no processo de ingresso naquela instituição. São elencadas vinte e três situações em que os brancos são beneficiados pela cor da pele em detrimento da população negra, deixando evidente a diferença de tratamento e de oportunidade. O Manifesto destaca a condição de privilégios dos brancos, levantando dúvidas sobre a ideia de meritocracia. Vejamos pequeno trecho de tão enfáticos pronunciamentos:

Em um sistema racista, pessoas brancas se beneficiam do racismo, mesmo que não tenham intenções de serem racistas. Nós brancos não precisamos enxergar o racismo estrutural porque não sofremos diariamente diversos processos de exclusão e tratamento negativamente diferencial por causa de nossa raça. Nossa raça (e seus privilégios) são tornados invisíveis dia-a-dia. Este sistema de privilégios invisíveis a nós brancos é que nos põe em vantagens a todo instante, por toda nossa via, em todas as situações, e que destroça qualquer tentativa de pensarmos que estamos onde estamos apenas por méritos pessoais. Que mérito puro pode ter qualquer branco de estar no lugar confortável em que se encontra hoje, mesmo que tenha saído da pobreza, dentro de um sistema que lhe privilegiou apenas por ser branco, ao mesmo tempo em que prejudicou outros tantos apenas por serem negros? (Manifesto dos Brancos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010, p. 2, em [www.geledés.org.br](http://www.geledés.org.br)).

A discriminação racial é presente no Brasil desde a época da Colonização e, contrariando a ideia da democracia racial, os estudos patrocinados pela UNESCO na década de 1950 constataram que o Brasil é um país racista e os estudos posteriores, até a atualidade, denunciam a dissimulação do “racismo à brasileira”.

O projeto da UNESCO acabou revelando que havia tanto preconceito racial no Brasil quanto em qualquer outro lugar e, desde então, tem crescido o número de estudos que comprovam a existência da desigualdade racial nos locais de trabalho, no sistema educacional, em toda parte, e constatam que o Brasil padece de um racismo profundamente insidioso, que se torna ainda mais traiçoeiro por ser oficialmente negado. O “mito” da democracia racial só faz piorar a situação, pois “mascara” o racismo e torna mais difícil percebê-lo e denunciá-lo. (FRY, 2005, p. 170).

A democracia racial não existe no Brasil e isso pode ser constatado, diariamente, nas páginas dos jornais (GUIMARÃES, 2004). A discriminação racial brasileira é mascarada, nem por isso é menos maléfica. (BASTIDE, 1973; D’ADESKY, 2001; MUNANGA, 2004; NASCIMENTO, 1978). A ideia de democracia racial torna o racismo um tabu, gerando silenciamento, invisibilização das pessoas negras; e ainda responsabiliza as vítimas do racismo pela discriminação que elas sofrem. Esta torção da realidade deixa evidente que o

silêncio é aliado do racismo, favorecendo sua atuação nas relações sociais, gerando prejuízos desde a ordem econômica à psicológica.

Devido à proibição legal à expressão direta do preconceito racial, e crença na inferioridade dos negros, manifestações mais sutis têm sido adotadas por parte dos brancos. “Uma alternativa pode ser a busca do favorecimento do endogrupo, ao invés da discriminação do exogrupo; ou seja, no lugar da atribuição de características negativas ao exogrupo, a não atribuição de características positivas”, (CAMINO et al. apud SANTOS, 2007, p.355).

Para entender o mecanismo das relações raciais no Brasil é importante a análise do ideal de branqueamento, que se apresenta por meio da miscigenação como um antirracismo; todavia, é um racismo profundamente heterofobo em relação ao negro, cujo pressuposto é uma concepção evolucionista, com a finalidade de se alcançar uma população branca, ao menos na aparência. Assim, “a mestiçagem, que aparentemente aproxima e une, vem ferir o indivíduo negro que não corresponde ao tipo ideal, o qual, despido de semelhanças, supõe a exclusão e a denegação da identidade.” (D’ADESKY, 2001, p.65).

O autor prossegue citando Jean-Paul Sartre quando este compara a situação de um judeu branco com a de um negro: “um judeu branco pode negar que seja judeu, declarar-se um homem entre homens. O negro não pode negar que seja negro nem reclamar essa abstrata humanidade incolor: ele é negro” (SARTRE, apud D’ADESKY, 2001 p. 69). Diferentemente da realidade dos Estados Unidos da América, em que predomina a noção da origem e não da cor da pele, no Brasil há uma variedade de cores: preta, marrom, moreno claro, moreno escuro, sarará, cabo verde, enfatizando a mistura das raças, a mestiçagem (LOPES, 2007; RISÉRIO, 2008; MOURA, 1988). Entretanto, Moura (1988) destaca a valorização do branco como causa das múltiplas autodefinições dos negros.

O total de cento e trinta seis cores bem demonstra como o brasileiro foge da sua realidade étnica, da sua identidade, procurando, através de simbolismos de fuga, situar-se o mais próximo possível do modelo tido como superior.

O que significa isto em um país que se diz uma democracia racial? Significa que, por mecanismos alienadores, a ideologia da elite dominadora introjetou em vastas camadas de não-brancos os seus valores fundamentais. Significa, também, que a nossa realidade étnica, ao contrário do que se diz, não iguala pela miscigenação, mas, pelo contrário, diferencia, hierarquiza e inferioriza socialmente de tal maneira que esses não-brancos procuram criar uma realidade simbólica onde se refugiam, tentando escapar da inferiorização que a sua cor expressa nesse tipo de sociedade. Nessa fuga simbólica, eles desejam compensar-se da discriminação social e racial de que são vítimas no processo de interação com as camadas brancas dominantes que projetaram uma sociedade democrática para eles, criando, por outro lado, uma ideologia escamoteadora capaz de encobrir as condições reais sob as quais os contatos interétnicos se realizam no Brasil.

Como vemos, a identidade étnica do brasileiro é substituída por mitos reificadores, usados pelos próprios não-brancos e negros especialmente, que procuram esquecer

e/ou substituir a concreta realidade por uma dolorosa e enganadora magia cromática na qual o dominado se refugia para aproximar-se simbolicamente, o mais possível, dos símbolos criados pelo dominador. (MOURA, 1988, p. 63-64).

Outro aspecto é a ascensão social que é vista como meio de embranquecer. Entretanto, conquistar degraus na escala social não significa ser poupado de preconceito e discriminação (BOAKARI; SILVA, 2011; SILVA, 2011). Também podemos consultar o pensamento de Muniz Sodré quanto a esse assunto.

Democracia política e ascensão econômica em si mesmos nada podem contra a discriminação racial. Por isso, as euforizantes imagens mediáticas de consumidores negros emergentes, seja no Brasil ou nos Estados Unidos, apenas simulam o fim do racismo, mesmo quando na prática das estratégias discursivas, cavam posições políticas para a reconstrução de identidades abaladas em termos econômicos e culturais. (SODRÉ, 1999, p.263).

Portanto, o racismo e a discriminação racial não respeitam poder aquisitivo nem formação acadêmica, pois são de forte atuação e, ao mesmo tempo, são camuflados, gerando silêncio sobre a questão racial e ainda impigem nas suas vítimas o rótulo de racistas, quando estas rompem o círculo vicioso e denunciam o racismo.

Neusa Santos Souza (1983), no seu trabalho sobre ascensão social do negro é enfática sobre a posição do negro:

Há que estar sempre em guarda. Defendido. “Se impor” é colocar-se de modo a evitar ser atacado, violentado, discriminado. É fazer-se perceber como detentor dos valores de pessoa, digno de respeito, portanto. Vivendo no mundo dos brancos, nos diz Fanon: “El negro deja de comportarse como individuo capaz de acción. La finalidad de su acción, entonces, será Otro (en forma de blanco), porque sólo Otro puede valorizalo”<sup>6</sup>. (SOUZA, 1983, p. 27).

Considerando que o racismo além de ideologia é também crime que atinge pessoas concretas, influenciando no seu desenvolvimento, interação, importa também dedicar atenção ao aspecto psicológico desse problema. Santos (2007), afirma que apesar da ampla constatação do preconceito e discriminação sobre o negro, ainda são poucos os estudos na área da Psicologia que buscam compreender como o próprio negro se percebe e qual imagem cria de si mesmo. André (2007) corrobora com o mesmo posicionamento quando afirma querer chamar atenção dos profissionais e pesquisadores de Psicologia para a importância da

---

<sup>6</sup> O negro deixa de se comportar como indivíduo capaz de ação. A finalidade de sua ação, então, será Outro (em forma de branco), porque só o Outro pode valorizá-lo. (Tradução nossa).

discussão das ideias veiculadas no Brasil sobre o negro e também para o debate sobre negritude, objetivando compreender os sofrimentos advindos de experiências discriminatórias vividas pelos afro-brasileiros<sup>7</sup>. Esta mesma situação pode ser aplicada à Educação, em virtude da pouca atenção nas discussões e na formação dos professores acerca das relações etnicorraciais e a repercussão desta realidade na relação ensino-aprendizagem no espaço escolar. Local esse que tem como um dos seus objetivos precípuos promover a interação respeitosa e rica em aprendizagens mútuas para as diversas etnias que ali se encontram.

Ricardo Franklin Ferreira (2004) fez levantamento quanto à produção acadêmica em Psicologia no período de 1987 – 1997, nas bibliotecas da USP e PUCSP. Ele pesquisou periódicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Consultou 4.911 trabalhos e apenas doze incluíam temática referente à população afrodescendente, dentre esses apenas três foram publicados até à época em que apresentava o resultado da sua pesquisa. Os outros nove se referiam a resumos de apresentações em congressos, dissertações e teses, todos não publicados. (FERREIRA, 2004, p. 56).

Em 2010, no mestrado em Educação Programa de Pós-graduação do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, na disciplina “Afrodescendência e Educação: Produções Científicas I”, ministrada pelo professor pós-doutor Francis Musa Boakari, investigamos sobre a produção acadêmica no nordeste brasileiro acerca da afrodescendência, especificamente na Bahia. Para surpresa nossa, a Universidade Federal da Bahia - UFBA, universidade em que fizemos graduação em Psicologia, no período de 1994-1998 - apresentava reduzido número (quatorze) de teses e dissertações na área de Educação, entre os anos 2003 e 2009, do período referência. No *site* da UFBA e também no site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Superior – CAPES, enfrentamos muitas dificuldades para acessar as informações. No primeiro, o banco de dados específicos não aparecia na primeira página. Recorremos à biblioteca. Depois, passava-se por outra página para, enfim, chegar às teses e dissertações. No *site* da CAPES não havia correspondência no número de produções da UFBA e houve um caso em que a dissertação não constava nem na UFBA nem na CAPES, sendo que a informação foi colhida numa publicação do Ministério da Educação em que a autora citava o trabalho. Estas experiências nos fizeram perguntar: por que essas dificuldades no acesso às informações? Numa cidade como Salvador, em que as manifestações culturais de matrizes africanas são tão presentes (81,9% da população da Região Metropolitana de Salvador é de negros (IBGE, 2010)), como

---

<sup>7</sup> André (2007) usa afro-brasileiros como designativo de brasileiros descendentes de africanos.

essa realidade pode ser tão pouco investigada no contexto acadêmico científico? Essas questões surgiram e ganharam importância devido à trajetória histórica daquela Universidade, sendo uma das primeiras instituições de ensino superior do País e por ter tradição de engajamento nas questões sociais. Em conversa com um ex-professor, através de contato telefônico, soube que a Faculdade de Educação da UFBA não tinha tal linha de pesquisa e que encontraria mais informações na Universidade Estadual da Bahia – UNEB.

A UNEB tem núcleo de estudo sobre afrodescendência e tem produção significativa sobre afrodescendência, mesmo sendo uma instituição nova se comparada com a UFBA. Por que esta diferença no tratamento de uma realidade social de Salvador, da Bahia e do Brasil? Podemos incluir as demais instituições do país neste questionamento. Há silêncio em torno da temática racial em todas as instâncias brasileiras, desde a família, escola e a comunidade, o que colabora com a naturalização das diferenças de oportunidades entre os negros e brancos.

Munanga e Santos (2002) dedicaram-se a fazer um levantamento acerca da produção brasileira sobre o negro em cem anos, constituído uma espécie de catálogo. Há produção em diversas áreas, atestando a relevância da temática. Também há uma relação significativa de núcleos de estudos sobre afrodescendência em diversas universidades brasileiras, formando um conjunto de instâncias científicas de discussão em torno da realidade da população negra do País. Periodicamente, acontecem encontros, congressos, promovidos por associações, tipo Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Encontros Internacionais de Literaturas, Histórias e Culturas Afro-brasileiras e Africanas (ÁFRICA/BRASIL). Encontro de Psicólogos e pesquisadores negros (PSINEP), em que são discutidas as realidades das populações negras e, nessas ocasiões, trabalhos, pesquisas sobre afrodescendência são apresentados e, posteriormente, são editados no formato de anais dos eventos. Há *sites* (GELEDÉS) na Internet que oferecem informações importantes acerca da realidade racial brasileira via acesso gratuito, inclusive com planos de aula sobre o tema. Foi lançada em português a coleção sobre História da África (2010), podendo se obter o texto integral via *download*; o ano de 2011 foi eleito pela Organização das Nações Unidas (ONU) como ano internacional da afrodescendência. Enfim, há muitas fontes de informação, aqui citados alguns poucos exemplos, acerca das questões raciais brasileiras, tornando inválida a alegação de falta de material.

Entretanto, a repercussão dessas produções e fontes parece não acontecer ainda no cotidiano da escola. Há desconhecimento, desculpas, justificativas que embasam o silêncio

em torno das questões raciais brasileiras, tornando pertinentes os questionamentos sobre tal ausência. Estaria a existência ou não de linhas de pesquisa na pós-graduação vinculadas tão somente à presença e consequente trabalho de professores (as) negros(as) como orientadores ou de professores que atentos à realidade brasileira assumam investigar as questões raciais? Talvez passe pela via pessoal dos professores assumir ou não assumir tais realidades, embora exista a Lei, as Diretrizes, o Plano nacional de Implementação das Diretrizes. Entretanto, está evidenciado que a realidade das comunidades afrodescendentes é pertinente e deveria ser considerada pela academia como campo de investigação. Faz-nos pensar que, além das leis, normas e orientações, parece ser uma escolha política que os profissionais da educação precisam fazer, a fim de que outras informações sejam incorporadas ao conteúdo da formação do povo brasileiro.

Urge fazer circular as informações e a consequente incorporação das relações etnicorraciais na formação de professores para superar o “estágio de desconhecimento” usado para justificar tal ausência no currículo de formação e, conseqüentemente, no ambiente escolar. Vejamos o próximo item, em que tratamos sobre educação.

## **2.2 Educação**

Considerando a educação escolar como meio de se alcançar melhores condições de vida e ainda tendo presente que tal conquista não protege o afrodescendente de ser discriminado, importa apresentar nosso entendimento acerca da educação e o fazemos com o auxílio do grande educador brasileiro, Paulo Freire. Conhecido primeiro internacionalmente para depois ser reconhecido pelos conterrâneos, devido ao período de ditadura que assolou nosso País. Seu período de exílio foi frutífero, pois não deixou de propagar suas ideias e o fez aonde lhe chamaram, promovendo revolução através da educação concebida “como prática da liberdade”. Liberdade que se faz a partir da superação do analfabetismo, que não se resume ao aprendizado das letras, mas pela integração do ser humano com o mundo, com o semelhante, atuando não de maneira reflexa, mas reflexiva; por ele ser de relação, aberto por mais que a situação em que se encontra seja contrária a esta sua condição. Portanto, nossa escolha se faz por ser o pensamento freiriano acerca da educação provocador de reflexão e de transformação social, além de sua postura comprometida com a causa dos marginalizados que, na sua maioria, é negra. Portanto, enfatizamos a escolha do grande educador como o mais indicado ao nosso propósito.

Não me venha com justificativas genéticas, sociológicas ou históricas ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre a negritude, dos homens sobre as mulheres, dos patrões sobre os empregados. Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar. A boniteza de ser gente se acha, entre outras coisas, nessa possibilidade e nesse dever de brigar. Saber que devo respeito à autonomia e à identidade do educando exige de mim uma prática em tudo coerente com este saber. (FREIRE, 1996, p. 60-61).

Ao conceber a educação como prática para a liberdade Paulo Freire considera a realidade de opressão em que vivia as classes populares. Adepto da democracia como prática da vida cotidiana, considerava o povo simples como cidadão e, por isso, defendia seu direito de participar nas tomadas de decisões. Era contrário à visão da elite que olhava o povo como desprovido de qualquer valor, como massa passível de manipulação eleitoreira e, por isso, a elite brasileira não tinha interesse em promover uma educação capaz de transformação, capaz de tornar o povo sujeito de sua própria história, o que representava perda de privilégios.

Paulo. Além de um ato de conhecimento, a educação é um ato político. É por isso que não há pedagogia neutra.

Ira. Todas as pedagogias têm uma forma e um conteúdo questão relacionados com a sociedade, e todas têm relações sociais dentro das salas de aula que se relacionam com o poder a dominação?

Paulo. Sim. Penso, por exemplo, que a ideologia dominante “vive” dentro de nós e também controla a sociedade fora de nós. Se essa dominação interna e externa fosse completa, definitiva, nunca poderíamos pensar na transformação social. Mas a transformação é possível porque a consciência não é um espelho da realidade, simples reflexo, mas é reflexiva e refletora da realidade.

Enquanto seres humanos conscientes, podemos descobrir como somos condicionados pela ideologia dominante. Podemos distanciar-nos da nossa época. Podemos aprender, portanto, como nos libertar através da luta política na sociedade. Podemos lutar para ser livres, precisamente porque sabemos que não somos livres! É por isso que podemos pensar na transformação.

Ira. Gosto da ironia da consciência, que torna possível a libertação. Podemos aprender a ser livres, estudando nossa falta de liberdade. Esta é a dialética da sala de aula libertadora. É um lugar em que pensamos criticamente sobre as forças que interferem em nosso pensamento crítico. Assim, as salas de aula libertadoras iluminam as condições em que nos encontramos para ajudar-nos a superar essas condições. (SHOR; FREIRE, 1986, p.17).

Nesse contexto de sociedade antidemocrática, Paulo Freire pautou sua prática educativa em princípios opostos aos que a elite sustentava. A visão que Freire cultivava partia da realidade contraditória em que o Brasil se encontrava e que ainda hoje não conseguiu completamente superar. Realidade em que poucos têm acesso ao que é produzido e a maioria é mantida à margem. Esse quadro retrata a condição da população negra do passado e também

do presente, haja vista a defasagem educacional entre branco e negro na atualidade brasileira, como podemos acompanhar através da Síntese do IBGE:

A média de estudo é uma outra maneira de se avaliar o acesso à educação e as consequentes oportunidades de mobilidade social. A população branca de 15 anos ou mais de idade tem, em média, 8,4 anos de estudo em 2009, enquanto pretos e pardos têm igualmente, 6,7 anos. Em 2009, os patamares são superiores aos de 1999 para todos os grupos, mas o nível atingido tanto pela população de cor preta quanto pela de cor parda, com relação aos anos de estudo, é atualmente inferior àquele alcançado pelos brancos em 1999, que era, em média, 7,0 anos de estudos. (IBGE, 2010).

Paulo Freire tem concepção ampla sobre educação, concebendo os marginalizados como possuidores de educação e cultura.

O povo pode ensinar-nos muitas coisas, mas a maneira de ensinar do dominado é diferente da maneira de ensinar do dominador. Os trabalhadores ensinam em silêncio, por seu exemplo, por sua condição. Não atuam conosco como professores. Pro isso, nós, enquanto seus professores, devemos estar completamente abertos para sermos seus alunos, para aprender pela experiência com eles, numa relação educacional que é, em si mesma, informal. (SHOR; FREIRE, 1986, p. 26).

Então, perguntamos: O que é educação? Qual sua finalidade? Tem educação só quem frequenta e ou frequentou a escola? Entendemos que o assunto é complexo e afirmamos como nosso educador que educação independe do frequentar ou não a escola, pois existe a educação escolar (formal) e a chamada educação não escolar (informal), que consiste na transmissão de saberes de uma geração para a outra, a partir do cotidiano. Com a comunidade Canela veremos exemplo desta transmissão, no capítulo cinco em que apresentamos os dados da pesquisa.

Freire identifica duas concepções de educação formal: (1) concepção bancária da educação; (2) concepção problematizadora da educação. Para a primeira a educação é “o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos, não se verifica nem pode verificar-se esta superação. Pelo contrário, refletindo a sociedade opressora, sendo dimensão da “cultura do silêncio”, a “educação” “bancária” mantém e estimula a contradição.” (FREIRE, 1975, p. 67).

Para a concepção problematizadora, a educação é:

Desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem *formar* é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as

duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. (FREIRE, 1996, p. 23).

Paulo Freire nos ajuda a reafirmar nosso pensamento acerca da educação como aquela que deve conduzir para a liberdade. “é que, se os homens são esses seres da busca e se sua vocação ontológica é humanizar-se, podem, cedo ou tarde, perceber a contradição em que a “educação bancária” pretende mantê-los e engajar-se na luta por sua libertação” (idem, p. 70). Ainda podemos lê: “Para a educação problematizadora, enquanto um quefazer humanista e libertador, o importante está em que os homens submetidos à dominação, lutem por sua emancipação”. (FREIRE, 1975, p.86). Podemos também conferir:

O antagonismo entre as duas concepções, uma, a “bancária”, que serve à dominação; outra, a problematizadora, que serve à libertação, toma corpo exatamente aí. Enquanto a primeira, necessariamente, mantém a contradição educador-educandos, a segunda realiza a superação. (FREIRE, 1975, p. 78).

Assim, podemos considerar a possibilidade de a escola se constituir como agência de transformação social, assumindo seu papel de formadora de cidadãos brasileiros, considerando a multifacetada cultura brasileira, construída pela interação das diversas culturas dos povos habitantes da terra e daqueles que chegaram. Portanto, a escola pode tornar conhecidas as histórias superando a história única (europeia), valorizando o contributo do negro, do indígena na formação da nação.

Na nossa exposição vimos mostrando a realidade em que está a maioria dos afrodescendentes no País, qual seja, alijados da condição de cidadãos. Sua história tem sido contada pelo opressor e a escola se submete como instrumento de reprodução da opressão quando não aborda a realidade que envolve o maior número de brasileiros. Entretanto, evidencia-se a capacidade revolucionária da educação problematizadora, concebendo “os homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo”. (idem, p. 77). Ao nosso vê, essas informações podem auxiliar a escola brasileira a efetivar mudanças quanto à questão racial do país, a partir do cotidiano escolar.

Prosseguindo com nossas reflexões, vejamos a próxima categoria que versa sobre o uso de termos designativos dos descendentes de africanos no Brasil.

### 2.3 Negro ou Afrodescendente?

Afrodescendente ou negro? São categorias que dizem diferenças e semelhanças. O vocábulo afrodescendente, de acordo com Houaiss e Villar (2009), tem datação da década de 1990, designa “que ou quem descende de família ou indivíduo africano negro” (p.64). Negro, “diz-se de ou indivíduo de cor negra” (idem, p. 1348). No Brasil há uma multiplicidade de autos definições de cores da pele em decorrência da mistura étnica, mas também pela supervalorização do branco europeu, tido como padrão de beleza.

De acordo com Moura (1988a), no Censo de 1980, realizado pelo IBGE, foi mencionado mais de cem autodefinições (136 cores), pelos entrevistados, o que gera dificuldades para a elaboração estatística, gerando, inclusive, a prerrogativa para estabelecer as alternativas, branco, preto, pardo, indígena, amarelo ao quesito cor para os censos realizados pelo Instituto. A variedade de matiz que se forma entre o branco e o negro pode nos levar a pensar na tentativa de se distanciar da cor preta, por exemplo, sarará, cabo verde, mulato, mulato escuro, mulato claro, cor de jambo, moreno, moreno escuro, moreno claro, que foi e ainda é relacionada à coisa ruim, ao mal, ao diabólico; além de revelar dificuldades na autodeclaração e na identidade étnica.

Em torno da cor da pele e do uso do termo afrodescendente ou negro há discussões. De um lado, há quem defenda o termo negro para designar quem tenha cor da pele negra, independentemente do matiz; do outro lado, há partidários do uso do termo afrodescendente para brasileiras e brasileiros descendentes de africanos.

Para Risério, quando um brasileiro se autodenomina afrodescendente está dizendo

Que se vê, se sente e se percebe, em primeiro lugar, como um descendente de africanos. E só então, secundariamente, como brasileiro. Ao Brasil caberia, nesse quadro, um lugar identitário subordinado. Teríamos, assim, o ser brasileiro como mero complemento ou apêndice do ser africano – e de um ser africano mítico, não é preciso dizer. Bem, é possível que o tal indivíduo acredite piamente no que diz. É a ideologia, não é a fé, que move montanhas. Mas é evidente que estamos diante de uma fantasia. (RISÉRIO, 2007, p. 35).

Risério se mostra muito crítico e atribui o termo afrodescendente como modismo do Movimento Negro do Brasil e das discussões acadêmicas importadas dos Estados Unidos. Seu posicionamento quanto ao uso deste termo é de que se trata de transplantação da realidade estadunidense para o Brasil. Entretanto, Francis Musa Boakari, em sala de aula, esclarece que tal não é o que ocorre quando alguém se autodefine afrodescendente, pois há brasileiros de origem africana, europeia, asiática e se concebem como verdadeiramente brasileiros.

Risério, ao esclarecer sua opinião, cita trechos de alguns autores, por exemplo:

Concordo inteiramente, por isso mesmo, com Costa de Oliveira, quando ele escreve: A condição de brasileiro é uma conceituação política que não necessita de etnia ou religião como distinção particular. A identidade de brasileiro permite a possibilidade de participação, integração e democratização cultural de maneira ampla. Existem outras experiências identitárias, como nos Estados Unidos (incorretamente denominados América), que permitem e exigem parcialidades constitutivas devido à sua fragilidade cultural na integração de particularidades em seus marcos culturais. Os Estados Unidos representam uma livre associação de interesses privados. Afro-americano, ítalo-americano, judeu-americano, por exemplo, apenas anunciam a fraqueza assimiladora do segundo termo – americano. Ser brasileiro exclui possibilidades de complementação. Em primeiro lugar, por razões óbvias. As nossas misturas e mestiçagens são etnicamente inclassificáveis nesses termos. Em segundo lugar, a categoria de brasileiro é forte, democrática e substantivamente presente para evitar qualquer possibilidade de diminuição ou limitação em termos identitários. (RISÉRIO, 2007, p.35).

Na mesma obra aqui referendada, Risério cita também Bernardo Sorj quando este questiona acerca da fraqueza política do Movimento Negro do Brasil. Diz Sorj:

A vitalidade da cultura brasileira está numa sociabilidade que se manteve em ampla medida à margem do processo de enquadramento e normatização cultural do Estado nacional. As mais diversas manifestações da cultura brasileira contemporânea, em particular na segunda metade do século XX, afirmaram abertamente as raízes africanas da cultura nacional. Embora a vida social brasileira tenha “na prática” componentes racistas, não existe uma ideologia sistemática de estigmatização e tampouco o racismo, na segunda metade do século, foi assumido direta ou indiretamente por qual grupo político. (RISÉRIO, 2007, p. 36).

As citações mencionadas por Risério defendem que “A identidade de brasileiro permite a possibilidade de participação, integração e democratização cultural de maneira ampla”. Ainda mais, “As mais diversas manifestações da cultura brasileira contemporânea, em particular na segunda metade do século XX, afirmaram abertamente as raízes africanas da cultura nacional”, corroboram com uma visão da democracia racial que não se sustenta há muito tempo. Nossa pesquisa traz dados sobre a comunidade Canela que demonstram diferença de condição de uma comunidade brasileira que se encontra em condição de pouquíssimas possibilidades de participação, integração, com horizontes restritos e, por isso, não concordamos com tais afirmativas. Da mesma forma que as informações obtidas sobre a comunidade denunciam a discriminação das raízes africanas presentes nesta população e coloca em suspeita o fazer parte da cultura nacional. Nossa opinião é justamente o contrário do que afirmam tais autores. Nossa posição ainda encontra ressonâncias nas estatísticas do IBGE que se encontram descritas adiante.

Sobre essa questão do uso de termos designativos, Nei Lopes (2007), escreve:

Na época colonial, “negro” era sinônimo de escravo. Quando não se queria ofender um africano ou descendente, principalmente se fosse livre, usava-se a expressão “pessoa de cor”. Nos Estados Unidos, a palavra ofensiva é “nigger”, que quer dizer “negro”, também, mas tem a mesma carga de “crioulo”, aqui usada principalmente com intenção de menosprezo. Lá, o povo negro sentia-se melhor sendo chamado de “black”. E atualmente prefere a denominação “African American”, afro-americano. Hoje, no Brasil, as pessoas que lutam pela ampliação dos direitos dos afrodescendentes usam a expressão “negro” para se referirem a descendentes de africanos em qualquer grau de mestiçagem. Apenas para fins de estatística é que usamos as classificações “preto”, “pardo”, etc. Mas o termo que nos engloba a todos é “negro”. (LOPES, 2007, p.83-84)

Ao se referir a essa problemática, Fátima Oliveira (2004), afirma:

No contexto da mestiçagem, ser negro possui vários significados, que resulta da escolha da identidade racial que tem a ancestralidade africana como origem (afrodescendente). Ou seja, ser negro, é, essencialmente, um posicionamento político, onde se assume a identidade racial negra”. (sic).(OLIVEIRA, 2004, p. 57).

Peter Fry (2005) afirma existir três maneiras de classificação, o “estilo binário”, que utiliza duas categorias: “negros” e “brancos”; o “estilo múltiplo”, que utiliza outras categorias além daquelas do estilo binário. “Há também um terceiro tipo de classificação, uma espécie de redução do tipo múltiplo ou ampliação do tipo bipolar, que consiste em três categorias: “negro”, “branco” e “mulato”. (FRY, 2005, p. 194).

Fry ainda levanta hipótese quanto à identificação do público no uso dos tipos de classificação

pode-se levantar a hipótese de que o tipo múltiplo seria predominante nas camadas “populares”, por assim dizer, e o tipo bipolar, predominante nas classes médias intelectualizadas urbanas. Esta hipótese é razoável quando nos lembramos de que é justamente a classe média intelectualizada a mais influenciada pelo Movimento Negro e pelos cientistas sociais preocupados com relações “raciais” no Brasil. Estes, desde os trabalhos de Florestan Fernandes, têm adotado os termos “negros” e “brancos” nos seus textos (Maggie, 1991). Em círculos universitários, por exemplo, o tipo bipolar é o “politicamente correto”. (FRY, 2005, 195).

No Brasil, além do discurso acadêmico há o fato de que passa pela via pessoal o reconhecimento e consequente definição da raça e da cor, diferindo da realidade estadunidense, que define a raça pela ascendência, descendência, relegando a aparência. Há quem diga que o modo norte americano é melhor para tratar com a questão racial por ser

declarada, sem mascaramento; entretanto, são realidades históricas diferentes e ambas precisam ser reconhecidas para não se incorrer no erro de transplantar uma à outra.

Existe na sociedade brasileira um discurso de valorização da mestiçagem para se defender a chamada democracia racial. Entretanto, o processo biológico da mestiçagem não assegura a participação e reconhecimento cidadão aos negros e seus descendentes, haja vista as informações do Censo Demográfico. Dados da *Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira (2010)*, publicação do IBGE, demonstram uma diferença notória entre as condições socioeconômicas da população negra (pretos e pardos) com relação à população branca. Informações sobre “Pessoas com 25 anos ou mais de idade com 15 anos ou mais de estudos, total e sua distribuição percentual por cor ou raça, segundo as grandes regiões, 2009” demonstram os brancos com 73,7%; pretos 3,5%; pardos 20,9% (PNAD, 2009). Mesmo somando pretos e pardos, que constituem o contingente negro, o percentual permanece inferior ao contingente branco. Estes números mostram a enorme diferença de oportunidade entre brancos e negros com conseqüente repercussão na vida dos grupos, quais sejam maiores e melhores condições de oportunidades para crescer economicamente para os brancos e, por outro lado, maiores dificuldades para o contingente negro alcançar formação superior e, por conseguinte, melhor condição econômica.

Há outros desdobramentos no tocante ao acesso à formação superior. Os brancos têm mais acesso ao Ensino Superior, seja pela formação básica de melhor qualidade; quer seja pelas dificuldades da entrada e permanência dos negros no Ensino Superior. Ainda os afrodescendentes são minoria nos espaços acadêmicos, seja como graduanda/o, mestranda/o, doutoranda/o e professor/a universitário/a. Outros dados demonstram a presença rarefeita dos afrodescendentes nos espaços acadêmicos, apresentando 62,6% para brancos e 28,2% para pretos, e 31,8% para pardos entre estudantes de 18 a 24 anos frequentando Ensino Superior. No tocante a conclusão dos cursos universitários os números baixam ainda mais, 15% para brancos e 4,7% para pretos e 5,3% para pardos.

Entre os 10% mais pobres do Brasil 25,4% são da cor branca e 74,2% são da cor preta ou parda. Entre os mais ricos da população que somam 1%, 82,5% são brancos e apenas 16% são pretos ou pardos. Ainda temos informações quanto à conclusão do Ensino Superior, pessoas com 25 anos ou mais de idade entre os brasileiros: 15% são brancos e 10% são pretos ou pardos. Com esta mesma faixa de idade com apenas o Ensino Fundamental, temos 6,4% de brancos e 26,7% de pretos ou pardos. Estes dados configuram grande diferença entre os contingentes branco e negro, com nítida desvantagem para o grupo de negros.

Qual democracia se sustenta com diferenças de oportunidades entre as suas cidadãs e os seus cidadãos? No Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010, lemos no seu primeiro Artigo: “Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica”. Pelo exposto não se firma a democracia racial como realidade da sociedade brasileira, mas sinaliza um percurso a ser empreendido no sentido de se efetivar a democracia como um ideal a ser perseguido e destaca a população negra como alvo a ser diretamente beneficiada, assegurando-lhe o direito de ser diferente e a efetivação da igualdade de oportunidades. Entre outros artigos da Lei há o reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombo e apontam direitos que o Estado assegura às estas comunidades, que vão desde a posse da terra em que habitam até a assistência técnica agrícola, acesso a financiamentos, cuidado e promoção à saúde, moradia e necessária infraestrutura, além do reconhecimento cultural destas comunidades. Esta situação abre discussões em torno do ser remanescentes de quilombos. Mas o que é o quilombo? Adiante trataremos deste termo.

Afrodescendente contém dimensão política que enfatiza a relação original com o Continente Africano, ligando o Brasil ao “berço da humanidade”. Ao mesmo tempo atualiza este pertencimento e denuncia a condição de desvantagem em que se encontram as/os descendentes de África. Mais que modismo, afrodescendente é termo polissêmico que evoca realidades diversas; provoca discussão e o olhar a condição dos brasileiros e das brasileiras descendentes dos povos africanos.

Reconhecemos o valor da dimensão política do termo afrodescendente e sua problematização acerca da população brasileira. De igual modo o termo negro como aquele que engloba a todos os descendentes dos africanos, independentemente da quantidade de melanina, ao mesmo tempo em que liga os descendentes aos escravizados no Brasil, os quais contribuíram na construção do País e ainda hoje aguardam seu reconhecimento mesmo que seja através da conquista dos seus descendentes mediante o reconhecimento dos direitos que a legislação brasileira salvaguarda. Assim, a reparação pelos quase quatrocentos anos de escravidão tem pertinência e atualidade, atestando a imprescritibilidade do crime de racismo.

As discussões lançam luz ao mesmo tempo em que provocam necessidade de se investigar a respeito da identidade. O que é e em que pode ajudar no entendimento sobre a complexa e multifacetada brasilidade?

## 2.4 Identidade

E aprendi que se depende sempre  
De tanta, muita, diferente gente.  
Toda pessoa sempre é as marcas  
das lições diárias de outras  
tantas pessoas.  
(Gonzaguinha)

Considerando o contexto em que nossa pesquisa se insere, realidade brasileira, constituída por diferentes culturas e etnias; tratando-se de relações etnicorraciais, faz-se necessário discorrer sobre identidade, pois esta se constrói a partir das relações estabelecidas. Buscamos na literatura subsídios para ajudar a entender assunto tão importante para a psicologia e em particular, para a psicologia social. Ricardo Franklin Ferreira (2004), em seu trabalho intitulado “Identidade afro-descendente” (sic), faz um percurso interessante e apresenta a identidade afrodescendente em construção. Mas, o que vem a ser identidade?

Jean-Claude Deschamps e Pascal Moliner (2009) fazem um resgate histórico acerca da temática e afirmam que, desde a década 1960, a temática tem ocupado a atenção de especialistas e leigos; alertam que este interesse talvez seja pelos confrontos étnicos, comunitários e até religiosos que aparecem com regularidade. Em decorrência das muitas relações que o ser humano estabelece, “Então se tornará necessário falar “de identidades no plural”, podendo cada agente social, seja individual ou coletivo, atualizar, mobilizar ou produzir identidades em função do contexto” (DESCHAMPS; MOLINER, 2009, p. 24).

Tratando-se de indivíduo podemos pensar que o fato de o ser humano nascer dependente de tudo favorece a relação com o outro que cuida e providencia a inserção ao meio social do novo que chega. O recém-nascido é potência, mas nos primeiros tempos, sua imaturidade neurológica e física o faz impotente; a autonomia se fará à medida do processo de maturação do sistema nervoso central e aprendizado das regras sociais e culturais que lhe são transmitidas. Este processo ocupa toda a vida. De igual modo vai-se construindo a identidade nas relações e, como são múltiplas relações, há também múltiplas identidades.

O gerenciador destas muitas identidades é o Eu (Ego ou Self). “Possuir o Eu em sua representação: é um poder que eleva o homem infinitamente acima de todos os outros seres vivos sobre a terra. Devido a isso, ele é uma pessoa. [...] e graças à unidade da consciência em todas as mudanças que lhe pode acontecer, ele é uma única e mesma pessoa”. (KANT, 1984, p.17, apud OLIVEIRA, 2006, p.61-62). Ainda encontramos “enquanto essas identidades podem ser experimentadas como uma pluralidade, o Eu é experimentado como uno porque ele

é o arcabouço que garante a continuidade sobre o qual a multiplicidade de identidades está inscrita”. (SÖKEFELD, apud OLIVEIRA, 2006, p.63). Estes pensamentos corroboram para realçar a unidade da pessoa e a multiplicidade de identidade que pode assumir.

Fátima Oliveira (2004) em seu pequeno artigo consegue definir identidade racial/étnica e, ao mesmo tempo, expor a realidade do negro no Brasil:

Identidade racial/étnica é o sentimento de pertencimento a um grupo racial ou étnico, decorrente de construção social, cultural e política. Ou seja, tem a ver com a história de vida (socialização/educação) e a consciência adquirida diante das prescrições sociais raciais ou étnicas, racistas ou não, de uma dada cultura. Assumir a identidade racial negra em um país como o Brasil é um processo extremamente difícil e doloroso, considerando-se que os modelos “bons”, “positivos” e de “sucesso” de identidades negras não são muitos e poucos divulgados e o respeito à diferença em meio à diversidade de identidades raciais/étnicas inexistente. Desconheço estudos brasileiros consistentes sobre identidade racial/étnica. (OLIVEIRA, 2004, p. 57).

Ricardo Ferreira (2004) assim define a identidade: “É um constructo que reflete um processo em constante transformação, cujas mudanças vêm sempre associadas a mudanças de referências e a novas construções de realidade por parte dos indivíduos, determinadas por sua participação em certos processos provocadores de impacto existencial”. (FERREIRA, 2004, p. 46). Pelo dinamismo da identidade, considera fatores etnicorraciais como “aspectos raciais da identidade” (idem, p.65). Ferreira ainda apresenta estágios que constituem a construção da identidade afrodescendente, quais sejam: estágio de submissão; estágio de impacto; estágio de militância; e estágio de articulação.

Na nomeação dos estágios utiliza palavras que refletem processos psicológicos que se destacam na vida de uma pessoa. Ao adotar “estágio” não tem a intenção de adotar padrões fixos, linear. Esclarece: “não se trata de uma “camisa de força” conceitual, mas de um delineamento teórico que sugere a ocorrência de processos transitórios na construção da subjetividade e ligados a circunstâncias específicas, construído como artifício didático para ajudar a compreensão”. (FERREIRA, 2004, p. 69).

Vejamos, resumidamente, como Ricardo Ferreira descreve cada estágio do processo de construção da identidade afrodescendente.

“Estágio de submissão: idealização do mundo branco como escudo” - etapa em que o afrodescendente absorve e se submete às crenças e valores da cultura branca dominante, inclusive no tocante à atribuição do “branco ser certo” e o “negro ser errado”. Tal internalização se dar de forma inconsciente e as diversas instituições sociais corroboram e ensinam esses valores, destacando-se a escola. No espaço de educação formal, nem sempre há

hostilidade declarada contra a criança negra; entretanto, há valorização dos valores branco-europeus, favorecendo, nas crianças, a identificação com os ideais brancos. Também ocorre a apresentação da figura do “negro caricatural”. Se ocorrer problemas étnico-raciais, estes são explicados de modo simplista e indicando saídas em que o negro deve se adaptar à realidade do “mundo branco” e o branco não deve ter atitudes racistas.

Ferreira identifica duas formas básicas dos afrodescendentes lidarem neste estágio com os aspectos etnicorraciais: ativa e passiva. A forma “ativa” é caracterizada pela idealização das características do branco e sua cultura e, simultaneamente a desvalorização da negritude e cultura negra com atitudes e comportamentos explícitos, ligando aspectos étnico-raciais negros ao Mal. A forma “passiva” se caracteriza por uma visão de mundo determinada por valores do grupo dominante. As pessoas afrodescendentes que se encontram nesse estágio são denominadas de “assimiladas” e apresentam alta motivação para serem aceitas pelo grupo de valores brancos. Concebem causação interna e individual às situações adversas sofridas, mesmo aquelas devidas às suas características étnico-raciais. Acreditam que a aceitação se dará mediante o esforço pessoal. Há negação do grupo afrodescendente como referência para constituição de sua identidade.

Pessoas neste estágio tendem a apresentar autoconceito pobre, baixa autoestima, autorrealização pobre, alta ansiedade e depressão. Tais sentimentos vêm acompanhados da sensação de não se “encaixar” em nenhum grupo, demonstrando alienação. Entretanto, se gradualmente toma consciência da desvalorização a que estão imerso, pode iniciar movimento na direção de uma transformação, alcançando o estágio seguinte de sua identidade – o estágio de impacto. (FERREIRA, 2004, 70-75).

“Estágio de impacto: descoberta do grupo etno-racial de referência” – etapa em que a pessoa não há como negar a não aceitação por parte do “mundo branco”. Suas referências não dão segurança para se articular com as situações da vida. Este estágio se efetiva em três fases. Na primeira, o impacto em que ocorre a tomada de consciência da discriminação, da não funcionalidade da visão do branco para a construção da estrutura pessoal e a necessidade de uma “nova identidade”. Na segunda, destaca-se a luta para o desenvolvimento de uma “nova identidade”. Há conflito entre o abandonar a identidade presente no estágio de submissão e a “nova”, ainda não configurada, provocando sentimento de confusão e desamparo. Na terceira, a pessoa passa a agir como se houvesse uma “identidade negra” definida e que deve ser encontrada. Etapa que comporta sofrimento, pois se toma consciência da discriminação sofrida ao longo da vida, exercida pelo grupo hegemônico. Não há um conjunto de

experiências comuns; são situações absolutamente idiossincráticas que resultam no despedaçamento da identidade. O indivíduo é forçado a se focalizar em aspectos de sua identidade que o inclui no grupo discriminado, o dos afrodescendentes. Ao final deste estágio a pessoa ainda não desenvolveu uma identidade articulada em torno de valores negros, mas resulta na tomada de decisão de se tornar negra. (idem, 75-79).

“Estágio de militância: construção de uma identidade afrocentrada” – caracterizado até aqui a pessoa estava submetida à visão do negro determinada pelo mundo do branco e sua maneira de agir é ainda estereotipada, com padrões idealizados de como a pessoa negra deve agir. Há tendência de supervalorização do negro em detrimento do branco, sendo a presença de melanina sinal de superioridade racial. Esse processo se torna mais dramático para o mestiço por trazer em si elementos do negro e do branco. Este estágio é composto por duas fases. A primeira denominada imersão, destacando-se o momento de crise, período de mergulhar no mundo negro, participando de grupos em que os valores negros são intensamente afirmados. A pessoa vivencia um desenraizamento acompanhado por sentimentos de raiva, culpa e orgulho. Raiva contra cultura e pessoas brancas; culpa pelo tempo em que ficou enganada sobre a cultura negra; orgulho através do contato com as matrizes africanas. Na fase de imersão, a identidade dos indivíduos poderia ser considerada como pseudoidentidade negra, pois se baseia na aversão e negação dos valores brancos e não numa perspectiva de afirmação positiva de suas referências negras. Este quadro configura incongruência com a postura de combate à discriminação.

Na fase de emersão o afrodescendente desenvolve um controle emocional e muito da hostilidade voltada para pessoas brancas é dissipada e passa a usar a energia pessoal para explorar os valores de seu próprio grupo. Os grupos radicais são evitados, passando a participar de grupos mais seriamente voltados para a reversão da discriminação e valorização das matrizes africanas, articulando-se com vários grupos simultaneamente. Assim, ocorre a internalização de valores de matrizes africanas e a construção de uma identidade positivamente afirmada. (idem, p.79-83).

“Estágio de articulação: abertura para a alteridade” - aos poucos, a pessoa desenvolve uma perspectiva afrocentrada não estereotipada. A “nova identidade” tem três funções dinâmicas: defender e proteger a pessoa de agressões psicológicas; sentido de pertença; prover base para transações com pessoas de culturas diferentes das referenciadas pelas matrizes africanas. A pessoa se torna psicológica e cognitivamente mais relaxada, permitindo que faça avaliações de aspectos fortes e fracos da cultura negra. Deseja estabelecer

relacionamentos significativos com pessoas não negras, respeitando-as. Torna-se capaz de realizar coalizões com membros de outros grupos em torno de projetos que no estágio da militância, não tendia a ocorrer. O afrodescendente passa a sentir-se aceito, com propósito de vida, enraizado profundamente na cultura negra, sem deixar de perceber a realidade de preconceito presente no mundo em que vive. As matrizes africanas passam a ser efetivamente afirmadas. (idem, p. 83-84).

O trabalho de Ricardo Ferreira ganha importância porque se detém no processo de construção da identidade afrodescendente, deixando explicado que se trata de uma construção pessoal sem, contudo, ser isolada, sobretudo porque identidade se constrói na interação. Não há uma identidade afrodescendente pronta, mas um percurso a ser trilhado, feito de desconstrução/construção, que comporta sofrimento e superação. Este trajeto faz pensar na comunidade Canela com seus desafios a serem enfrentados para conquistar a condição plena de cidadãos e cidadãs.

Vimos que há diversos conceitos para identidade, mas todos têm em comum a concepção de processo que acontece pela interação. Assim, temos a ideia de dinâmica e também a de que não há uma identidade pronta para ser assumida, mas vai se fazendo e refazendo através das relações que vão sendo estabelecidas. A identidade, melhor dizendo, as identidades se fazem pela troca e são legitimadas pelo Outro. Cabe a questão: se alguém é concebido como despossuído de valor, esta seria uma identidade? Os estudos de Goffman acerca da identidade em que ele explora a formação do estereótipo e o estigma, dimensões que não são identidades, demonstram que se trata de redução e ou distorção da identidade de alguém. Desse modo, não é qualquer relação que é legitimadora das identidades, faz-se necessária a alteridade para que se estruture a identidade. Vejamos como se expressa o autor:

Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida. Construímos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social. (GOFFMAN, 1978, p.15).

Aplicando-se essas informações para a realidade histórica do negro no Brasil e seus descendentes, as “identidades” de preguiçoso, indisciplinado, indolente, sujo, selvagem não constituem elementos para a formação de identidade do negro; são adjetivos, reduções a partir da cor da pele, estereótipos que não dizem da veracidade de quem quer que seja. Constituem-se em formas de exclusão dos negros da condição de cidadãos brasileiros, ao mesmo tempo

em que são manobras políticas para a permanência da hegemonia branca no poder. Quebrar essa manipulação é luta que vem de longa data e queremos aqui retratar uma maneira marcante utilizada pelos escravizados para romper com essa falácia, de modo que fica evidente que as identidades também precisam ser auto assumidas. Assim, as diversas formas de os escravos se rebelarem contra o regime escravista podem ter sido também maneiras usadas para se afastarem da relação que os descaracterizava enquanto pessoa. Na sequência, vejamos a forma mais conhecida que os escravizados usaram para se livrarem da opressão imposta pela escravatura.

## **2.5 Do quilombo às comunidades negras rurais: a incessante luta**

Negro entoou um canto de revolta pelos ares  
No quilombo dos Palmares onde se refugiou<sup>8</sup>.

Historicamente, entre os quilombos existentes no Brasil, o mais famoso foi o de Palmares pelos longos anos de resistência e combate aos agrupamentos que queriam destruí-lo. Vejamos agora o termo quilombo, aqui incluso porque temos o testemunho de um dos nossos entrevistados acerca da origem da Cancela estar vinculada a quilombo e também pela referência de parentesco de uma entrevistada (Etana) com um escravo foragido.

Segundo o dicionário Houaiss (2009) o termo quilombo tem datação do século XVI e seu significado designa “local escondido, ger. no mato, onde se abrigavam escravos fugidos” e ainda “povoação fortificada de negros fugidos do cativoiro, dotada de divisões e organização interna (onde também se acoitavam índios e eventualmente brancos socialmente desprivilegiados)”. (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1594).

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, no seu Artigo 68 Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) o quilombo foi reintroduzido no contexto da sociedade brasileira, ganhando conotações diversificadas do sistema escravocrata do passado, como podemos conferir no trecho do documento formulado pela Associação Brasileira de Antropologia:

o termo quilombo tem assumido novos significados na literatura especializada e também para grupos, indivíduos e organizações. Ainda que tenha um conteúdo

---

<sup>8</sup> Trecho do Canto das três raças, composição de Paulo César Pinheiro e Mauro Duarte. Gravado por Clara Nunes, no LP “Clara” de 1974.

Fonte:< [http://www.paixaeromance.com/70decada/canto3racas/h\\_canto\\_3\\_ra%C3%A7as.htm](http://www.paixaeromance.com/70decada/canto3racas/h_canto_3_ra%C3%A7as.htm)> acessado em 02/04/12.

histórico, o mesmo vem sendo ‘ressemantizado’ para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil. (...) Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. (...) No que diz respeito à territorialidade desses grupos, a ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais, predominando seu uso comum. A utilização dessas áreas obedece à sazonalização das atividades, sejam agrícolas, extrativistas ou outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação dos elementos essenciais ao ecossistema, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade. (O’DWYER, 2002, p.18-19).

Ilka Boaventura Leite, (2000), discorre sobre as questões conceituais e normativas do quilombo. Quanto ao conceito de quilombo, afirma:

A expressão quilombo vem sendo sistematicamente usada desde o período colonial. Nei Lopes afirma que “quilombo é um conceito próprio dos africanos bantos que vem sendo modificado através dos séculos” (...) Quer dizer acampamento guerreiro na floresta, sendo entendido ainda em Angola como divisão administrativa” (Lopes, Siqueira e Nascimento, 1987: 27-28).

O Conselho Ultramarino de 1740 definiu quilombo como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles. Indica também, uma reação guerreira a uma situação opressiva.

David Birmingham (1974) sugere que o quilombo se origina na tradição mbunda, através de organizações clânicas, e que suas linhagens chegam até o Brasil através dos portugueses.

Kabengele Munanga, ao recuperar a relação do quilombo com a África, afirma que o quilombo brasileiro “é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstituído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontravam todos os oprimidos”. Para este autor, a matriz de inspiração adveio de um longo processo de amadurecimento ocorrido na área cultural bantu nos séculos XVI e XVII., de instituições políticas e militares transétnicas, centralizadas, formadas por homens guerreiros cujos rituais iniciáticos tinham a função de unificar diferentes linhagens (ver Munanga 1995/6: 57-63). (...)

Considerando as condições da época e a própria tradição agrícolas dos africanos, Décio Freitas faz uma tipologia dos quilombos a partir de sua base de sustentação econômica, indicando sete tipos principais: os agrícolas, os extrativistas, os mercantis, os mineradores, os pastores, os de serviços, os predatórios (que vivem de saques). (LEITE, 2000, p. 336-337).

A questão da terra no Brasil foi sempre complexa “ao longo do processo de formação social brasileira, cada vez mais moeda de troca, configurando um sistema disfarçadamente hierarquizado pela cor da pele e onde a cor passou a instruir níveis de acesso (principalmente à escola e à compreensão do valor da terra)”. (LEITE, 2000, p. 335). A mesma autora relata que a primeira Lei de Terras datada de 1850, excluía os negros e seus descendentes do grupo dos brasileiros, reservando-lhes o lugar de “libertos”, uma categoria separada.

(...) os negros foram sistematicamente expulsos ou removidos dos lugares que escolheram para viver, mesmo quando a terra chegou a ser comprada ou herdada de antigos senhores através de testamento lavrado em cartório. Decore daí que, para eles, o simples ato de apropriação do espaço para viver passou a significar um ato de luta, de guerra. (...)

O quilombo, então, na atualidade, significa para esta parcela da sociedade brasileira sobretudo um direito a ser reconhecido e não propriamente e apenas um passado a ser rememorado. (LEITE, 2000, p.335).

O quilombo ganha conotação além do um lugar geográfico do passado, “A partir da Constituição Federal promulgada em 1988, cujo artigo 68 das Disposições Transitórias prevê o reconhecimento da propriedade das terras dos “remanescentes das comunidades dos quilombos”, o debate ganha o cenário político nacional. Por trás de algumas evidências, pistas e provas, surgem novos sujeitos, territórios, ações e políticas de reconhecimento”. (idem, 335). Vejamos o que diz a autora acerca de aspectos a serem considerados nas discussões sobre o quilombo no passar do tempo e na atualidade:

Recentemente, o antropólogo Alfredo W.B. de Almeida chama a atenção para a importância de um aspecto a ser enfatizado em sua gênese:

o da unidade familiar que suporta um certo processo produtivo singular, que vai conduzir ao acampamento com o processo de desagregação das fazendas de algodão e cana de açúcar e com a diminuição do poder de coerção dos grandes proprietários territoriais (Almeida 1998: 8).

Todo o esforço de Almeida conduz à demonstração de que a questão das chamadas terras de quilombos deve ser remetida à formalização jurídica das terras de uso comum, ou seja, domínios doados, entregues ou adquiridos, concessões feitas pelo estado, áreas de apossamento ou doadas em retribuição aos serviços prestados. As chamadas “terras de preto” compreendem, portanto, as diversas situações decorrentes da reorganização da economia brasileira no período pós-escravista, onde, inclusive, não apenas os afro-descendentes estão envolvidos. (idem, p.339).

A expressão “remanescente das comunidades de quilombos” que aparece no texto da Constituição de 1988 não se reduz a títulos fundiários, provoca o ressurgimento da discussão sobre quilombos e a “dívida” que o povo brasileiro teria para com os afrodescendentes por conta do “escravismo criminoso”, na expressão de Henrique Cunha Junior. Desde a década de 1930 há reivindicação de “reparação” do ato de “abolição da escravatura”, concebido pelos militantes da causa negra como processo inacabado.

Segundo Ilka Leite, os militantes apontam a reparação do ato abolicionista efetivado e a dívida “em dois planos: a herdada dos antigos senhores e a marca que ficou em forma de estigma, seus efeitos simbólicos, geradores de novas situações de exclusão. A exclusão como fato e como símbolo”. (LEITE, 2000, p. 339), A mesma autora prossegue dizendo:

Os militantes procuram ver o conceito de quilombo como um elemento aglutinador, capaz de expressar, de norrear aquelas pautas consideradas cruciais à mudança, de dar sustentação à afirmação da identidade negra ainda fragmentada pelo modelo de desenvolvimento do Brasil após a abolição da escravatura. (LEITE, 2000, p 340).

Ilka Boaventura Leite discorre também sobre comunidade, apontando que os estudos realizados nas décadas de 30/40 do século XX já identificavam a existência de “bairros negros situados nas áreas urbanas e periféricas, por onde surgem as escolas de samba, terreiros de candomblé e também um campesinato negro, identificado como comunidades negras rurais”. (Schwarcz, apud LEITE, 2000, p. 340). Estes estudos também vão fundamentar “a visão de grupo como unidade fechada em si mesma, coesa, como uma cultura isolada, contribuindo assim para uma visão idealizada da vida coletiva destas populações, consideradas não mais “primitivas”, mas “tradicionais”. Esta visão é considerada inadequada e somente com a crítica de Fredrik Barth (1976) ao conceito estático de cultura “é que alguns modelos teóricos até então utilizados foram considerados ultrapassados”. Surge dos estudos posteriores a noção de “territorialização étnica ainda pouco problematizada no âmbito dos vários aspectos da formação social brasileira e do imaginário sobre a nação”. (LEITE, 2000, p.340).

O’dwyer (2000) explica quando a “territorialização” é evocada, fazendo entender que é necessário a existência de conflito que ameace a pertença do território ocupado. Vejamos:

Em relação à territorialidade dos grupos étnicos remanescentes de quilombo, eis o que dizem os autores: “do mesmo modo que a etnicidade emerge tipicamente num contexto conflituoso de contato com a sociedade nacional mais ampla, a idéia de um território fixo, delimitado, é esboçada no interior do grupo étnico quando este se vê compelido, pelas frentes de expansão ou por setores politicamente influentes interessados em suas terras, a ordená-las e demarcá-las — o que Oliveira classifica como ‘processo de territorialização’ — sob pena de assistir impotente à sua usurpação gradual e definitiva por outrem. É, pois, tarefa do antropólogo investigar como o território é pensado pelo grupo no presente”. (O’Dwyer, 2000, p. 24).

Retomando Ilka Leite, esta afirma que a denominação “remanescente” que aparece na Constituição gerou dificuldades conceituais, pois é “restritivo, por remeter à ideia de cultura como algo fixo, a algo cristalizado, fossilizado e em fase de desaparecimento” (LEITE, 2000, p.340-341). Remanescente “não correspondia à autodenominação destes mesmos grupos, e por tratar-se de uma identidade ainda a ser politicamente construída, que suscitou tantos questionamentos”. (idem, 341) Foi necessária a atuação do Ministério Público, convocando a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) sobre a questão. Em 1994 foi constituído o Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais para elaborar um conceito

“remanescente de quilombo”. O documento final afirma “contemporaneamente, portanto, o termo não se referia a resíduos arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica”. Superando as noções de isolamento, população homogênea e “decorrente de processos insurrecionais”. “o quilombo deveria ser pensado como um conceito que abarca uma experiência historicamente situada na formação social brasileira”. (LEITE, 2000, p. 341-342).

Superando os impasses conceituais, “Falta identificar o sujeito do direito, os critérios normativos para a regulamentação da lei e sua aplicabilidade, ou seja, os procedimentos e etapas a serem cumpridos para a titulação das terras, as responsabilidades e competências dos atores sociais envolvidos”.(idem, p. 342).

Estudos sobre o texto do Artigo 68 da Constituição identificaram a comunidade como o sujeito do direito ali assegurado.

Não é a terra, portanto, o elemento exclusivo que identificaria os sujeitos do direito, mas sim sua condição de membro do grupo. “Neste caso, de todos os significados do quilombo, o mais recorrente é o que remete à ideia de nucleamento, de associação solidária em relação a uma experiência intra e intergrupos. (...) A participação na vida coletiva e o esforço de consolidação do grupo é o que o direito constitucional deverá contemplar, pois inclusive a legislação brasileira de inspiração liberal não se inspira na posse coletiva da terra. (LEITE, 2000, p. 344-345)

Considerando a burocracia do Estado e o fato de que o texto aprovado está entre as chamadas Disposições Transitórias e não como obrigação permanente; considerando a ideologia de embranquecimento, a autora chama atenção para a ameaça potencial de as comunidades remanescentes de quilombo e as comunidades negras rurais não obterem o direito constitucional assegurado:

O projeto de cidadania dos negros encontra-se hoje fortemente ameaçado. (...) inúmeros impasses criados para a aplicação da lei assim que se percebeu: 1) a grande quantidade de áreas a serem tituladas no Brasil sob esta perspectiva, já que a população afro-descendente é numerosa; 2) o poder de mobilização e reorganização das comunidades motivadas pelo próprio artigo; 3) a evidência da definição de uma identidade para os descendentes de africanos no Brasil, através da possibilidade de sua inclusão, finalmente, na condição de brasileiros, de cidadãos e da viabilidade mesma de ocorrerem titulações em grande parte das demandas desde então esboçadas. (idem, p. 349-350).

Ilka Leite aponta uma resistente barreira encontrada pelos processos em curso: “os juristas aguardam por critérios universais para a definição dos sujeitos do direito”.

Prosseguindo, a autora descreve a postura dos juristas quanto à conceituação do quilombo para a aplicação do direito constitucional:

Esperam dos cientistas sociais “objetividade”, para que possam exigir a aplicação da lei. Esperam por um único conceito de quilombo universalmente aplicável a todos os casos, ou que os antropólogos invistam mais nos laudos periciais e em torno de argumentos teóricos consensuais, capazes de definir, “de modo preciso”, se uma comunidade é ou não remanescente de quilombo. (LEITE, 2000, p.351).

Pelo estudo de Ilka Leite aqui apresentado, resumidamente, para entendermos um pouco do significado do quilombo, evidencia-se um processo complexo, que envolve diversos setores e que implica na autodeterminação das comunidades, passando por sua sensibilização, organização, autoidentificação. Existem particularidades, condicionamentos socioeconômicos que podem impedir e ou retardar a aplicação da lei, somados à morosidade do judiciário. Todavia, a movimentação das comunidades pode favorecer o fortalecimento da identidade afrodescendente pelo cultivo da identidade, dos valores das comunidades negras, como também do espaço territorial que ocupam.

Vimos neste capítulo quanto é complexa a realidade brasileira e, particularmente, no tocante às relações etnicorraciais e sobre os afrodescendentes, desde o termo designativo, suas condições socioeconômicas apresentadas através de dados do IBGE, além de estudarmos termos importantes ligados ao nosso trabalho, como identidade e quilombo. Esse último, além de ter sido lugar de refúgio no passado, também é hoje, com o sentido socioantropológico do presente, atualizado nas discussões em torno da cidadania das comunidades remanescentes de quilombo e as comunidades negras rurais, despertando o interesse e a necessidade de prontidão para se organizar, fazendo valer o que diz a Lei. Tivemos oportunidade de conhecer a posição da autora sobre educação, respaldada em Paulo Freire, situando este trabalho na área de Educação. Educação é considerada de forma ampla, considerando os saberes dos não alfabetizados como educação, cuja transmissão acontece através de práticas cotidianas. Assim, consideramos os saberes aprendidos dos antepassados e transmitidos às novas gerações como elementos educativos, constituindo-se em valores de uma comunidade e, em particular da comunidade pesquisada. Vejamos no próximo capítulo a comunidade Cancela, local em que foi desenvolvida essa pesquisa.

### 3 COMUNIDADE CANCELA – O LUGAR DA PESQUISA

Começamos a apresentação do lugar da pesquisa, situando-o no tempo, no espaço e na história. De acordo com os achados arqueológicos, o Piauí é lugar em que foram encontrados diversos artefatos que comprovam a presença de antigos habitantes, inclusive abrindo discussão quanto se ter achado ou não o crânio humano mais antigo das Américas. Independentemente do se chegar ou não ao final de tal discussão, fica patenteado a ideia e consequente comprovação da presença de povos antigos habitando a “Terra querida”. A cidade de São Raimundo Nonato e seus arredores, formando o Parque Nacional Serra da Capivara, (criado através do Decreto nº 83.548, de 05/06/1979) localizados na região sudoeste do Estado, como também o Parque Nacional de Sete Cidades, na cidade de Piri-piri abrigam diversos sítios arqueológicos com inscrições rupestres como que demarcando a passagem destes povos e servindo para investigações científicas e visitas turísticas sobre os antepassados americanos tupiniquins. ([www.portalsaofrancisco.com.br](http://www.portalsaofrancisco.com.br))

Além dos achados acima mencionados, existem as descobertas sobre a África como o lugar onde nasceu a vida, o “Berço da Humanidade” e de que há milhões de anos atrás, o Continente africano era junto com o continente americano e que o território do nordeste brasileiro era ligado à África, contendo condições geofísicas semelhantes; depois houve a separação através dos deslocamentos das placas tectônicas, originando os diversos continentes. Estas informações são importantes para assegurar a proximidade entre os continentes e os diversos tipos humanos que foram constituídos pelas migrações e a necessária adaptação às condições climáticas adversas. Então, temos uma humanidade, diversos tipos humanos, mas uma única e mesma raiz de vida, nascida em território africano e daí espalhada pelos continentes. ([www.orixas.org.br](http://www.orixas.org.br)).

Considerar estas informações é importante ao olhar para a história do Piauí, que por muito tempo foi preterido, mas que alcançou notoriedade ao ser conhecido como um lugar tão importante para se conhecer a história, a vida e costumes do ser humanidade nas Américas. Também para se marcar e demarcar a presença de povos antigos antes do chamado “descobrimento” das Américas e Brasil.

A partir de 1500, com a chegada dos portugueses em terras “pindorâmicas”, teve início o processo de invasão das terras e a implantação do sistema de expropriação e escravidão no país. Desde o litoral, por onde alcançaram as terras, foram adentrando e

tomando o lugar dos habitantes que aqui moravam, tendo chegado ao Piauí por volta de 1674, via rio São Francisco.

Atribui-se a Domingos Jorge Velho e a Domingos Afonso Mafrense a descoberta do Piauí; tal atribuição é contestada pelos eruditos “Não se justifica tratar esses ocupantes como “descobridores” (MARTINS et al., 2002, p. 18). Os autores explicam:

Devido ao próprio caráter da empresa preadora paulista, nenhuma dessas bandeiras chegou a fixar-se nas terras piauienses. A única exceção, aliás ainda hoje objeto de polêmica entre eruditos, foi a bandeira de Domingos Jorge Velho. É certo, porém, que, se esse bandeirante chegou a se fixar no Piauí, foi apenas provisoriamente, pois daí se retirou para participar ativamente da prolongada Guerra do Açu, no Rio Grande do Norte, na última década do século XVII, pelejando depois, durante muitos anos, no massacre aos negros de Palmares. (idem, p. 22)

Ainda lemos:

Foi igualmente em razão do combate ao índio que os primeiros fazendeiros vindos da Bahia penetraram nas terras piauienses. A poderosa Casa da Torre organiza, em 1674, importante expedição contra os “Gueguês” ou “Gurguéias” revoltados no São Francisco, nas proximidades do sul do Piauí. (idem, p. 22).

Então, temos as razões da chegada dos bandeirantes nas terras piauienses, a expansão territorial para a criação de gado na forma extensiva; e a perseguição aos povos indígenas habitantes da terra; quer seja pelos bandeirantes paulistas; quer seja pelos sertanistas vindos da Bahia. Agenor de Sousa Martins e colaboradores (2002) citam a presença de mais de quarenta nomes de povos indígenas habitando em terras piauienses, os quais foram dizimados quando da chamada colonização, processo da invasão, matança, e tomada do território por parte dos europeus, evidenciando a violência empregada, como nos mostram os autores:

Uma ideia do nível de violência e brutalidade dos fazendeiros é, entretanto, fornecida através da maneira pela qual se processava o assassinato dos sobreviventes dos massacres das tribos (as crianças índias chegaram a ser assassinadas com o esmagamento de suas cabeças com pedras e troncos de árvores). Porém, os dados mais eloquentes fora a rapidez com a qual umas poucas centenas de homens dizimaram dezenas de tribos, “limparam” uma das áreas mais densamente povoadas de índios do Brasil, e, por outro lado, a alta taxa de mortalidade; o que influiu seguramente no lento crescimento da população, mesmo com as boas condições de salubridade existentes e a facilidade de sobrevivência. (MARTINS et al., 2002, p. 38).

Domingos Afonso e Julião Afonso, irmãos portugueses de Torres Vedra se fizeram sertanistas na Bahia, por volta de 1670 e participaram da expedição que resultou na

demarcação da primeira sesmaria no Piauí, no Gurguéia, em 1676, pelo Governador de Pernambuco, cuja jurisdição cobria as terras piauienses.

O Domingos Afonso Sertão, conhecido também pelo sobrenome Mafrense morreu como Irmão Leigo da Companhia de Jesus, na cidade da Bahia, em 18 de junho de 1711, ficando para os Jesuítas os bens do falecido. Não temos o número exato das propriedades de Domingos Mafrense. Solimar Lima (2005, p.23) cita a quantia de trinta fazendas. Luiz Mott (2010), numa mesma publicação em artigos diferentes cita “trinta e três fazendas que pertenceram a Domingos Afonso Sertão, e que depois de sua morte passaram a ser administradas pelos regulares da Companhia de Jesus” (p.63). Em páginas posteriores, Mott escreve: “Em 1674, Domingos Afonso Sertão conquistava praticamente metade do território do Piauí, de modo que, ao retornar à Bahia, onde tinha residência, deixa atrás de si trinta fazendas de gado administradas por vaqueiros de sua confiança”. (MOTT, 2010, p.92 e 129).

Para nós neste trabalho, a imprecisão da quantidade de fazendas de propriedade de Domingos Afonso Mafrense enfatiza o grande latifúndio que caracterizou a fundação do Piauí, como podemos verificar através Luiz Mott quando transcreve o texto da “Descrição da Capitania de São José do Piauí”, de autoria de Antônio José de Moraes Durão, Ouvidor da Capitania, datada de 15 de junho de 1772. Mott justifica: “trata-se de um texto inédito, pois não o encontramos citado nem por Odilon Nunes, Pereira da Costa, Ferreira d’Alencastre, tampouco por J. Norberto de Sousa e Silva” (MOTT, 2010, p.20-21). Acompanhemos o trecho: “Os principais descobridores deste sertão foram Francisco Dias de Ávila, Antônio Guedes de Brito, Bernardo Vieira Tavares, Domingos Afonso Certão, e outros, aos quais concedeu S. Majestade todas terras que possuíssem”. (MOTT, 2010, p.42).

Em 1760, com a expulsão dos Padres Jesuítas do território brasileiro, as propriedades que lhes eram pertencentes, por doação do Domingos Mafrense, são confiscadas e, posteriormente, tornam-se fazendas imperiais e depois, tais propriedades passaram a ser chamadas de Fazendas da Nação ou Nacionais. O Piauí que havia entrado no cenário colonial como lugar de bons pastos, pelas condições geofísicas, torna-se o curral do país, fornecendo carne e outros produtos das fazendas, quer para consumo interno; quer para outras regiões.

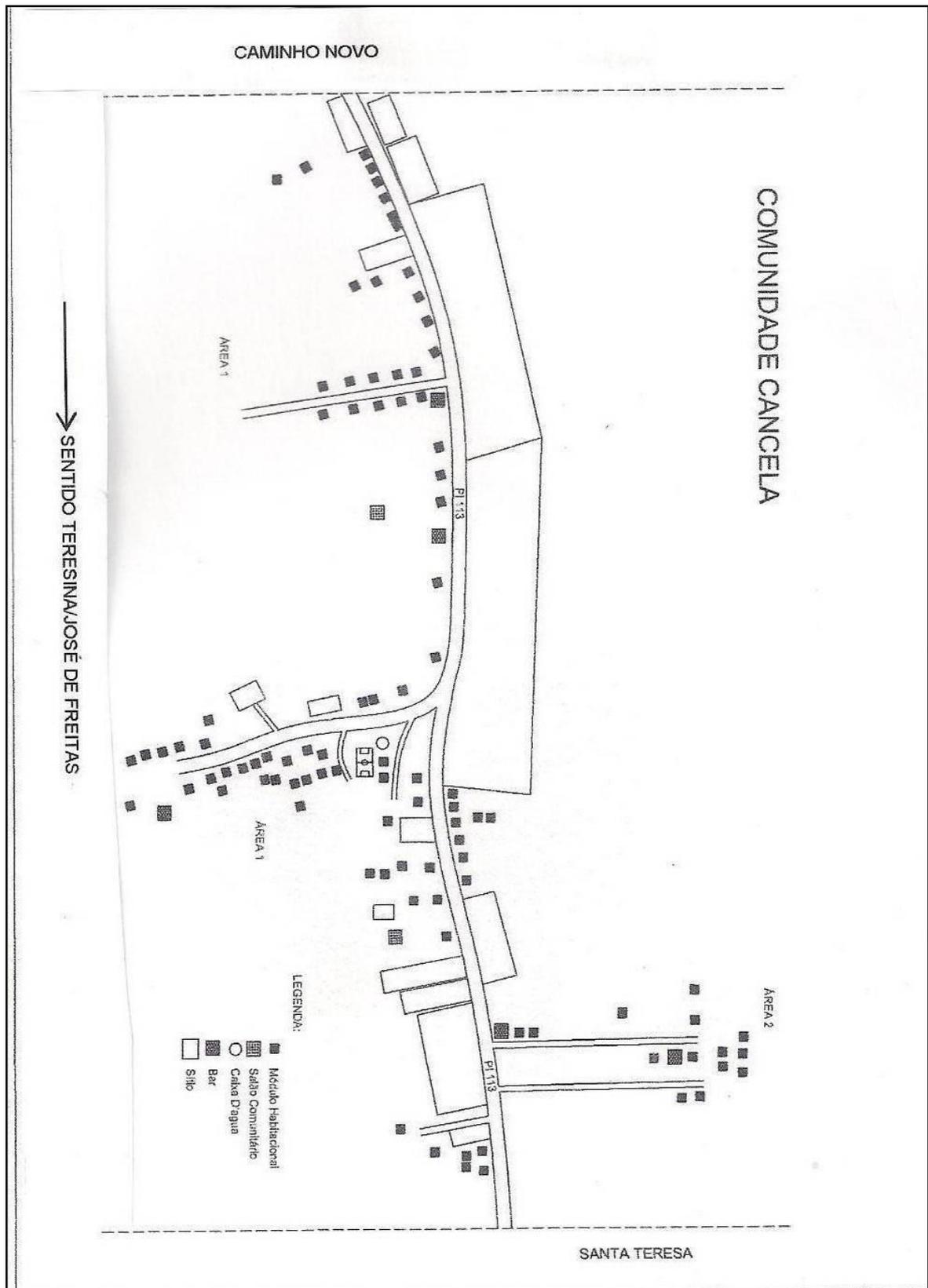
Nossa intenção não é escrever a história do Piauí como especialista, mas tão somente, demarcar o pertencimento dos povos afro-indígenas a esta terra e de seus descendentes, que como seus antepassados estão à margem social, vivenciando silenciamento, separação, indiferença, discriminação. Também para enfatizar as ligações universais entre os continentes e do continente africano com o Brasil, Piauí, Teresina, Canela. Também registrar neste

trabalho a violência praticada por quem se apresentou como “civilizado” e como modelo a ser seguido. O sangue derramado no território brasileiro e em especial no território piauiense testemunha contra os atos praticados e serve como referência de como não se deve fazer diante do diferente.

Vejamos o lugar da pesquisa, começando pelo esboço geográfico. Vale destacar que a comunidade Cancela, através dos depoimentos das pessoas entrevistadas, parece existir a quase cem anos. Entretanto, a comunidade não figurava no mapa oficial da Prefeitura, constituindo-se numa vitória para a povoação sua inclusão no mapa, ocorrida através de solicitação do Conselho Comunitário e deliberada por meio da Declaração do Superintendente do Desenvolvimento Rural em exercício (Anexo A). O documento detalha as coordenadas geográficas da Comunidade: “E: 761.455,881m e N: 9.447.195,810m, lugar denominado Cancela, na Gleba Santa Teresa (Terras pertencentes à União), Data Malhada Alta, está situado no Município de Teresina/PI”.

Segue esboço elaborado pela pesquisadora, a partir das informações fornecidas pela Agente de Saúde e depois aperfeiçoado pelo estudante de Agrimensura, Dário Luiz, que gentilmente, colaborou com nosso trabalho.

FIGURA 2: Esboço do espaço geográfico da Comunidade Cancela



Fonte: Dário Luiz da Silva Gonçalves, a partir de desenho a mão livre feito pela pesquisadora, com o auxílio de informação da Agente de Saúde, 2012.

A Cancela está localizada às margens da Estrada Estadual PI 113, a cerca de 30 quilômetros do centro da Capital, no sentido Teresina/José de Freitas. As habitações dos seus moradores ocupam os dois lados da pista; entretanto, o maior número de casas fica na margem direita do sentido mencionado (Área 1, p.51).

Há sítios nesta faixa de terra, mas seus proprietários preferem dizer que seus imóveis fazem parte de Santa Teresa, localidade que se limita à direita da Comunidade Cancela e abriga Posto de Saúde, Escola Municipal Santa Teresa e Igreja Santa Teresa.

A palavra cancela pode evocar significantes diversos e contraditórios: encerrar; inutilizar; anular; isolar; fechar; e também abertura, início, saída, ponto de partida. Em se tratando da comunidade Cancela tais significantes podem retratar um pouco da realidade das pessoas que ali vivem. Sobre a Comunidade incide olhares e conceitos diversos, contraditórios; o que pode ocorrer com qualquer localidade. Entretanto, há particularidades sobre a comunidade Cancela que a torna única, específica.

Cancela é lugar de muita umidade e, durante as chuvas sofre alagamentos, que persistem mesmo após a estação chuvosa, proliferando mosquitos e todo o desconforto que os insetos provocam. São constatados casos de doenças respiratórias, hipertensão, diabetes, alcoolismo, de acordo com informações fornecidas pela Agente de Saúde, Marcelina Sena, responsável pela comunidade, em conversa informal.

As casas são erguidas com tijolos, mas há casas feitas de taipa. Há uma tendência de se construir as residências no terreno dos pais, formando conjunto de casas de mesma família, tendo assim, casa de filhas/os; netas/os ocupando o terreno.

Não é difícil relacionar a população da Cancela com as condições geográficas em que está situada: lugar de muita umidade, sujeito a alagamentos recorrentes e persistentes, expondo seus habitantes a doenças, como por exemplo, doenças respiratórias, dentre estas a pneumonia, de acordo com a Agente de Saúde. O espaço das casas é reduzido se comparado com as propriedades dos sítios vizinhos, que estão melhores localizados sem ameaças de inundações. Pelo esboço geográfico da comunidade, no início deste capítulo (p.51), podemos perceber a situação espacial entre os tipos de habitações. As casas são diferentes dos sítios que estão na mesma faixa de terra. Os sítios com regularidade têm cercas, muros; as casas dos habitantes da Cancela, usualmente, são menores e, raramente, apresentam cercas demarcando divisão no espaço.

As crianças, adolescentes e jovens da Comunidade, na sua maioria, frequentam a Escola Municipal Santa Teresa, no Povoado Santa Teresa, que nos turnos manhã e tarde

funciona o Ensino Fundamental, até 8ª série ou 9º ano. A Escola, em 2009, implantou o programa “Escola Aberta”, oferecendo cursos e esportes para todos que se interessarem. No turno da noite funciona o Ensino Médio e a Educação para Jovens e Adultos.

O lugar em que se nasce e cresce tem influência sobre a pessoa. (GUIMARÃES, 2004, p.18-19). A comunidade Cancela já teve um pequeno grupo de capoeira que foi desativado. Os jovens se deslocam para o Povoado Santa Teresa para ir à escola, ir à igreja e também para ficar na praça. Chama atenção a pouca expressividade dos jovens e da comunidade como um todo e, em particular, a recusa recorrente das jovens em participar. O comportamento das jovens observado na Igreja Santa Teresa pode ser descrito como timidez, isolamento, não aceitação aos convites para participação, retraimento, fechamento, não “se misturar” com pessoas de outras comunidades, ficam juntas e interagindo entre si. Apenas uma do grupo das jovens que frequenta com assiduidade a igreja Santa Teresa aceita fazer leitura nas celebrações.

Estes comportamentos também foram observados na Escola Municipal Santa Teresa pelo diretor adjunto, o senhor Luiz Alberto (2009) em conversa sobre os alunos residentes na comunidade Cancela afirmou: “eles não se misturam e também apresentam dificuldade de aprendizagem; não se manifestam, não perguntam para esclarecer suas dúvidas”. As Agentes de Saúde que já atuaram na comunidade Cancela também fazem observações semelhantes sobre os moradores da localidade.

Escutamos expressões de pessoas de outras comunidades acerca da comunidade Cancela, por exemplo, “as negonas da Cancela”; “aquele povo da Cancela”; “os vagabundos da Cancela”; indignação dos usuários dos ônibus que fazem a linha Teresina/José de Freitas porque precisam parar para entrada ou saída das pessoas da Cancela. Os moradores de Santa Teresa e Caminho Novo que têm propriedades que se limitam com a Cancela rejeitam pertencer à localidade; tal atitude não se reduz à geografia, é, sobretudo, não incorrer no risco de serem confundidos com as pessoas da Cancela.

A seguir veremos alguns dados sociais referentes à comunidade em estudo, pelos quais podemos obter informações importantes sobre as condições em que vivem as brasileiras e os brasileiros residentes neste lugar, revelando as estruturas ou melhor, a falta dessas.

### 3.1 Dados cadastrais coletados pela agente de saúde

A atual Agente de Saúde da Comunidade Cancela é filha do lugar e, foi nomeada, após a Assembleia (relato no capítulo 3) em que houve debate sobre o funcionamento do Posto de Saúde e foi denunciada ao Secretário Municipal de Saúde a vacância de quase três meses de Agente de Saúde na Comunidade. A nomeação da Agente constitui uma vitória para a Comunidade em específico, mas também um ganho que confirma a força da organização popular em defesa dos seus direitos perante às autoridades responsáveis em assistir à população em suas necessidades.

A jovem nomeada começou seu trabalho, priorizando a atualização do cadastro. Vejamos algumas informações acerca da população da Cancela constantes no Cadastro realizado pela atual Agente de Saúde:

**TABELA 1: DADOS CADASTRAIS – FAIXA ETÁRIA**

<b>IDADE/ANOS</b>	<b>NÚMERO DE PESSOAS</b>	<b>PERCENTUAL%</b>
<b>0 – 1</b>	<b>13</b>	<b>3,22</b>
<b>1 – 4</b>	<b>22</b>	<b>5,44</b>
<b>5 – 9</b>	<b>30</b>	<b>7,42</b>
<b>10 – 14</b>	<b>43</b>	<b>10,65</b>
<b>15 – 19</b>	<b>33</b>	<b>8,17</b>
<b>20 – 39</b>	<b>157</b>	<b>38,87</b>
<b>40 – 49</b>	<b>34</b>	<b>8,41</b>
<b>50 – 59</b>	<b>37</b>	<b>9,15</b>
<b>60 – MAIS</b>	<b>35</b>	<b>8,67</b>
<b>TOTAL</b>	<b>404</b>	<b>100</b>

FONTE: Agente de Saúde da Comunidade Cancela, 2011.

O total da população da Canela é de 404 pessoas; número de famílias/residências: 124, com uma média de 3,26 pessoas por casa. Número de mulheres com idade entre 20-59 anos: 114; número de homens com idade entre 20 -59 anos: 114; Recém-nascido: 01; Crianças de 0 – 2 anos: 15; Crianças de 0 – 1 ano: 12; Criança de 0 – 4 meses: 1; Gestantes: 06.

Podemos visualizar as informações. Há predomínio do número de adultos na faixa etária de 20 – 39 anos. São 4,48 vezes mais que os mais velhos e 12,07 vezes mais que os mais novos da comunidade. Podendo ser apontada como a faixa etária a ser sensibilizada para cultivar as informações do passado para serem transmitidas às novas gerações, de modo a aglutinar a comunidade em torno de sua identidade. Esta faixa etária compreende a juventude e adultos jovens, parte da população economicamente ativa.

Além das faixas etárias, outras informações foram fornecidas pela Agente de Saúde sobre a Comunidade, pelas quais podemos conhecer dados importantes quanto às condições das habitações desta população que estudamos. Os dados mostram a infraestrutura das suas construções e em que condições vivem, conforme podemos observar na tabela a seguir:

**TABELA 2: DADOS SOCIAIS**

<b>1.TIPO DE CONSTRUÇÃO DAS CASAS</b> Tijolo/Adobe – 98 Taipa revestida – 03 Taipa não revestida – 23	<b>5.PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS COMUNITÁRIOS</b> Grupo religioso – 39 Conselho Comunitário - 71
<b>2.DESTINO DO LIXO</b> Coletado – 58 Queimado/ enterrado – 86 Céu aberto – 4	<b>6.MEIOS DE TRANSPORTE</b> Ônibus – 106 Carro – 12 Outros – 35
<b>3.TRATAMENTO DE ÁGUA</b> Filtração – 62 Cloração – 4 Sem tratamento – 58	<b>7.MEIOS DE COMUNICAÇÃO</b> Rádio – 80 TV – 116
<b>4.ABASTECIMENTO DE ÁGUA</b> Poço público – 112 Outros – 14	<b>8.EM CASO DE DOENÇA PROCURA:</b> Hospital – 38 Unidade de Saúde – 114 Benzedeira – 04 Farmácia – 02
<b>9.DESTINO DAS FEZES E URINA</b> Fossa – 88 Céu aberto – 36	

FONTE: Dados fornecidos pela Agente de Saúde (2011).

Dos dados acima organizados nos chama a atenção os itens 2, 3, e 9 porque formam uma tríplice combinação que pode comprometer a saúde das moradoras e dos moradores da Cancela.

O lixo com maior frequência é queimado ou enterrado, causando fumaça e provocando problemas de ordem respiratória para as pessoas do lugar, além de causar danos ao meio ambiente. O serviço da coleta de lixo é feito pela Prefeitura Municipal de Teresina, ocorre semanalmente, mas ainda é usado parcialmente pela população. Mesmo em menor número, o lixo destinado a ficar a “Céu aberto” pode causar problemas para todos os moradores.

A água mais utilizada pela população é a da caixa d’água pública que, via canos, chega à maioria das residências e fica sob a administração da Prefeitura de Teresina. Segundo a Agente de Saúde, semanalmente, funcionários da Prefeitura adicionam produtos para purificação da água. Entretanto, mesmo com a adição de purificadores, faz-se necessário o cuidado de acrescentar hipoclorito de sódio, fornecido pelo Ministério da Saúde e distribuído

no Posto de Saúde de Santa Teresa, via Agentes de Saúde das diversas localidades. Pelos depoimentos colhidos pelo Cadastro realizado pela Agente de Saúde, o produto fornecido é minimamente utilizado pela população da Cancela, estando apenas quatro residências usando regularmente. A maioria utiliza o hipoclorito de sódio na lavagem de roupas, como água sanitária.

Há índice significativo, 29,03%, de residências sem fossas, expondo os dejetos a “Céu aberto”, o que pode causar doenças à comunidade, sobretudo pela realidade do período das chuvas em que ocorrem alagamentos. Estes três itens requerem atenção urgente das autoridades sanitárias para adotarem medidas eficazes para superação dos problemas de ordem estrutural básica para Cancela.

O meio de transporte mais utilizado é o ônibus, existindo duas empresas que prestam este serviço; uma que faz a linha Teresina/José de Freitas e outra que faz a linha Teresina/Lagoinha, via Santa Teresa. O serviço de transporte para o centro urbano funciona só até às vinte horas e os horários para Lagoinha, vindo de Teresina vão até às dezenove horas, quando faz a última viagem. Os horários para José de Freitas se estendem até as vinte duas horas quando é realizada a última viagem. Veículos particulares só aparecem doze. Outros meios de transporte utilizados são a bicicleta e motocicleta.

Em caso de doenças, a população, na sua maioria, se utiliza do serviço público, encaminhando-se ao Posto de Saúde localizado em Santa Teresa; ou se dirigindo aos hospitais da rede pública de saúde na zona urbana de Teresina. Em menor quantidade, recorrem à Benzedeira, particularmente, para rezar de quebranto em crianças. (Informação dada pela Agente de Saúde).

Temos o esboço da realidade da comunidade Cancela que apresenta um pouco do retrato da comunidade. Os dados fornecidos pela Agente de Saúde priorizam os cuidados com a saúde e trazem informações que vão além de uma visão restrita, abrangendo as condições habitacionais que estão diretamente envolvidas com o favorecimento ou não de saúde. Feita a apresentação da comunidade investigada, importa também apresentar a pesquisadora no item seguinte.

### 3.2 Trajetória pessoal da pesquisadora

Nesse espaço, após descrever a Comunidade Cancela, vejamos a trajetória da pesquisadora como um modo de aproximação entre quem propõe a pesquisa e quem colabora com a realização desta. Descreveremos a trajetória usando a primeira pessoa.

Sou descendente do povo africano, indígena e europeu; tenho antepassados das três raças ou etnias e sou amálgama de culturas em que até bem pouco tempo prevalecia a hegemonia branca como ideal a ser alcançado mesmo tendo traços marcadamente africano-indígenas. Sou resultado do relacionamento de Luiz Dias e Maria Ernestina da Silva, que constituíram uma grande família com seus onze filhos e filhas, que são por ordem de nascimento, Elvira, Antônio, Maria Helena, Lucimar, Jonival, Eleuza, Elizete, Eliane, Eulina, Luís Filho, Lucivaldo e, quando entrei na Vida Religiosa em 1985, Aline foi adotada e já estava com seis meses de vida.

Sou religiosa da Congregação das Irmãs Servas da Sagrada Família (SSF); congregação brasileira, nascida em Salvador – Bahia, fundada pelo Monsenhor Joaquim Ayres de Almeida Freitas, sacerdote diocesano respeitado pelo clero dos anos 50 do século passado. Embora tenha nascido em Salvador, lugar em que há maior concentração de negros no mundo depois da Nigéria, a questão racial não foi e ainda não é discutida na Congregação, mesmo sendo um grupo que tenha aceitado vocações negras desde o seu início.

Em 13/06/1953, quando foi reconhecida pela Igreja como Congregação, a primeira irmã, que iniciou o primeiro grupo e, mesmo havendo desistências, perseverou, não foi reconhecida como co-fundadora, mas outra irmã foi convidada a assumir este papel. Coincidentemente ou não, a primeira irmã, Maria de Fátima era negra, ou afrodescendente e a escolhida, Madre Maria Angélica Nobre Leony, branca. Por que a Irmã Maria de Fátima não foi a co-fundadora? Pela sua perseverança de mais ou menos 15 anos de espera para obtenção do reconhecimento de um novo grupo religioso na Igreja, seria natural; entretanto, não foi isso que ocorreu.

Algumas irmãs dizem que foi por não ter formação escolar, pois tinha que lidar com autoridades, comandar o grupo, vista que em 1959, Monsenhor Ayres faleceu e, no cofre deixou apenas o dinheiro do pão para o dia seguinte. O fato de não se ter escolhido a Irmã Maria de Fátima pode revelar discriminação, preconceito, racismo, ao mesmo tempo em que podemos pensar que o racismo também se faz presente no meio religioso e, o silêncio é presente em torno do assunto, a exemplo do que ocorre em outros ambientes, como família,

escola, Igreja, Vida Religiosa, universidade, comunidades e em todos os cantos por onde já passei.

Em Salvador morei no centro, bairro de Nazaré quando cursei Psicologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA); mas, a maior parte do tempo em que eu morei na capital baiana residia em comunidades de periferia. Bairro Dom Avelar<sup>9</sup>, nascido a partir de ocupação; e Fazenda Grande I, parte das Cajazeiras, grande área de conjuntos habitacionais. Entre uma comunidade e outra, o que vi é que em Dom Avelar havia maior proximidade entre as pessoas, talvez pelo fato de elas se ajudarem no fazer as casas, através dos mutirões. Nas Cajazeiras, a impressão é que era um grande dormitório; os trabalhadores saíam cedo para o trabalho e só retornavam à noite. O vizinho não conhecia o outro ao seu lado. Os pequenos apartamentos separavam uma família da outra, anulando a proximidade geográfica. Percebíamos a indiferença quando fazíamos encontros em família; havia dificuldade de uma família levar a Bíblia para o vizinho do lado porque não se conheciam. Então, percebia-se uma dificuldade em realizar a evangelização. Todavia, houve mudanças e os encontros realizados nas famílias possibilitaram a aproximação entre os moradores.

No bairro Dom Avelar, especificamente, na comunidade católica, havia o grupo de adolescentes que tiveram iniciação na vida cristã através do catecismo, preparando-se para a Primeira Comunhão e, para continuarem participando da comunidade, fazíamos reuniões semanais em que conversávamos sobre algum tema e também preparávamos algum modo de os adolescentes participarem nas celebrações, fazendo leituras, cantos, danças, dramatizações. Lembro que houve um Natal que ensaiamos o evangelho sobre o nascimento de Jesus. Pedi que uma menina fizesse o papel de Anjo Gabriel. Houve reação de outra garota porque a escolhida era negra de pele bem escura. Para mim era natural tal escolha porque a menina escolhida tinha condição de desempenhar bem o papel, como realmente o fez. Hoje, fico contente porque mesmo sem ter noção da questão racial, na época fui justa, vi apenas uma menina que tinha o direito de participar; também porque sem saber atuei positivamente na vida daquela garota. Já ouvi tantos depoimentos de pessoas marcadas negativamente por terem sido barradas de momentos como aquele; impedidas de serem anjos pela alegação de não haver anjo negro. Fico feliz porque possibilitarei esta oportunidade àquela garota, que cresceu, estudou e se tornou biblioteconomista.

---

<sup>9</sup> Dom Avelar Brandão Vilela foi arcebispo de Teresina e depois foi nomeado arcebispo de Salvador e primaz do Brasil. Em Teresina foi quem iniciou a experiência de Centros Sociais, como espaços de encontros e formação dos pobres, de acordo com informações da professora Maria do Carmo Bomfim, em novembro de 2011.

Depois que concluí o curso de Psicologia, trabalhei atendendo crianças e adolescentes de um orfanato em Simões Filho, cidade próxima a Salvador. O local dos atendimentos eram as dependências do salão paroquial. Eram crianças marcadas pela condição de não morar com suas famílias e viviam dificuldades próprias desta condição. Na sua maioria as crianças eram negras e traziam vivências de discriminação racial, embora não soubessem nomear nem localizar seus sofrimentos advindos destas discriminações. Recordo-me de uma garota de uns 12 anos que de tanto escutar não fazer nada que prestasse assimilou e repetiu “refrão”. Um dia, após termos concluído uma sessão grupal, pedi que todos ajudassem a colocar a sala em ordem. Num certo momento a garota sumiu e, depois retornou. Ela havia percebido que não tínhamos a pазinha para recolher o lixo e ela providenciou. Então, falei-lhe: “tá vendo que você faz coisa boa”. Depois desta devolução essa garota se comportou de maneira mais tranquila e positiva nas sessões.

Em 2006, fui transferida para Teresina, minha cidade natal; vim morar na zona rural e foi aqui que tive contato com a comunidade Cancela, que me provocou olhar a questão racial de maneira diferente, ou a perceber a questão racial do Brasil. Os primeiros contatos aconteceram na Igreja Santa Teresa, igreja matriz da Área Pastoral. Pela proximidade da Cancela, cerca de um quilômetro e meio, seus moradores frequentam a matriz, vista que na sua comunidade não há capela e, quando acontece celebração é no espaço da casa de uma senhora muito conhecida da comunidade.

Quando convidava as jovens para fazerem leituras, cantar, elas recusavam. Passei a tomar informações sobre a comunidade e percebi que seus moradores eram vistos de forma depreciativa e fui relacionando os comportamentos das jovens com o que outras pessoas diziam acerca dos moradores e moradoras da Cancela. Então, por iniciativa própria passei a chamar o grupo das jovens da Cancela de “Povo bom da Cancela”. Eis a razão do título deste trabalho. Penso que já escutaram demais referências negativas. Passei também a me interessar pela questão racial e vi que tinha e tenho muito a aprender a respeito do tema tão importante e tão pouco abordado no dia a dia e também no espaço acadêmico, haja vista que em setembro de 2009, ao me preparar para participar do processo seletivo do mestrado em Educação na UFPI, vi no site da universidade que no período de 2005 a 2008 não havia tido esta temática e, no presente processo, aparecia. Então, resolvi escolher este assunto como forma de voltar a estudar depois de sete anos que fiz a Especialização e enfrentar o desafio de aprender conteúdo por mim nunca estudado. Assim, este trabalho favoreceu a releitura da minha

história e pertencimento ao povo negro, indígena e trouxe ocasião para identificação com a causa negra, particularmente, com a comunidade Cancela.

Ao ingressar na UFBA no curso de Psicologia, muitas vezes senti-me um extraterrestre, (E.T.); cheguei a pensar que ali não era o meu lugar. Havia sido aprovada num vestibular altamente concorrido, sendo na época, o único curso de psicologia no Estado. Vivi período difícil e hoje, não aceito que ninguém fale que algum lugar não seja para alguma pessoa; tranquilamente, já disse e direi: não existe este lugar! Todo lugar serve para qualquer pessoa que o tenha conquistado. Assim, pesquisar sobre os moradores da Cancela é de alguma forma também, fazer um trabalho pessoal, libertando-me de novo, favorecendo espaço para que outras pessoas façam seu percurso de libertação. Eis meu desejo.

Descrever meu trajeto serve para identificar situações que para mim ganham notoriedade e sinalizam um caminho de aproximação com a temática. Ao mesmo tempo, evidencia-se minha posição política, religiosa, humana frente a uma realidade particular, cujo contato foi como que exigindo uma definição. Feita a minha apresentação, prossigamos com o trabalho, olhando o percurso da realização da pesquisa.

#### 4 ITINERÁRIO METODOLÓGICO ADOTADO

Companheiro, você sabe, não existe caminho; passo a passo, pouco a pouco o caminho se faz.  
(Benedito B. Prado)

Este trabalho se caracteriza como pesquisa qualitativa, porque nossa investigação prioriza as pessoas colaboradoras e suas experiências de vida. “A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos”. (RICHARDSON *et al.*, 2011, p.90). Assim, para este trabalho, a pesquisa qualitativa se mostra como mais adequada para investigarmos a respeito das concepções etnicorraciais das pessoas colaboradoras.

Ainda justificando o tipo de pesquisa escolhido, é visível que o imaginário do sujeito pesquisado não pode ser quantificado, pois seu universo de significado, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes correspondem a um espaço mais profundo de relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, apud GONZAGA, 2006, p. 71).

Nossa pesquisa contém elementos da pesquisa etnográfica conceituada como

o método de investigação pelo que se aprende o modo de vida de uma unidade social concreta. Através da etnografia se persegue a descrição ou reconstrução analítica de caráter interpretativo da cultura, formas de vida e estrutura social do grupo pesquisado. Mas também, sob o conceito de etnografia, referimo-nos ao produto do processo de investigação: um escrito etnográfico ou retrato do modo de vida de uma unidade social. (GÓMEZ, 1999, apud GONZAGA, 2006, p. 76)

Para obtermos as informações na coleta de dados, escolhemos: 1) a entrevista não estruturada e, 2) a observação participante como instrumentos junto às pessoas colaboradoras da pesquisa; além de 3) desenho com as crianças.

1) Entrevista não estruturada - vejamos como os autores a definem:

ENTREVISTA NÃO-ESTRUTURADA, entrevista na qual o entrevistador apoia-se em um ou vários temas e talvez em algumas perguntas iniciais, previstas antecipadamente, para improvisar em seguida suas outras perguntas em função de suas intenções e das respostas obtidas de seu interlocutor. (...) pouco importa a técnica ou o instrumento utilizado, a coleta de testemunhos, abordagem própria das ciências humanas, exige que o pesquisador dirija-se a pessoas que querem responder as perguntas, que têm a competência para fazê-lo e que o fazem com honestidade. O

recurso ao testemunho permite a exploração dos conhecimentos das pessoas, mas também de suas representações, crenças, valores, sentimentos, opiniões... (sic) (LAVILLE & DIONNE, 2007, p.190).

O tipo de entrevista escolhido prevê o elenco de temas, a partir dos quais a entrevista é conduzida, mantendo o foco da pesquisa. “O entrevistador apoia-se em um ou vários temas e talvez em algumas perguntas iniciais, previstas antecipadamente, para improvisar em seguida suas outras perguntas em função de suas intenções e das respostas obtidas de seu interlocutor”. (LAVILLE & DIONNE, 2007, p.190). Nosso objetivo era conhecer as concepções etnicorraciais dos entrevistados da comunidade Cancela, portanto, era necessário escolher temas pertinentes e ao mesmo tempo desencadeadores de respostas. Ponderamos e decidimos por quatro temas, que foram: a) origens da comunidade; b) afrodescendência; c) racismo/discriminação e d) educação. Eles nos pareceram simples e capazes de estimularem nossos entrevistados e entrevistadas a falarem a respeito do lugar e de suas concepções etnicorraciais e, realmente o foram.

Queríamos saber das histórias sobre o início da comunidade, personagens e suas características; fatos; lendas e possíveis influências do passado na atualidade. Também queríamos investigar sobre como as moradoras e os moradores da Cancela se percebem, se se consideram negros, pardos, morenos; qual a cor que elas e eles assumem; por que dizem o que dizem; o que sabem sobre brasileiras e brasileiros de outras cores. Buscávamos saber como sentem as relações etnicorraciais no dia a dia, quais as suas experiências e ainda se há diferenças no modo de serem tratados e por quê. Além de, concebendo a educação no sentido mais amplo, a partir do que Paulo Freire concebia, queríamos saber sobre o que os pais ensinaram e ou ensinam com relação à herança racial e as relações etnicorraciais; ao mesmo tempo queríamos saber também como estes assuntos são ou não trabalhados na escola, o que veem quanto a estes assuntos, além de amizades, experiências, tratamentos recebidos dos colegas e professoras(es).

Concebendo as pessoas colaboradoras como conhecedoras das suas histórias e as mais indicadas para dizer sobre elas mesmas, escolhemos a entrevista não estruturada como o tipo mais adequado para “conversarmos” a respeito da vida das nossas colaboradoras e colaboradores no tocante aos temas referentes a esse trabalho. Nosso desejo era escutar as pessoas, e o fizemos considerando que:

A melhor maneira para participar na mente de outro ser humano é a interação face a face, pois tem o caráter, inquestionável, de proximidade entre as pessoas, que proporciona as melhores de penetrar na mente, vida e definição dos indivíduos. Este tipo de interação entre as pessoas é um elemento fundamental na pesquisa em

Ciências Sociais, que não é obtido satisfatoriamente, como já foi visto, no caso da aplicação de questionário. (RICHARDSON *et al.*, 2011, p. 207).

Clifford Geertz (2003) é enfático ao se referir à postura do pesquisador no campo:

...torna-se o significado de “ver as coisas do ponto de vista dos nativos” menos misterioso. Isto não significa que a questão fique mais fácil de responder, nem que a necessidade de perspicácia por parte do pesquisador de campo diminua. Para captar conceitos que, para outras pessoas, são de experiência-próxima, e fazê-lo de uma forma tão eficaz que nos permita estabelecer uma conexão esclarecedora com os conceitos de experiência-distante criados por teóricos para captar os elementos mais gerais da vida social, é, sem dúvida, uma tarefa tão delicada, embora um pouco menos misteriosa, que colocar-se “embaixo da pele do outro”. O truque é não se deixar envolver por nenhum tipo de empatia espiritual interna com seus informantes. Como qualquer um de nós, eles também preferem considerar suas almas como suas, e, de qualquer maneira, não vão estar muito interessados neste tipo de exercício. O que é importante é descobrir que diabos eles acham que estão fazendo. (GEERTZ, 2003, p. 88-89).

Geertz é firme quanto à posição esclarecida que deve ter o pesquisador no contato com as pessoas colaboradoras de sua pesquisa. Destacamos o respeito pelo sujeito, que é fundamental para a condução do trabalho. Concebê-los como capazes de saberem sobre si mesmo e reconhecer sua dignidade de ser humano. A pesquisa tem como objetivo escutar e conhecer o que as pessoas têm e querem dizer acerca da temática investigada. Portanto, não se vai elucubrar acerca dos conteúdos, mas se vai diretamente à fonte. Esse recurso é fundamental para que se obtenham as informações e exigente na interpretação e ligação com as teorias formuladas.

As entrevistas foram feitas individualmente para assegurar a confidencialidade da pesquisa, além de reduzir possibilidades de interferências. Foram agendadas com antecedência de no mínimo vinte quatro horas e registradas por meio de gravação de voz, fotografias, filmagem das e dos colaboradores. Estes recursos ajudaram no registro, auxiliando a manter fidelidade ao conteúdo expressos pelas pessoas participantes, possibilitando rever o conteúdo registrado quando necessário. A seguir, detalharemos sobre outro instrumento para consecução do nosso estudo.

2) Observação participante definida como “técnica pela qual o pesquisador integra-se e participa na vida de um grupo para compreender-lhe o sentido de dentro”. (LAVILLE & DIONNE, 2007, p. 178) para acompanhar dois eventos previstos, a Festa do Divino, ocorrida no dia 12/06/2011; a Novena em honra a Nossa Senhora do Carmo, realizada no período de 08 a 16/07/2011. Participamos da última noite de novena e da manhã do dia seguinte, na festa de encerramento. As celebrações estão descritas no capítulo 4, intitulado “Pesquisa de campo:

achados e reflexões”, como também foram registrados em vídeo com autorização das pessoas responsáveis pelos acontecimentos, a senhora Eshe e o senhor Abdalla, respectivamente, com a aquiescência das pessoas participantes dos eventos. Estes momentos foram escolhidos porque eram momentos em que se reuniam pessoas da casa em que ocorria a oração e outras pessoas da comunidade, constituindo momento propício para observarmos a interação das pessoas do lugar.

3) O desenho foi usado com as crianças entrevistadas como meio de aproximação para daí abordar o tema em estudo. Nossa intenção era de estabelecer relação lúdica entre a criança entrevistada e a pesquisadora e, a partir do seu desenho realizar a entrevista. O uso do desenho com crianças é atividade usual nas escolas e também na psicologia, mas a entrevista não é uma prática frequente.

Após as explicações da criança sobre o desenho, a coleta de informações prosseguia com a entrevista. Segundo Aguiar e Ozella (2006), por meio desta pode-se investigar o discurso sobre determinado assunto apresentado por um sujeito, além de permitir o acesso às significações que este atribui à realidade. Deve-se ponderar que este discurso não encerra a compreensão dos sentidos e significados que o sujeito atribui, já que eles continuarão se modificando de acordo com as relações estabelecidas pelo sujeito. A utilização do procedimento de entrevista com crianças não é habitualmente apontada pela literatura, e isso ocorre, segundo Carvalho *et al.* (2004, p. 291-292) “[...] inclusive porque, usualmente, pensa-se a criança como incapaz de falar sobre suas próprias preferências, concepções ou avaliações”; todavia, as autoras afirmam que novos estudos sobre crianças vêm alterando essa concepção. (NATIVIDADE *et al.*, 2008, p. 14).

Os participantes da pesquisa foram 08 (oito) pessoas de ambos os sexos, com idade entre 9 e 86 anos, moradoras e moradores da comunidade Cancela. Esta amplitude etária se deu porque nossa intenção era investigar gerações diferentes. Contamos com a ajuda de uma família colaboradora e moradora da localidade que foi a referência para os contatos com as demais famílias.

As pessoas colaboradoras foram convidadas pessoalmente pela pesquisadora para participar desta pesquisa, quando da visita às famílias do lugar e foram dadas as informações acerca do trabalho e em que consistia a colaboração delas, através da explicação verbal e do instrumental escrito, Termo de Consentimento Livre Esclarecido e Consentimento da Participação da Pessoa como Sujeito (Apêndice A), que foi assinado em duas vias, ficando uma via com a pessoa colaboradora e outra com a pesquisadora. De acordo com a disponibilidade de cada pessoa foram agendadas as entrevistas.

Os responsáveis pelos menores de idade receberam informações sobre a pesquisa e foram convidados a assinarem o termo de concordância de participação das crianças como

colaboradoras na nossa pesquisa (Apêndice B), com as mesmas orientações acima. Levou-se em consideração a opinião das crianças quanto à sua participação na pesquisa para que não se sentissem obrigadas pela opinião dos seus responsáveis legais. Da mesma forma, se houvesse divergência de opinião dos responsáveis das crianças, estas não seriam aceitas como colaboradoras. Ficou claro que as pessoas colaboradoras com a pesquisa o seriam livremente sem qualquer ônus para si nem para a pesquisadora.

Partimos para a Comunidade com desejo de encontrar com as pessoas, querendo escutá-las e assim, conhecer a dinâmica de suas vidas e suas concepções acerca das relações etnicorraciais do Brasil, a partir das suas vivências no cotidiano. Levamos os Termos de Consentimento (Apêndice A e B) e falamos do trabalho, esclarecendo que ao aceitarem participar como colaboradoras estavam ajudando a realizar a pesquisa; também nos esforçamos para esclarecer que havíamos escolhido a Comunidade como lugar para realizar o trabalho. Nosso convite foi aceito sem qualquer ressalva, a partir do convite pessoal, feito a cada pessoa em particular e, recebido concordância, agendamos dia e hora para realizar a entrevista. Entregamos o Termo de Consentimento para que os possíveis colaboradores tivessem em mãos as explicações escritas, além daquelas feitas verbalmente, transcorrendo tempo de no mínimo vinte e quatro horas entre o convite verbal e a realização da entrevista. Nenhuma pessoa consultada mudou seu aceite. Apenas a senhora Etana recebeu o convite e decidiu realizar a entrevista no mesmo momento, porque trabalha na zona urbana, saindo cedo de casa e retornando somente ao final da tarde. Sua entrevista foi realizada no dia da Festa do Divino, no intervalo após o almoço em sua residência.

Com a entrevista não estruturada, orientada pelos temas: origens da comunidade; afrodescendência; racismo/discriminação e educação, as informações sobre algumas pessoas da Comunidade Cancela foram obtidas e resultaram em dados que podem ajudar a compreender a maneira delas se identificarem (identidades etnicorraciais) e, por aproximação, a Comunidade Cancela e outras comunidades afrodescendentes.

Havíamos pensado em agrupar as respostas por faixa etária, mas percebemos que apresentar as respostas das pessoas colaboradoras e, em seguida, ir tecendo comentário dar mais dinamicidade ao texto. A ordem dos depoimentos segue a sucessão dos itens orientadores das entrevistas. Há respostas mais longas, mais curtas, dependendo da pessoa entrevistada. Um são mais detalhistas, outras deram respostas mais pontuais. Adiante apresentamos um quadro com referências das pessoas colaboradoras (Capítulo 5). São nomes fictícios e de origem africana; assim os escolhemos em homenagem aos povos do Continente

Africano; para tanto consultamos um site na Internet. No Apêndice C estão nomes atribuídos às pessoas da Comunidade com quem conversamos e ou foram citadas pelas pessoas colaboradoras.

Os dados obtidos por meio da Observação participante e da Entrevista não estruturada foram ordenados de modo a podermos identificar as concepções das pessoas entrevistadas quanto a si mesmas; caracterizar quais concepções predominam; identificar necessidades da comunidade e possíveis políticas públicas para satisfazê-las; e, o que os dados apontam para que a escola possa melhor absorver a realidade da comunidade afrodescendente no seu cotidiano. As fotografias, filmagem, desenhos das e dos colaboradores armazenados nas formas de CD e DVD foram recursos que ajudaram no registro das entrevistas, auxiliando a manter fidelidade ao conteúdo expresso pelas pessoas participantes. Constituem documentos importantes que atestam a realização da pesquisa e o registro em várias mídias possibilitará a utilização de vários modos e ficarão arquivados sob a guarda da pesquisadora.

As pessoas participantes desta pesquisa são moradoras da Comunidade Cancela, quer tenham nascido ou não na localidade. Este critério circunscreve a comunidade tanto em termos do lugar geográfico quanto também ao pertencimento àquele agrupamento humano. A maioria dos moradores é nascida no lugar e pertence à mesma família. Há ingressos de outras pessoas porque estabeleceram vínculos matrimoniais com pessoas do lugar. A idade mínima estabelecida nesta pesquisa para as pessoas participantes foi de 6 anos porque queríamos investigar crianças que já tivessem treino em trabalhar com papel e lápis, porque prevíamos o uso do desenho com o grupo de crianças. Os mais velhos da comunidade são analfabetos ou semianalfabetos porque não tiveram oportunidade de frequentar a escola, haja vista que a escola mais próxima só começou a funcionar em 1975 (ALVES, 2008, p. 23).

Pela natureza desta pesquisa qualitativa, com elementos etnográficos que visa à identificação das concepções etnicorraciais das moradoras e dos moradores da comunidade Cancela, mediante contato direto e interativo da pesquisadora na busca de compreender o fenômeno investigado a partir da perspectiva dos participantes em situação concreta, não detectamos riscos para a comunidade Cancela; no entanto, estávamos cientes que a abordagem sobre a questão racial podia causar desconforto pessoal às pessoas que viriam colaborar conosco, por se tratar de tema pouco abordado. Acreditávamos que a pesquisa podia favorecer um despertar para o tema e a superação do assunto tabu, favorecendo a conversa e, conseqüentemente, seu esclarecimento, superando o silêncio conivente com a discriminação racial. Quanto a este aspecto, as entrevistas realizadas provocaram a reflexão sobre as

relações etnicorraciais, revelando o efeito interventor da entrevista, ao mesmo tempo o valor do falar como desencadeador de questionamentos. A mãe de um garoto entrevistado relatou um dia depois da entrevista realizada que ele se questionava e a questionou quanto ao ter respondido certo sobre a sua cor.

Nossa pesquisa tem uma particularidade pelo fato de ter privilegiado a escuta das pessoas colaboradoras; nosso interesse não se prendeu aos aspectos socioeconômicos, diferenciando-se, por exemplo, do trabalho de Boakari e Gomes (2005), que tinham como objetivo mapear e caracterizar sócio e culturalmente comunidades negras rurais do Piauí. A Comunidade Cancela pode ser incluída neste mapeamento. Todavia, metodologicamente, priorizamos ouvir as pessoas a partir das vivências diárias quanto suas relações etnicorraciais, suas experiências de vida, também considerando os aspectos socioeconômicos e educacionais. Nossa opinião quanto à inclusão no mapeamento realizado pelos pesquisadores acima mencionados se pauta nas características fenotípicas da população da Cancela, suas necessidades estruturais, o distanciamento com relação a outras comunidades, com o detalhe diferente do aspecto geográfico descrito no mapeamento, mas que resulta no mesmo fenômeno, qual seja a distância social.

Tratando-se de pesquisa que envolve pessoas, possíveis riscos podiam ocorrer, a exemplo de “fabricação de estória” por parte das pessoas entrevistadas quer seja para tentar agradar à entrevistadora; quer seja “contos de fada” que podiam contaminar a confiabilidade das informações. Não encontramos nenhum relato fabuloso que pudesse ser enquadrado como conto de fada. Usamos a entrevista não estruturada tendo apenas um guia de temas, deixando que as pessoas entrevistadas se expressassem com autonomia, sobretudo porque as concebíamos como conhecedoras da sua história.

Outra dificuldade que podia ocorrer era a demora no recrutamento de participantes. Para tal possibilidade fizemos a aproximação da comunidade desde 2009, conhecendo e nos deixando conhecer, o que ajudou a romper possíveis desconfianças e conseqüente estabelecimento de relação amistosa entre moradores e pesquisadora, além de contarmos com pessoas da comunidade que foram intermediadoras nos contatos com os moradores. Outro ponto era o não cumprimento exato do cronograma. Este já era previsto e, para superá-lo fizemos ajustes no calendário para que a pesquisa fosse desenvolvida de modo exequível. Por exemplo, enquanto tínhamos feito uma previsão de realizar as entrevistas em tempo menor, por necessidade de se ouvir e conhecer bem o material gravado, o prazo para o fim das entrevistas foi estendido.

Após a coleta dos dados, transcrevemos as respostas obtidas, organizando a partir dos temas da entrevista não estruturada, de modo a identificar a resposta de cada pessoa colaboradora. Em seguida, buscamos elencar as concepções etnicorraciais que aparecem nas respostas, respeitando o seu conteúdo, relacionando com o que dizem os teóricos. Por fim, apresentamos esse relatório no qual figuram nossas considerações finais acerca do trabalho, sinalizando providências que a escola brasileira pode adotar para cumprir mais eficazmente sua função/missão de educar cidadãs e cidadãos brasileiros e, especialmente, a escola frequentada pela comunidade Cancela, particularmente, sobre a temática das relações etnicorraciais orientada pelo Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana (s/d). Em seguida, a partir dos instrumentos escolhidos, vemos as narrativas acerca dos eventos observados e os depoimentos dos nossos entrevistados.

## 5 A RIQUEZA IMATERIAL DO POVO BOM DA CANCELA

É tão bonito quando a gente pisa firme  
Nestas linhas que estão na palma de nossas mãos.  
É tão bonito quando a gente vai à vida  
Nos caminhos onde bate muito mais o coração.  
(Gonzaguinha)

A riqueza cultural de ser gente pode estar no material palpável e no imaterial que constitui valores, princípios que orientam a conduta de um povo, de uma comunidade. Veremos que a religiosidade devocional católica faz parte do acervo patrimonial da comunidade Cancela e está no cotidiano através de imagens nas paredes das casas, nos oratórios, nas rezas do Terço e nos cultos à memória dos santos como São Francisco de Assis, Santa Rita, São Raimundo Nonato entre outros. Esse trabalho focou a Festa do Divino e a Novena de Nossa Senhora do Carmo.

Além das festas religiosas foi registrada a Assembleia, na qual se debateu a respeito do funcionamento do Posto de Saúde de Santa Teresa, frequentado pelos moradores e moradoras da Cancela. Esse evento se deu a partir da convocação feita pelo Sr. José Barbosa. Ele é presidente da Associação dos Micros e Pequenos Produtores Rurais da comunidade Mata Velha e Adjacências e ocorreu no salão paroquial. Justifica-se tal inclusão porque a comunidade pesquisada faz uso do Posto de Saúde e as condições estruturais precárias da localidade em estudo reclamam providências à saúde pública (Tabela 2, p. 55).

Iniciaremos a exposição dos dados coletados através da Observação Participante, descrevendo os eventos religiosos celebrados pela comunidade, em que tivemos oportunidade de vivenciar, registrando-os na forma de vídeo. O relato da exposição se inicia pela Festa de Pentecostes, chamada pela comunidade de Festa do Divino. Em seguida, veremos A Devoção à Mãe de Jesus sob o título de Nossa Senhora do Carmo e, por fim, a Assembleia sobre o posto de saúde. Posteriormente, apresentaremos os dados coletados através da Entrevista Não Estruturada em que poderemos acompanhar os depoimentos das pessoas colaboradoras dessa pesquisa.

## 5.1 O perscrutar a fé - observação participante

### 5.1.1 Festa do Divino

Trata-se de festa móvel do calendário católico, celebrada cinquenta dias após a Solenidade da Ressurreição de Cristo, comemorando a descida do Espírito Santo sobre a comunidade dos Apóstolos em Jerusalém, conforme o livro da Bíblia, Atos dos Apóstolos<sup>10</sup>.

A festa acontece na casa de dona Eshe, organizadora do evento, e uma das personagens que dá continuidade a um costume dos mais velhos. Eshe disse que Mãe Adebola, sua tia, rezava e lhe ensinou a rezar. Pelas informações parece tratar de um costume centenário. “Eu era menina e já celebrava o Divino; imagina quanto tempo não faz”!

No dia 12 de junho de 2011, aconteceu mais uma festa em honra do Divino Espírito Santo na comunidade Cancela. Nesta ocasião, os familiares da senhora Eshe e membros da comunidade se reúnem para festejar e também para se reencontrar. O dia é marcado pelas orações, a alegria pelo reencontro, almoço festivo. Tudo é feito em mutirão<sup>11</sup>, o preparo da refeição em grandes panelas para que a comida seja suficiente para todas as pessoas que vêm para a festa.

O neto de dona Eshe, Elimu, bate a caixa, instrumento de percussão, para anunciar que a oração do Terço<sup>12</sup> vai começar. Daí alguns minutos, dona Eshe, sem anunciar, começa a rezar Terço; e assim, tem início as orações. São orações simples, inclusive sem contemplar os

---

<sup>10</sup> Atos dos Apóstolos (At 2, 1-41).

<sup>11</sup> Organização com a participação de muitos em torno de um objetivo em que todos colaboram e dividem o trabalho, de modo a obter um resultado para todos ou para alguém em específico.

<sup>12</sup> Terço é a terça parte do **ROSÁRIO**, palavra que quer dizer *coroa de rosas*. Antes do Cristianismo, os pagãos coroavam de rosas suas estátuas, como símbolo de sua devoção. Os cristãos primitivos substituíram as rosas por orações. Na Idade Média, os ascetas recitavam, integralmente, os 150 salmos de Davi. Para aqueles que não sabiam ler e para os leigos, correspondiam a 150 Pai-Nosso que foram substituídos pela primeira parte da saudação que o anjo Gabriel fez à Maria: “*Ave Maria, cheia de graça. O senhor é contigo. Bendita és tu entre as mulheres e Bendito é o fruto de teu ventre*”.

Assim se formou o Saltério de Maria, cuja recitação era acompanhada de genuflexões ou prostrações. A meditação dos mistérios, como conhecemos hoje, é posterior, possivelmente iniciado por um religioso de Tréveros, Domingos da Prússia, na primeira metade do século XV.

Deve-se a Ordem Dominicana o desenvolvimento da Devoção ao Santo Rosário que os Papas, em particular Leão XIII, não só recomendavam esta prática como a enriqueceram de grandes indulgências. O Papa João Paulo II acrescentou, em outubro de 2002, os Mistérios Luminosos, instituindo o ano do Rosário, de outubro de 2002 a outubro de 2003.

Disponível no site < <http://servosdarainha.files.wordpress.com/2008/11/terco1.jpg> > acessado em 27/01/2012

mistérios (episódios da vida de Jesus Cristo). A última dezena do Terço é cantada e depois, cantam-se benditos que foram aprendidos de cor; não se faz uso de folheto de cantos, usa-se a memória para entoar os cânticos. Houve um momento em que um filho de dona Eshe pegou a caixa e tentou acompanhar o cântico entoado pelas mulheres, mas não havia harmonia entre instrumento e vozes. Outro senhor pegou a caixa e buscou acompanhar o canto e conseguiu estabelecer um pouco de harmonia.

Antes, durante e após a oração do Terço, as pessoas presentes colocam ofertas em dinheiro no oratório em que estão várias imagens de santos e de santas da devoção da dona Eshe, inclusive a imagem do Divino em forma de pomba. Tudo está, modestamente, bem enfeitado. Entre as imagens, pode-se identificar Nossa Senhora Aparecida, Santa Luzia, Padre Cícero, Coração de Jesus e de Maria, Jesus Crucificado, entre outros.

Na sala durante a oração estão as mulheres, adolescentes e crianças. Os homens estão do lado de fora conversando, soltando fogos de artifícios. Eles não participam da oração na sala, contudo, só entraram quando um deles tocou a caixa para acompanhar o canto.

Após a oração, que durou mais ou menos uma hora, passou-se para a refeição. O almoço foi preparado pelas netas de dona Eshe. Lila comandou os preparativos, mas contou com a ajuda das suas primas: Amadi, Akwete, Pili, Madiha, Pili mulher de seu irmão. Formase a fila e, cada pessoa vai se servindo lá no galpão coberto com palhas para proteger do sol.

Além da confraternização entre as pessoas presentes, são lembrados os falecidos, inclusive durante a oração. Dizem que a tradição está ficando, a cada ano, mais fraca. Destacam que no passado mais pessoas participavam e a festa era mais animada. As pessoas mais jovens ficam mais reservadas, observando e do mesmo modo, as crianças.

Por volta das 16 horas saíram em procissão para o cemitério. Um pequeno grupo segue em procissão, formado somente por mulheres e adolescentes. Na frente vai o estandarte<sup>13</sup> do Divino; logo em seguida, a jovem Madiha leva um pequeno oratório com a imagem do Divino, que pode ser vista de fora porque a porta do oratório é de vidro. Seguem cantando, acompanhado pela caixa que é tocada por Makini. O pequeno cortejo segue via PI 113 até o Povoado Santa Teresa em direção ao Cemitério. Lá chegando acendem velas no cruzeiro. Dirigem-se a uma sepultura e saúda Adebola, uma pessoa que em vida festejava o Divino: “te alevanta Adebola, teu Divino veio visitar! Até para o ano!”.

Depois seguem para a Igreja Santa Teresa e participam da missa às 17h00. Também vem a comunidade do Calengue que celebra o Divino e o tem como padroeiro da pequena

---

<sup>13</sup> Estandarte é a bandeira vermelha, de tecido brilhoso com a estampa do Espírito Santo em forma de pomba.

Capela do lugar. Por sua vez, fez também a visita ao cemitério e veio participar da celebração. Este cortejo chegou atrasado, a missa já havia começado.

Após a missa retornam para as comunidades. Seguem juntos os dois cortejos: os oratórios com a imagem do Divino vão lado a lado até ao cruzamento da entrada do povoado Santa Teresa. Ali param. Há cantos e versos improvisados feitos pela senhora do Calengue, enquanto ela mesma toca a caixa de percussão, marcando o compasso do verso. Fazem a despedida e marcam encontro para o próximo ano, se vivos estiverem. A neta de dona Eshe, Makini, acompanha o ritmo batendo a caixa de percussão, mas não faz verso de improviso. As pessoas fazem o gesto de passar a bandeira do Divino na cabeça, como pedindo bênção e proteção. Em seguida, cada cortejo segue em direção à própria comunidade.

Dona Eshe e Babu, seu marido, não acompanharam o cortejo. Eles ficaram em casa com a maioria das pessoas que vieram para a festa. O casal diz já estar cansado, velho e já não aguenta a caminhada.

### **5.1.2 A devoção à Mãe de Jesus sob o título de Nossa Senhora do Carmo**



Fonte: Imagem pertence ao Sr. Abdalla. Foto Arquivo de Elizete Dias da Silva, 2011.

Importante saber um pouco da origem da devoção à Maria sob o título de Nossa Senhora do Carmo. Para tanto, vejamos resumo das origens dessa devoção:

A festa da Padroeira da Ordem Carmelita foi, inicialmente, a da Assunção da Bem-aventurada Virgem Maria, a 15 de agosto. Entretanto, entre 1376 e 1386, surgiu o costume de celebrar uma festa especial em honra de Nossa Senhora, para comemorar a aprovação da regra pelo Papa Honório III, em 1226. Esse costume parece ter-se originado na Inglaterra. E a observância da festa foi fixada para o dia 16 de julho, que é também a data em que, segundo a tradição carmelita, Nossa Senhora apareceu a S. Simão Stock e lhe entregou o escapulário. No início do século XVII ela se transformou em definitivo na "festa do escapulário", e logo começou a ser celebrada também fora da Ordem e, em 1726, espalhou-se por toda a Igreja do Ocidente, por obra do Papa Bento XIII<sup>14</sup>.

Saber sobre origem da festa a Nossa Senhora do Carmo destaca o aspecto de ligação com realidades maiores e lugares que parecem geograficamente distantes, mas que mantêm proximidade que ultrapassa as evidências. Vejamos como se deu a festa na Comunidade Cancela

A família de senhor Abdalla e dona Mariamu reza a Novena de Nossa Senhora do Carmo, continuando um costume que a senhora Adebola, tia do senhor Abdalla, tinha e transmitiu para ele. Na casa desta família o primeiro cômodo da casa é feito de tijolos, os outros são de taipa e o chão batido. Ali se ver bem a umidade do lugar. Vai ter leilão; os bolos ainda não estão prontos; Lila, neta de dona Eshe, que comandou os preparativos da comida da festa do Divino, foi convidada a ajudar a fazer os bolos. O forno está sendo aquecido, logo tudo estará pronto para ser arrematado no leilão.

A Novena em honra a Nossa Senhora do Carmo consiste na reza do Terço, cantos e benditos. A oração é conduzida por dona Eshe, a mesma senhora que festeja o Divino e que é referência de pessoa de fé e rezadeira de quebranto e outras enfermidades. Conhece o uso de erva medicinal, ensina e recomenda o uso para cura de doenças. Este conhecimento foi adquirido ao longo da vida, como também as orações. Ela foi convidada a "tirar" o Terço, que consiste em coordenar as orações, cantar benditos antigos. Tudo rezado sem papel, de cor.

No encerramento da Novena, na manhã do dia 16 de julho, fez-se a oração do Terço e, em seguida, a derrubada do mastro erguido no início do novenário. No mastro fica a bandeira com a imagem de Nossa Senhora do Carmo estampada, tremulando durante os nove dias. Para erguer e derrubar o mastro é necessário a ajuda de vários homens, pois o poste de madeira é alto e pesado, como podemos observar na fotografia a seguir.

---

<sup>14</sup> Disponível <[http://www.basilicadocarmocampinas.org.br/16\\_julho.htm](http://www.basilicadocarmocampinas.org.br/16_julho.htm)> acessado em 02/02/2012.

**Figura 3: Foto da Derrubada do Mastro de Nossa Senhora do Carmo**



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2011.

Todos se dirigem à frente da casa. As mulheres cantam enquanto os homens pelem para derrubar o mastro. É uma operação perigosa, pois pode machucar alguém devido o peso do poste de madeira. Fez-se uma pequena procissão com as imagens dos santos e das santas que a família tem em seu oratório; cada pessoa pegou uma imagem e formando um cortejo fizeram uma pequena caminhada em torno da frente da casa e voltando para a sala em que estava o oratório, concluindo-se as orações. Em seguida, a família ofereceu às pessoas presentes um café com bolo de goma de mandioca. Segundo dona Mariamu, já se ofereceu almoço no passado, mas hoje as coisas estão difíceis. Após o lanche as pessoas retornaram às suas casas. Particpei do almoço com a família, estando apenas eu como convidada.

O próximo item, por tratar de assunto que atinge diretamente a Cancela, foi incluído no estudo, registrando a participação do povo como sujeito sociopolítico, elemento também constitutivo da identidade, cuja construção é permanente e processual.

### **5.1.3 Assembleia sobre o Posto de Saúde Santa Teresa**

O Posto de Saúde que atende a Comunidade Cancela fica situado no Povoado Santa Teresa, a cerca de um quilômetro e meio da Comunidade; apresenta estrutura deficitária para a quantidade de pessoas que busca o serviço de saúde e o quadro de funcionários (médicos, enfermeiros, administradores, atendentes, etc.) oferece um mau atendimento à população e, por isso, o senhor José Barbosa, Presidente da Associação dos Micros e Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Mata Velha e Adjacências, convocou a Assembleia Geral para se

tratar sobre o funcionamento do Posto de Saúde, chamando todas as comunidades. O local da reunião foi o salão da Igreja Santa Teresa.

**Figura 4: Foto da Assembleia sobre o Posto de Saúde Santa Teresa**



Fonte: Arquivo pessoal de Elizete Dias da Silva, 2011.

O número de pessoas presentes na reunião era reduzido, comparando-se o universo de pessoas que recorrem aos serviços que o posto oferece. Todavia, foi representativo, pois as pessoas se manifestaram de modo veemente, deixando transparecer angústia, indignação, cansaço em serem mal tratadas por quem deveria dispender cuidado e atenção para com aquelas e aqueles que buscam atendimento, vencendo as distâncias e dificuldades de acesso.

As lideranças comunitárias de várias localidades fizeram o uso da palavra. Estavam presentes o Secretário Municipal de Saúde, o senhor Pedro Leopoldino e sua equipe. O secretário escutou atentamente as reivindicações feitas pelas lideranças, intercaladas pelas manifestações das pessoas presentes que relataram fatos ocorridos no posto e denunciaram a falta de atendimento por parte da equipe médica que só presta dois dias de serviço durante a semana. Recusa atendimento às pessoas que apresentam alguma urgência e que não pertençam à área geográfica da qual o médico é responsável, fato que causa indignação e revolta aos presentes. Relato de omissão de atendimento que resultou na morte da pessoa que não fora atendida.

Lila e Salima, duas mulheres da Cancela, manifestaram-se e denunciaram o descaso nos atendimentos no Posto e nas visitas às famílias pelos médicos da família. Falaram alto, sem temor. Uma contou que seu marido havia feito cirurgia e o médico do hospital disse que

deveria tirar os pontos com quinze dias no Posto de Saúde, mas isso não ocorreu, porque a equipe do posto se recusou a ir à sua casa fazer o procedimento, alegando falta de transporte. Ela se ofereceu para levar de bicicleta, mas ninguém aceitou. Os pontos foram tirados por uma pessoa conhecida, com dezessete dias. Falou que a Comunidade estava com dois meses sem Agente de Saúde e nenhuma providência havia sido tomada. Também manifestou sua preocupação com relação ao seu marido que terá de se submeter a uma intervenção cirúrgica na coluna e perguntou: que assistência ele vai ter do Posto?

O secretário se mostrou surpreso com tais relatos e se comprometeu em dar providências para que fossem sanadas todas as problemáticas apresentadas, inclusive ampliar o atual posto ou erguer um novo, dependendo da decisão da comunidade; trata-se de obra rápida. Caso a comunidade escolha a ampliação, esta será realizada ainda em 2011. Quanto ao expediente dos médicos, eles devem cumprir quatro horas diárias, de segunda a sexta-feira. Autorizou à administradora do posto a cortar o ponto de quem não aparece.

A partir da Assembleia realizada, aconteceram mudanças. O atendimento melhorou; as pessoas já não estão sendo mal tratadas pelos funcionários. A jovem que havia ficado em segundo lugar no concurso para Agente de Saúde para atuar na comunidade Cancela, com a desistência do primeiro colocado, foi chamada a assumir e já está atuando. Ela é moradora da Cancela, diferentemente da outra Agente que pediu transferência.

A realização da Assembleia foi toda registrada em vídeo por esta pesquisadora e também em Ata, a pedido do senhor José Barbosa. Fiz porque acompanho a Associação que o senhor José preside; sou moradora em Santa Teresa; atuo como religiosa nesta Área Pastoral.

O relato deste evento registra a participação de pessoas da Cancela em evento que afeta diretamente as comunidades e, em específico, a Comunidade em estudo. Foi bom e importante ver a atuação de duas mulheres da Cancela de modo contundente, com destemor e consequente desdobramento da sua participação, a nomeação de alguém da Comunidade para desempenhar função de Agente de Saúde da Comunidade. Pode servir como meio de memoriar, ressignificar e, ao mesmo tempo, documentar o poder político da participação popular na resolução dos problemas que afetam diretamente as comunidades.

## 5.2 Conversas com as pessoas colaboradoras - Entrevistas não Estruturadas

Como mencionamos na Introdução, desde 2006 começamos a ter contato com as pessoas moradoras da Cancela, na Igreja Santa Teresa, conhecendo e nos deixando conhecer. Cerca de duas vezes por semana nos encontramos na Igreja para as celebrações. Fizemos algumas visitas ao local, particularmente na casa de dona Eshe, avó das jovens que participam das celebrações na Igreja matriz. Então, quando da decisão de pesquisar a Comunidade, já tínhamos certo conhecimento pelo contato e também por informações das Irmãs que já moravam há mais tempo em Santa Teresa (Ir. Maria Teixeira; Ir. Maria Neuma Medrado da Silva) e mantinham contato com pessoas da comunidade, particularmente, através do trabalho que desempenham na Cooperativa de Artesanato Santa Teresa. Essa Cooperativa tem cerca de sete anos de funcionamento. Nasceu a partir da necessidade de as mulheres terem como ajudar no orçamento familiar. Tem assistência do Serviço Brasileiro de Apoio a Pequena Empresa – (SEBRAE) e é acompanhada pela Irmã Maria Neuma.

Não houve dificuldades em encontrar colaboradores; todas as pessoas convidadas acolheram o convite com alegria. Abaixo estão referências quanto à idade das pessoas colaboradoras. Usamos nomes fictícios. No Apêndice C há um quadro com mais nomes de pessoas que foram mencionados nas entrevistas. Demos nomes africanos em homenagem aos povos do Continente Africano.

**Tabela 3: Nome, significado, idade das pessoas colaboradoras**

<b>Nome</b>	<b>Significado<sup>15</sup></b>	<b>Idade</b>
<b>Eshe</b>	<b>Vitalícia</b>	<b>86</b>
<b>Babu</b>	<b>Avô</b>	<b>74</b>
<b>Etana</b>	<b>Forte</b>	<b>59</b>
<b>Madiha</b>	<b>Merecedora</b>	<b>de 36</b>
<b>Elimu</b>	<b>Conhecimento</b>	<b>33</b>
<b>Amadi</b>	<b>Alegria geral</b>	<b>27</b>
<b>Bomani</b>	<b>Um guerreiro</b>	<b>14</b>
<b>Akins</b>	<b>Criança valente</b>	<b>09</b>

Fonte: elaborada a partir das Entrevistas e do site consultado.

<sup>15</sup> Informações disponíveis no site <<http://www.nomesafricanos.xpg.com.br/>> acessado em 21/09/2011.

Na entrevista com as crianças, inicialmente, pedimos para que elas desenhassem em folhas de papel A-4, separadas, a comunidade e depois a sua família. Fornecemos papel, lápis e caixa de lápis de cor com doze cores diferentes. Acompanhamos em silêncio a execução da tarefa e atentos para, caso ocorresse alguma necessidade, intervir para que concluíssem o trabalho sem problemas. As duas crianças colaboradoras, Akins e Bomani, usaram mais de uma hora para realizar os desenhos solicitados. Por isso, marcamos outro dia para realizar a entrevista, iniciando pela “apresentação” dos desenhos e, em seguida, a entrevista propriamente dita.

A seguir exporemos os resultados das entrevistas, a partir dos temas que serviram de orientação para as mesmas.

## 5.2.1 Temas e conteúdos das conversas

### 5.2.1.1 Origens da Comunidade

Conforme descrito na Introdução desse trabalho, com este tema queríamos saber a história do lugar; possíveis nomes de pessoas destacados pelos moradores e moradoras, lendas, episódios significativos. Vejamos o que as pessoas entrevistadas relataram sobre as origens da Cancela:

Babu, que significa “avô”, tem 76 anos, disse:

*A comunidade nasceu dos troncos vieiros; nasceu na paz, não aconteceu nenhum desastre. Esses troncos vieiros são meu pai, minha mãe, meu avô, meus tios, tias.*

Bomani, nome que significa “um guerreiro”, pratica Taekwondo, tem 14 anos, comentou:

*Aqui era muito mato. Aí veio meu avô e outras pessoas antigas que já morreram. As pessoas gostavam muito de caçar; hoje, já não caçam porque sabem que é proibido. Eram pessoas brancas, pardas e morenas. Meu avô um cara forte, branco que tinha gado. Tinha também seu Joaquim Preto que era descendente de índio chegou e pediu um pedacinho de terreno pra morar. Tem ainda também seu Antônio Damião; seu Maximiano, que também é antigo aqui. Eram negros, descendentes de ex-escravo, tinha também índio. Acho que antes deles mesmo poderia ter escravos aqui, eu acho.*

Eshe, que quer dizer “vitalícia”, com 86 anos contou:

*Meu pai foi o primeiro a vim morar aqui. O nome aqui ficou Cancela, porque existia quatro cancelas, mas só a daqui ficou; tinha cancela na Lagoa de Dentro; São João; Calengue e aqui, mas o nome ficou pra cá. Antes a gente morava na Lagoa de Dentro. Tinha as cancelas para que os animais da gente não passasse para as plantações que tinha. Era plantação de algodão e cana, que era do governo.*

Elimu, que significa “conhecimento”, com 33 anos de idade, afirmou:

*Meu bisavô chegou primeiro aqui e fez casa. Aqui tinha quilombo; meu avô contou. Mas, a senhora não vai encontrar ninguém que se diga descendente desse povo.*

Akins, cujo significado é “criança valente”, tem 9 anos de idade, não soube dizer nenhuma informação sobre as origens da sua comunidade.

Amadi, que quer significar “alegria geral”, tem 27 anos, respondeu:

*Vó já contou, mas eu não guardei na memória.*

Etana, nome que significa “forte”, com 59 anos de idade, contou:

*Quando cheguei pra morar aqui era criança e só havia poucas casas. Tinha a casa da mãe de dona Eshe e a dos parentes dela; tinha a nossa casa e só ia ter outra casa lá em seu Almir; tinha muita terra solta; depois apareceu o seu Ofir, que se dizia do INCRA e foi vendendo terra, aquela parte que não tinha dono e Santa Teresa ficou cheia. Por isso, na Cancela não tem terra pra roça, porque foram tomando as terras. A cancela que originou o nome da comunidade ficava nas mediações de onde hoje fica a casa do senhor Jumbe.*

Sobre as origens da Comunidade, Madiha, nome que significa “merecedora de elogios” falou:

*Bom, sei assim que quando tudo começou aqui era só Santa Teresa; depois foi dividido por nomes e ficou cancela porque tinha muitas cancelas por aqui porque dividia terrenos em que se fazia criatório de gado essas coisas e faziam roças; pros bichos não passarem colocavam muitas cancelas e por isso ficou. Tinha os antepassados. Tinha a parteira daqui que era Mãe Adebola, era uma senhora que também trabalhava a religiosidade do povo, né? Com Terços, que eu saiba aqui não existia missa e só era Terço; a fé do povo se reunia para escutar a Palavra de Deus era só o Terço. Fazia de vários santos Nossa Senhora do Carmo, Divino Espírito Santo. Isso eram os antepassados e os descendentes pegaram esse costume de celebrar Terço, que isso acontece até hoje. A participação do povo daqui, hoje, se for pra uma missa são muito poucos, mas se for um Terço dar muita gente. Inclusive aqui são celebrados vários santos Nossa Senhora do Carmo como já falei; São Francisco, São Raimundo Nonato... Aqui são celebrados vários santos, inclusive amanhã vai ter aqui do lado São Francisco, que já foi muito mais bem festejado. Aqui em casa a gente festeja Santa Luzia. Cada família tem um santo pra celebrar, convida a comunidade, faz-se a oração do Terço, cânticos e se oferece um lanche. Antigamente o mais festejado era São Francisco; era quase praticamente feriado, dia de São Francisco; hoje, não existe mais isso. Porque era vários Terços, era uma faixa de dez, seis, oito, porque era terminando numa casa e começando na outra. Todo mundo queria celebrar São Francisco porque aqui nunca teve uma capela. Tinha sim essa senhora, Adebola; Mãe Adebola porque era parteira, trazia muitos filhos ao mundo e educava na fé, era quem mais educava na fé.*

*Sobre quilombo não sei; só sei que tinha um poço pras banda central de Santa Teresa; que tinha uma casa grande, mas não sei contar mais nada. Minha avó materna contava que a mãe dela, quando criança, carregou pedra na cabeça para construir a Igreja São Benedito em Teresina. Não sei se minha bisavó chegou a ser escrava, mas acredito que ela foi descendente.*

No conjunto das respostas dadas pelas pessoas entrevistadas aparecem informações importantes sobre as origens da comunidade. O fato narrado por dona Eshe retrata a condição dos descendentes de africanos com relação à posse de terra. Seu pai foi o primeiro a

estabelecer residência no lugar. “Já a primeira Lei de Terras, escrita e lavrada no Brasil, datada de 1850, exclui os africanos e seus descendentes da categoria de brasileiros, situando-os numa categoria separada, denominada, “libertos””. (LEITE, 2000, p. 335).

Esta realidade tangencia a condição da comunidade Cancela, que fica localizada em área exposta a alagamentos durante as chuvas. Também seus moradores não dispõem de terra para fazer roças; normalmente, usam terrenos de outros em outros lugares para plantar e colher, ficando parte da produção com o dono da terra.

Quanto às personagens das origens da comunidade, Babu mencionou Mãe Adebola. Eshe mencionou Mãe Adebola e Mãe Duchá. De acordo com o depoimentos de Babu, Eshe, e Madiha, Mãe Adebola era parteira e rezava o Divino e a Novena de Nossa Senhora do Carmo; caracterizava-se pela devoção e o serviço de trazer crianças ao mundo; tinha o respeito e consideração da comunidade e ainda hoje, mesmo depois de falecida, é lembrada na Festa do Divino, inclusive sendo saudada no cemitério diante da sua sepultura, através de canto. Na manifestação da Comunidade há o respeito e reconhecimento da relevância do serviço prestado por Mãe Adebolada, fazendo pensar na ligação entre assistir aos partos e a devoção ao Divino Espírito Santo, dono da vida que renova a face da terra, como se reza na invocação ao Espírito Santo.

Mãe Duchá foi identificada e descrita por Eshe como sendo “baxinha, pretinha, tinha cabelo bem enroladin; teve muitos filhos e de toda cor; filho de olho azul... Foi escrava na Fazenda Santa Teresa; depois da abolição foi embora para Teresina”. Estas informações foram obtidas em conversas, quando contava sobre as histórias que os mais velhos contavam. O fato de “teve filhos de toda cor, de olho azul...” revela a situação da mulher escrava com quem os senhores mantinham relações, gerando filhos bastardos, que comumente, “seguiram o ventre” escravo da mãe.

Mãe Adebola e Mãe Duchá são como que contrárias na forma de viver; pode-se inclusive dizer que são opostas: “santa e pecadora”. A primeira é lembrada; a segunda foi mencionada de forma discreta, rápida como se não fosse para ser falada, sobretudo a partir do comentário feito. Podemos pensar na situação em que o preconceito faz culpado a sua vítima, colocando-a como responsável. Não conhecemos maiores informações sobre Duchá; no entanto, sua condição a coloca entre os marginalizados do sistema escravista e do atual sistema que aponta a mãe solteira e silencia diante do homem que a abandonou, como que admitindo a legitimidade da situação, imputando a mulher como única responsável pela

gravidez. A fala de Eshe transmitiu censura, reprovação ao fato de Duchá ter gerado tantos filhos e por eles serem, pelas características físicas, frutos de relações diversas.

Quanto à referência de um quilombo nas origens da comunidade, as informações (Entrevista de Elimu) podem ser verídicas, considerando o que diz Clóvis Moura, citado por Leite, (2000, p. 339), o quilombo “vira fato normal na sociedade escravista e desta até os dias atuais”. Entretanto, o fato de não haver autos declarações pode revelar dificuldades em se assumir ser descendente de escravos que se rebelaram e fugiram a fim de viver livremente, constituindo espaço alternativo na sociedade escravista. No contexto da comunidade esta herança é “proibida”. Podemos pensar em muitos mecanismos de coerção, assassinatos, capturas, castigos para servir de exemplo e assim coibir outras tentativas e inibir outros a fazerem o mesmo. Uma herança valorosa relegada ao silêncio, vetada pela opressão que persiste mesmo após 123 anos da abolição legal.

Akins e Amadi não souberam dizer sobre as origens da comunidade. Este aspecto chama atenção porque conhecer as origens ajuda na construção da identidade pessoal e coletiva; estabelecem-se ligações com os antepassados, firma uma identidade étnica; ou ao contrário, a falta destas informações pode gerar dificuldades para estabelecer tais ligações e favorece a negação das peculiaridades do grupo social e pode enfraquecer o sentimento de pertença dos seus membros (OLIVEIRA, 2006).

Segundo as Entrevistas, as famílias da Cancela têm origens comuns, predominam dois sobrenomes: Olegário e Sena, de acordo como os depoimentos de Eshe, Babu, Madiha, Elimu e Bomani. São descendentes de ex-escravos, que possivelmente tenham trabalhado na Fazenda Santa Teresa, inclusive, relatam a existência da casa grande e também da senzala no espaço em que hoje ficam as residências dos irmãos Zé do Óleo e Luís do Óleo e suas respectivas famílias e comércios, na entrada do Povoado Santa Teresa. No quintal das casas ainda existe o poço revestido de pedras que, segundo relatos de Etana, Madiha, foi construído pelos escravos.

Nas comunidades Santa Teresa e São João existiam grandes fazendas e plantações de algodão, onde o trabalho escravo era predominante, uma dessas fazendas localizava-se onde hoje em dia é a residência do seu Luiz do óleo, onde ficava a casa grande e onde hoje é o Mercadinho Santa Teresa era uma plantação de algodão. Ainda é possível encontrarmos alguns vestígios dessa época, como um poço cavado pelos escravos no terreno do senhor Breno que era conhecido como “poço do Angelim”. (ALVES, 2008, p. 10).

A Área 2 (Esboço da Comunidade, p.51) da Cancela é apontada como o lugar que contribui para que a comunidade seja discriminada. Esta afirmativa aparece no depoimento de

Amadi e Bomani: “acho que é pelo povo do seu Jumbe que as pessoas falam os negos da Cancela”. “Lá tem um bar e eles bebem e ficam falando besteira, “acolá”; acho que as pessoas têm até razão de falarem assim”, falou Bomani.

Pelo exposto há indicativo de discriminação ao agrupamento, cujo referencial é o senhor Jumbe. As pessoas que ali moram são responsabilizadas por ser o “motivo” da discriminação sobre a comunidade. Esta situação aponta para a presença do racismo assimilado e atribuído às pessoas mais pobres do lugar. Negro e pobre são características combinadas que acirram o racismo e a exclusão. Importante assinalar que essas pessoas são parentas das outras que moram na Área 1 (ver Esboço, p.51).

No depoimento de Madiha a personagem Adebola é destacada e, também a religiosidade da comunidade com forte característica do Catolicismo Popular com ênfase devocional ao culto dos santos, reza do Terço; prática vinda dos antepassados e cultivada pelos descendentes, sendo um elemento aglutinador da comunidade em torno de práticas religiosas devocionais, valorizadas mais que a celebração da missa, talvez por não ter a presença do padre com mais frequência e, somente a partir de 2006 foi criada a Área Pastoral Santa Teresa, tendo missa uma vez ao mês na Comunidade Cancela. Como a frequência de fiéis era reduzida, pessoas da comunidade sugeriram ao atual padre que deixasse de celebrar e os fiéis que comumente frequentam a Igreja Santa Teresa permaneceriam frequentando.

A seguir acompanhemos as respostas dadas ao segundo tema da Entrevista, que é afrodescendência.

### **5.2.1.2 Afrodescendência**

África, os teus filhos são bravos. Nunca mais ser escravo pela rota do Atlântico<sup>16</sup>.

Em seguida, exporemos as respostas ao tema “afrodescendência”. Através delas saberemos como as pessoas colaboradoras se definem quanto à cor, descendência, raça. A partir desse tema poderemos identificar se as pessoas colaboradoras de autodefinem como afrodescendentes, utilizando termos como pardos, negras, pretas, que constituem, segundo o IBGE, a população negra, descendente dos africanos trazidos para o Brasil.

Etana falou:

---

<sup>16</sup>Trecho de “Negra-Menina-África” de Eduardo Boaventura. Disponível em: <<http://www.colegiosacramentinas.com.br/africa/?p=83>> Acessado em 02/04/2012.

*Meu avô era escravo fugido do Ceará. Ele veio pra cá com seu irmão, Petiri. Foi meu avô que achou a imagem de Santa Rita. Ele encontrou a imagem na lagoa que existe até hoje. A lagoa ficou assim intocável. Disseram que ele devia levar a imagem para a igreja e ele levou; o padre trocou a imagem por este quadro (mostra o quadro) e desde então ele passou a rezar pra Santa Rita. Deve ter um centenário, porque minha mãe já encontrou essa devoção e ela morreu com 86 anos e, há 16 anos que ela morreu; deve ter mais de cem anos.*

Bomani diz: “sou pardo; meu avô era branco. Acho que aqui devia ter escravo. Algumas pessoas tem preconceito com relação à Cancela”.

Akins se diz moreno.

Elimu disse:

*Minha cor é negra; preta. Eu gosto de ser negro. Acho que ser negro não é defeito é uma qualidade. Até melhor... Estudando a anatomia humana você vê que o negro tem característica melhor, tem pele mais resistente. Nas questões culturais sempre gostei da capoeira, das coisas do negro. A gente começou a fazer capoeira com um primo, da minha idade; ele já morreu, era o Dumisai. Ele começou a dar aula no terreiro de casa. Entrar no grupo e praticar por um bom período foi com o contramestre, Dada. A gente começou em Santa Rita e até hoje a gente treina com o Makame, do grupo Matsimela do Brasil. Ele é da Pedra Mole. Hoje, vejo uma oportunidade muito boa. Quando terminar o curso (Educação Física) vou ser graduado em capoeira. Tem outra especialidade que o Bombeiro me deu, o rapel; vou ser especialista em rapel. No bombeiro passei a perceber que a Educação Física estava mais próxima, que eu gostava dela mais que a Medicina. Aqui na Cancela o que a gente tem de mais específico da cultura negra é a descendência. A maioria das pessoas que moram na Cancela são descendentes de negro. Os brancos daqui são poucos, casaram com pessoas daqui, descendentes de negro.*

Amadi respondeu: “sou negra, meus antepassados são negros. Antes dizia que era morena, mas aprendi a dizer a cor certa.”

Babu mostrou-se reticente quanto ao ser negro, descendente de negro e falou:

*Pro camarada ser descendente de negro tem que carregar... tem que juntar o medo porque tem deles que quer se alterar e a gente não pode fazer nada. Não tem gente que quer ser mais violento do que os outros? A gente dá conselho, mas os cabras novo não quer escutar e a polícia pega.*

Eshe se declara morena, embora não negue suas origens. Conta em outros momentos que sua mãe era branca, de baixa estatura e de cabelos compridos.

Madiha diz:

*Sou negra. Para mim ser negra é orgulho; porque você sabe que o escravo foi muito sofrido, povo esquecido, sem vez, e assim, se sou descendente de escravo e meus antepassados sofreram muito, hoje me sinto feliz porque já há uma conquista; porque se sou descendente também tenho sangue de escravo, quer dizer a gente venceu; mesmo existindo ainda o racismo, os preconceitos mas eu acredito que possa sentir uma vitória; os negros buscavam muito a*

*liberdade pode ter tido antepassado meu que foi escravo mas, hoje, se sou descendente posso dizer também que tenho sangue de negro e sou livre. Sou descendente das duas famílias, Olegário e Sena. Houve erro de cartório e o nome de minha mãe ninguém aqui pegou, porque ela foi registrada só com o nome do pai, Melquíades. Mas tenho o sangue de Olegário porque meu avô era legítimo Olegário e também Sena.*

Observa-se na fala de Babu a dificuldade quanto à sua cor. Ele relacionou o ser descendente de negro como “ser mais violento”, parecendo haver ligação do ser negro com o ser violento. Não se autodeclarou negro, deixando entrever dificuldade quanto à sua autodeclaração. Ao agir assim, fez-nos lembrar do que diz Oliveira (2004, p,57): “Ser negro é, essencialmente, um posicionamento político”.

Quando da entrevista com Etana, ela se autodeclarou negra, descendente de escravos e escravo fugido (seu avô). Falou também de modo a entender que Babu tinha dificuldade em dizer ser negro. Ela compreendeu nossa proposta de pesquisa e concluiu que os temas eram comuns para todas as pessoas entrevistadas. Ser negro no Brasil parece ser um peso diante da história escravocrata e sua ressonância aos tempos atuais.

AKins no desenho que fez da sua família, desenhou sua mãe com cabelo amarelo. Questionado sobre quem era mais bonito se moreno ou louro, respondeu: “louro”. Ao ser perguntado sobre poder escolher entre ser ou não ser loura sua mãe, respondeu que gostaria que sua mãe fosse loura. A fala dessa criança revela o desejo de ser branco e evidencia a ideologia do embranquecimento no Brasil. De certa forma, esse discurso coaduna-se com o que afirma Moura (1988) quando diante do racismo o negro aspira se aproximar do ideal branco, reforçando a visão de mundo do dominador.

Elimu destacou a comparação que faz entre o branco e o negro, enfatizando vantagem e qualidades biológicas da pele do negro. Também citou aspectos culturais da população negra, particularmente, a capoeira. E disse: “ser negro não é defeito, é uma qualidade”. Seu depoimento faz recordar os estágios de Ricardo Ferreira, precisamente o estágio de militância em que a pessoa tende a supervalorizar as características negras, “mesmo no sentido biogenético”.

A seguir, vamos acompanhar as respostas dadas ao tema “racismo/discriminação”.

### 5.2.1.3 Racismo/Discriminação

Nosso interesse ao abordar este tema foi de saber sobre as relações etnicorraciais das pessoas entrevistadas, suas experiências, suas percepções quanto ao como são tratados pelas outras pessoas. Para este tema recebemos as seguintes respostas:

Babu relata: “quem tem uma condiçãozinha melhor não quer saber dos mais baixo, mais fraco, sendo todo mundo parente”. Referindo-se às pessoas da própria comunidade.

Quando perguntei à dona Eshe sobre tratamento diferente entre pessoas, ela relacionou a palavra “tratamento” ao tratamento de saúde e concluiu dizendo ser as doenças diferentes e, portanto, o tratamento também era diferente. Após os esclarecimentos, dona Eshe respondeu: “não sinto diferença por ser da Cancela; aonde chego sou bem recebida”.

Amadi conta sua experiência, dando exemplo:

*Quando a gente ia pra Santa Teresa, pra Igreja tinha umas meninazinhas que diziam nega da Cancela, nega da Cancela. Tudo de ruim que acontecia era o povo da Cancela que fazia. A gente não ligava. Uma vez a gente foi tomar satisfação e nenhuma assumiu ter dito. Aí pararam. Hoje, a gente participa; melhorou muito o tratamento, mas ainda percebo que existe. Nós conquistamos nosso lugar. Quando falo a gente não ligava, quer dizer a gente não fazia nada, deixava as coisas correr, um dia iam ver a verdade.*

Bomani a princípio negou haver discriminação, mas depois relatou:

*Muitas vezes escutei dizerem “nego da Cancela” pras crianças da comunidade lá na Escola Santa Teresa. Acho que a gente não deve fazer muita besteira quando é muito novo, porque depois se arrepende. Porque eu sou aqui da Cancela isso era motivo de chacota. Sim, diziam é da Cancela! E começava a sorrir. Esse negócio de Nego da Cancela, acho assim, porque antigamente assim, a gente falava uma palavras erradas, a gente não tinha um vocabulário não é muito ótimo, eles ficavam criticando assim, os alunos. Já mudou muito. Hoje, a gente chega na Escola Santa Teresa e os alunos não diz nada, tudo numa boa; é assim que tem que ser; esse preconceito racial assim. Não sofri, porque não ligava pra isso. Um dia eles iriam compreender que isso não levava a nada.*

Elimu conta:

*Fui muito hostilizado. Aprendi a controlar a agressividade. O pessoal da comunidade sabia que eu era explosivo e tudo fazia para provocar. Com relação às pessoas das outras comunidades, por a gente ser de família numerosa, cinco irmãos, sempre andávamos juntos com os primos e o pessoal pensava que era turma da pesada. Ai se mexia com um, mexia com todos. Não éramos bagunceiros só nos defendíamos. O pessoal dizia que a gente mexia com drogas. Meu irmão que serviu ao Exército era suspeito de traficar droga. A gente tinha bicicleta e gostava de andar com a bicicleta bonita. Meu irmão fazia parte da equipe de ciclismo da Houston, mas o pessoal pensava que a gente era “mala”<sup>17</sup>.*

<sup>17</sup> “Mala” gíria usada para designar malandro, problema.

Etana relata

*Os alunos da Cancela era pra ficar lá no fundo da sala; não podia chegar na escola com dois lápis; eles eram acusados de ter roubado. Aconteceu isso com um dos meus filhos. Aí, fui falar com a professora e disse que eu havia dado dois lápis pra meu filho, que ele não tinha roubado. Quando chegava na Santa Teresa escutava “ a nega da Cancela”; se a gente chegasse em grupo diziam “os negos da Cancela”, como se fosse dizendo que a gente não era pra tá ali; como se a gente não tivesse direito de está lá. Não sou de participar muito, mas observo lá na igreja que se o pessoal da Cancela chega primeiro e senta, quem chega depois vai ficando distante do pessoal daqui. Também observo o inverso o pessoal da Cancela chega e fica todo mundo junto, às vezes até de pé, mas não ocupa os lugares vazios. É uma forma de se proteger.*

Madiha quando foi questionada sobre como é ser da Cancela e do modo discriminatório como as pessoas do lugar são tratadas, relata:

*Sim, o povo tem muito preconceito. Porque todo mundo diz, tudo quanto é de ruim é da Cancela, problemas, questão de usuário, tudo é daqui, não sei porquê o povo se omite. Muitos moradores daqui quando o cobrador pergunta pra onde vai, eles respondem vou pra Santa Teresa. Acho que o pessoal não valoriza a própria comunidade. Se estar no ponto do ônibus e se alguém pergunta vai pra onde? respondem José de Freitas. Eu digo vou pra Cancela. As pessoas perguntam: onde fica? Eu respondo pertence a Santa Teresa, fica na estrada que vai para José de Freitas. Até porque sou catequista e tenho duas catequisandas que têm maior pavor de dizer que moram na Cancela. Acredito que esse pavor seja por conta da maioria do povo daqui é negro, porque não quer ser negro; acho que seja preconceito, vergonha. Vergonha de morar aqui, de estar morando perto de negro. Em si quando se fala Cancela o povo já fica assim... Às vezes a gente não participava nem de Igreja por conta desse preconceito. Quando a gente chegava no canto da praça o povo já ficava... a gente se fechada. A Irmã Isabel ajudou muito a gente; ela dizia que não, não era assim... Primeiro tudo de ruim só era aqui da Cancela. No colégio a gente era mal visto discriminado não pelos professores, pelos alunos, eu sentia muito. Por conta da cor eu vejo um preconceito que tem muito questão falar dos cabelos, porque o negro tem cabelo pixaim, que nem o meu assim enroladinho. Até nas crianças já vi, infelizmente. Ah! Nega do cabelo ruim, do cabelo pixaim. Minha sobrinha de 10 anos um dia chegou da escola “fumaçando”, porque uma coleguinha estava com esse preconceito, chamando ela de nega.*

Pelas respostas dadas ao tema sobre racismo/discriminação, o depoimento de Babu faz pensar sobre a ascensão social e a tentativa de subir e esquecer as origens, querer aproximar-se do branco ou do ideal de branqueamento, passando pela via da discriminação do familiar. Faz-nos lembrar de Moura (1988) ao se referir as muitas cores de pele que o IBGE apurou no Censo 1980. Entretanto, ter a tez mais clara, ter poder aquisitivo maior, curso universitário, ser bem sucedido profissionalmente não tornam branco o negro. Independentemente, da miscigenação, da formação acadêmica o negro é alvo do racismo (BOAKARI & SILVA, 2011; SILVA, 2011).

Diante do desentendimento quanto à palavra tratamento na entrevista com dona Eshe, fez-me pensar a linguagem o quanto é movediça e também fiquei mais atenta na elaboração das perguntas para que houvesse entendimento entre a pesquisadora e as pessoas colaboradoras.

A declaração de Esche sobre ser respeitada em qualquer lugar em que chega, circunscreve uma realidade ampla à experiência pessoal, que não dar conta de toda a realidade. Pode-se ficar com a posição de não ver além da experiência imediata e com isso simplificar a situação vivida no sentir ou não sentir; perceber ou não perceber.

Amadi afirma existir racismo, que as pessoas discriminam os moradores da Cancela e “justifica” tais discriminações ao comportamento do “pessoal do seu Jumbe”, (Área 2 do Esboço da Comunidade, p. 51). Os moradores desta área apresentam comportamentos – beber, falar alto, falar ‘errado’ - tidos como legitimadores do racismo, sintetizado na expressão ‘nego da Cancela’. Talvez seu modo de pensar seja uma estratégia para se proteger do racismo, responsabilizando a Área 2 pelas discriminações que recaem sobre a comunidade.

Nossa entrevistada descreve uma reação frente aos insultos recebidos: “Uma vez a gente foi tomar satisfação e nenhuma assumiu ter dito”. Tal postura é uma tentativa de diminuir a abordagem discriminatória. Fica também implícita na sua narrativa (Amadi) que as meninas que lhe afrontavam com o jargão “nega da Cancela” deixavam transparecer atitudes preconceituosas da qual não sabiam nem a origem nem o porquê do uso de tal expressão. Diante da reação de Amadi, as garotas ficaram emudecidas e sem explicações para o comportamento antissocial delas perante alguém que nada lhe havia feito.

Ao relatar o fato descrito pelo diretor adjunto da Escola Municipal Santa Teresa, de que os alunos da Cancela não interagem com outros de comunidades diferentes, Bomani não concordou, citando inclusive que ele se relacionava e tinha e tem amigos de várias localidades. Entretanto, é constatado diferença de tratamento dado às crianças da Cancela por crianças de outras comunidades. O “ser da Cancela” era a razão, o motivo da chacota. Bomani explica tal comportamento atribuindo a uma falha na maneira de falar, “a gente não tem um vocabulário muito ótimo”, sem qualquer questionamento quanto ao não ter esse vocabulário. As crianças reproduzem nas suas relações o que aparece nas relações de adultos, evidenciando a transmissão de ideias preconceituosas, racistas de uma geração para outra, de acordo com fatos relatados por Cavalleiro (2000) na sua pesquisa desenvolvida na pré-escola.

Em seguida, vejamos o que dizem nossos entrevistados e entrevistadas acerca da educação.

### 5.2.1.4 Educação

Quanto ao tema Educação, nosso desejo era obter informações sobre as orientações recebidas na família e na escola (educação escolar) acerca das relações etnicorraciais. Vejamos as respostas obtidas junto às pessoas colaboradoras:

Bomani conta que

*Conversava com meus pais sobre o que acontecia na Escola Santa Teresa. Eles me diziam: meu filho deixe isso de mão, isso aí um dia eles vão se arrepender de falar essa besteira aí. Era assim que meus pais falavam; e hoje, qualquer aluno de Santa Teresa fala comigo numa boa. Todos os dias meus pais diz: - "tem cuidado! E me diz para não ter discriminação com ninguém, pra não ficar rindo, por exemplo, se algum colega não tem um tênis. Amanhã, ninguém sabe. Na escola, os professores gostavam de mim porque eu não aceitava essas coisas. Aí o professor dizia que cor não é nada; que era pra respeitar o colega; que racismo é crime. Tinha alguns que se tocavam; os maiores ficavam rindo. Eu tinha um colega que era assim escuro e os meninos ficavam tirando sarro dele, chamando de africano; ele não gostava. Se alguém mexesse comigo, ele não gostava; e nem eu gostava se alguém mexesse com ele.*

Babu, por sua vez relata:

*Meus pais sempre orientaram os filhos a trabalhar e respeitar as pessoas, respeitar os mais velhos. Frequentei a escola durante um ano e sai porque numas brincadeiras dos colegas que me empurraram para o "sanharol", abelhas, e na tentativa de me livrar dos empurrões, atingi um perto do olho e sangrou. O professor achou que eu era o responsável e me deu 12 bolos com a palmatória. Aí eu falei: vêi sem vergonha tu bate só essa vez e sai da escola, nunca mais; foi trabalhar. Hoje, tô na idade de 74 anos de idade, só sei assinar o nome na marra! Dou conselho aos mais novos para evitar brigas e não se meter em bebedeiras.*

A matriarca Eshe lembra:

*Eu desejava muito ir à escola, mas meu pai não podia botar todos os filhos para estudar. Meus irmãos foram. Não saber ler nem escrever é ser cego! No passado as coisas era muito difícil. Hoje, tem mais facilidade, o carro vem pegar e vem deixar em casa. Meus filhos também não tiveram oportunidade para estudar, não havia escola; então, foram trabalhar na roça.*

Etana conta sobre sua experiência:

*Se algum filho contasse alguma dificuldade com algum colega, orientava para evitar sair juntos da escola: ou você vem na frente ou vem depois dele para evitar brigas. Não incentivava meus filhos a brigar e, graças a Deus meus filhos estão encaminhados; lutei muito porque o marido pensava só em colocar os filhos pra trabalhar na roça. Eu pensava diferente; tinha um bocado de filho homem e não ia deixar todo mundo dentro de casa sem estudar; queria que eles tivessem uma vida diferente da minha. Só roça não dar!*

Amadi afirmou: “Meus pais, diante dos relatos de discriminação que eu e minhas irmãs vivíamos, eles diziam que era pra deixar pra lá e não conversavam sobre a situação”.

Akins não relatou episódios de discriminação na escola e conta que “meus pais dizem pra eu estudar e sou bom aluno. Tenho colegas que me chamam por um apelido que o meu tio botou e gosto de ser chamado desta forma”.

Elimu conta:

*Fui orientado a não me importar com as discriminações; todavia, não aceitava provocações e, o fato de andar com os irmãos e primos, causava intimidação e, algumas vezes cheguei a revidar agressões por algum membro do grupo ter sido agredido. O pessoal não queria que a gente participasse das festas. Quando a gente chegava ficavam olhando assim para nós, como censurando nossa presença e a gente ia, queria participar. Se mexia com alguém da turma, podia saber que mexia com todos, aí a gente brigava.*

*Estudei com um colega, cujo avô foi referência para mim. O avô incentivava o neto a estudar, mas ele não acolhia os conselhos; eu fui adotando as orientações do senhor Araújo, um enfermeiro aposentado. Busquei estudar e descobri que podia conquistar melhores condições através do estudo; adotei uma rotina de leitura e por isso, escutei muitas vezes por parte de pessoas da comunidade e de parentes que iria enlouquecer. Passava muitas horas estudando História, por exemplo, queria num dia conhecer toda história. Pelas orientações do senhor Araújo, vi a alternativa “concursos” como caminho e concorri a vagas no serviço público; hoje, sou membro do Corpo de Bombeiro do Piauí; passei no concurso para Agente de Saúde em primeiro lugar, mas não assumi. Sou estudante de Educação Física na Universidade Estadual do Piauí e faço planos para depois da graduação, conciliando minha futura condição de graduando em capoeira e especialista em rapel; pratiquei e pratico capoeira e o conhecimento sobre rapel, estou obtendo através da minha atuação como Bombeiro.*

Madiha relata:

*Fiz o primário na escola da localidade Caminho Novo, vizinha à Cancela, mas hoje esta escola já não existe. A maioria dos alunos era do Caminho Novo; da Cancela eram só alguns. Nas brincadeiras eu brincava só. Só tinha uma colega, mas se eles chamavam, ela ia e eu ficava só. Não sei nem dizer o que sentia; só sei que me isolava; posso dizer que era tristeza. Não comentava nada com a professora, nem em casa. Não recebi orientação com relação às questões raciais mesmo tendo esses episódios. Eu isolei e até esqueci. Na época eu era muito criança, nem pensava só queria saber de brincadeira; se um dia eles me discriminavam e, no outro dia, eles já brincavam aquilo lá já esquecia. Lá tinha uma árvore, que tem um tempo em que ela dar muita lagarta que come as folhas todas. Eles pegavam aquela lagarta e jogavam na gente e a gente só corria pra se defender. Só jogavam nas crianças daqui. Na escola não se falava sobre esses assuntos de racismo. A professora nunca presenciou essas situações, porque tudo isso acontecia antes dela chegar à escola e, na sala de aula, não acontecia. Minha professora foi muito boa mesmo! Hoje, até posso dizer que o estudo se deve aos pais, mas devo também a ela. Ela incentivava muito se um aluno faltava ela ia procurar saber o porquê. Ela veio muitas vezes aqui, só que eu nunca falei sobre isso. Ela conversava, mas não sobre essas coisas porque ela nem sabia. Ela dizia: qualquer que seja a situação, minha filha, volte! Ela fazia ditado e quem acertasse, ela premiava e quase sempre era eu quem ganhava. Os diziam: ela tá errada! Uma vez ela fez o ditado e a palavra era planejamento. Fui e escrevi certo. Os colegas ficaram dizendo: não, não tá certo! Ela tá errada! A professora dizia tá certo. Eu quase não queria receber o presente que era uma régua, lápis, lapiseira, um caderno pequeno, numa pasta e eu não*

*queria ir receber. A professora insistiu: você vai receber porque você está certa. Aí, eles ficavam caçoando no caminho, coisa de menino de escola. Eu ficava quietinha, não falava nada; ficava só com o medo de apanhar. Era intimidada. Essas “implicâncias”, acredito, que a professora só pensava que era coisa de criança, porque criança briga toda hora. Ela nunca chegou a perguntar por que você tá fazendo isso? É por que ela é negra? Ela nunca perguntou assim.*

*Na quarta série todo mundo reivindicou isso também, porque fui primeira aluna, com maior número de pontos somados e aí fui estudar na Escola Santa Teresa. Eles não aceitavam que eu tinha feito o maior número de pontos; eles queriam que fossem eles. Não precisei fazer teste nesta escola, já entrei direto. A professora, ela mesma que pegou minha transferência e mando; foi ela quem providenciou tudo pra mim. Minha mãe só lá buscar o boletim.*

*Em Santa Teresa, por conta dos professores era só elogio. Eu estudava muito mesmo, mas não ia pra educação física pelo preconceito que eu sentia e ficava calada. Essas coisinhas assim: ficavam olhando de cima a baixo, conversinha, quiqui, e isso me fechava, aí não fui mais. Ainda fui os primeiros dias, mas depois reprovei em educação física. A diretora me chamou e perguntou e eu contei tudo e ela me deu uma chance. Estudei muito fiz a prova, foi ela mesma que aplicou e eu respondi e foi só elogio. Dos professores isso não ocorria era dos alunos de pele mais clara, cabelo mais liso, mais longo. Na catequese a Irmã Izabel perguntava por que a gente sumia e aí a gente falava e ela dizia “deixe isso pra lá” e assim foi nos conscientizando. Incentivou a gente participar, mas ainda hoje a gente ouve.*

Nas respostas concedidas a respeito do tema Educação há um entendimento amplo do termo, abrangendo tanto a educação formal da escola quanto a educação dada pela família. As experiências vividas pelas pessoas colaboradoras na escola foram difíceis, marcadas por episódios de rejeição, discriminação, dificultando a permanência e favorecendo a saída do ambiente escolar. A realidade racismo/discriminação do cotidiano também aparece na escola, como uma reprodução das relações da sociedade de um modo geral. As informações sobre a escola Santa Teresa fazem pensar a escola como um grande “caldeirão” onde as diversidades se encontram e urge identificá-las para se adequar o ensino a partir da realidade plural, mas nem sempre acolhedora e propícia à interação respeitosa e rica de aprendizagens para os que abrigam a escola. No Mapa (figura 1, p. 10) podemos perceber a quantidade de localidades atendidas pela Escola.

Entretanto, o abrigar dentro de si as diversidades é realidade de todas as escolas; por isso, urge a incorporação das questões de gênero, raça/etnia, cultura, pobreza como assuntos imprescindíveis para serem tratados na e pela escola, sobretudo tendo a concepção da escola como espaço de formação de cidadãos e cidadãs. A realidade das diversas localidades e, em particular, a da comunidade Cancela precisa ser considerada para que a escola empreenda discussão acerca do racismo, fazendo valer as Leis do País e, sobretudo, realizar a inclusão dos alunos/as que são alvo de discriminação racial.

O resgate histórico, a implantação no currículo escolar da História da África com o percurso histórico da cultura africana, sua contribuição para a constituição da cultura do

Brasil; a realidade dos afrodescendentes, as injustiças, o processo de negação a que foi submetido o povo negro; adoção de práticas alternativas e criativas eficazes para auxiliar as alunas/os negras/os na construção de sua identidade étnico-racial é fundamental no desempenho da escola como educadora para a formação de cidadãs e cidadãos. Um exemplo que pode iluminar a mudança nas relações raciais no Brasil é o da questão ecológica, em que se obtém um envolvimento das crianças no sentido de assumir novas posturas e cobrar dos adultos novo modo de lidar com a natureza. Há abertura por parte da nova geração de ideias novas, valores novos. Cursos como o de “Gênero e Diversidade na Escola”, oferecido pela Universidade Aberta do Piauí da UFPI, na modalidade de Educação a Distância. Grupos de estudo como o IFARADÁ<sup>18</sup>; Roda Griô: GEAFRO (Gênero, Educação e Afrodescendência), que servem de espaço para discussão de temas relevantes, também podem ajudar aos professores/as a adquirirem referenciais mais inclusivos quanto ao alunado proveniente de comunidades negras.

A seguir, acompanharemos a discussão em que fazemos reflexões a partir dos dados obtidos e a produção teórica consultada.

---

<sup>18</sup> IFARADÁ – núcleo de estudos sobre africanidades e afrodescendência do CCHL da UFPI. Segundo Boakari, Ifaradá é palavra da língua ioruba, da Nigéria e significa o saber é poder. O poder através do saber.

## 6 DISCUSSÃO

### 6.1 Entre fatos e dados - reflexões

Os relatos feitos a partir dos temas selecionados: origens da comunidade; afrodescendência; racismo/discriminação e educação para a realização das entrevistas com as pessoas colaboradoras mostram um pouco da vivência delas nas relações que estabelecem dentro e fora da comunidade. Além dos temas respondidos escutamos outras informações das pessoas colaboradoras em conversas informais que ajudaram a compreender mais a história do lugar e das vivências das pessoas de lá.

No passado a área da Cancela não era alagadiça; segundo Babu, hoje, o alagamento durante a estação chuvosa se dá devido aos muros erguidos: “os ricos cercaram com muro suas propriedades e a água não tem por onde escorrer e aí vem pra parte mais baixa”. Vizinho ao terreno de dona Eshe e Babu há um grande muro com alto baldrame de pedra. Esta propriedade difere do padrão comum das residências do lugar. Entretanto, não é ela ou só ela que provoca o não escoamento das águas das chuvas; propriedades muradas do Caminho Novo, localidade vizinha à Cancela, dificultam a passagem das águas. Outra informação é que o local da Cancela tem lençol freático pouco profundo, o que causa a umidade permanente e dificulta cavar o terreno, encontrando com frequência água a uma profundidade de um metro.

Parece haver hostilidade às pessoas do lugar por serem negras ou descendentes de negros. As manifestações hostis se expressam pela indiferença, desvalorização e, particularmente, pela expressão “Nego da Cancela”. Tal expressão é carregada de preconceito e conotação pejorativa, conforme as pessoas entrevistadas e também de ouvir tal expressão antes de iniciar a pesquisa. Relatos de comportamentos de bebedeira e violência são atribuídos tão somente às pessoas da Cancela sem consideração à hostilidade de que são alvo. Referências a estas circunstâncias aparecem nos depoimentos de Babu, Amadi e Bomani; este último diz “as pessoas têm razão”, referindo-se ao tratamento dispendido por outras pessoas à Comunidade da Cancela. O racismo/discriminação são “justificados” pelo comportamento das pessoas do lugar, por ser considerado ‘inadequado’. Entretanto, Bomani relata situações de discriminação por ele ser morador da Cancela e não por apresentar comportamento que justifique qualquer desacato. Portanto, esta explicação/justificativa não se sustenta.

A condição de não possuir espaço para plantar pode revelar a atualidade histórica de como se deu o povoamento do Estado, com grandes extensões para pastagem do gado,

grandes propriedades e poucos donos (MOTT, 2010, p. 93). A grande Santa Teresa é caracterizada por grande número de chácaras, sítios, cujos proprietários residem na zona urbana de Teresina, que vêm passar o final de semana em suas propriedades, que ficam sob os cuidados de caseiros, na maioria dos casos. (ver Esboço da Comunidade, p. 51).

A possível herança do quilombo é silenciada, aparentando vergonha de ser descendentes de escravos rebelados contra a escravidão e construtores de outro modo de vida. Esta versão da história não foi aqui comprovada; entretanto, não foi desprezada. Mesmo não fazendo parte dos objetivos desse trabalho, consideramos um indicador importante na base da história do lugar porque sinaliza um protagonismo que poderá servir de incentivo para a comunidade, na atualidade, buscar alternativas a fim de melhorar as condições socioeconômicas, reivindicando o que a Lei assegura às comunidades negras rurais e aos remanescentes de quilombos, como lemos no Estatuto da Igualdade Racial:

Art. 30. O poder público promoverá a educação e a orientação profissional agrícola para os trabalhadores negros e as comunidades rurais negras.

Art. 31. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Entretanto, vimos que não é suficiente ser afrodescendente, faz-se necessária a autodefinição. No caso dos direitos assegurados pelas Leis, torna-se imperativo a organização e reivindicação por parte da comunidade. Neste sentido, a Canela parece necessitar de um trabalho de base para despertar e cultivar suas raízes afrodescendentes. A comunidade tem as características fenotípicas, tem o reconhecimento por parte das comunidades vizinhas (embora seja estereotipado), tem história. Esses elementos podem ser acolhidos como parte da identidade do grupo, cultivados e transmitidos para as gerações.

O pioneirismo do pai de dona Eshe foi eficiente, atraindo para o lugar outros parentes, assegurando para a família um lugar para fazer casa e criar seus filhos. O espaço físico torna-se elemento aglutinador e também de resistência, favorecendo a manutenção dos laços familiares e possibilidade para a formação e fortalecimento da identidade. O reencontro anual da família por ocasião da Festa do Divino é forma de manter os vínculos e cultivar memória coletiva do grupo. De igual modo as devoções à Santa Rita (Etana) e a Nossa Senhora do Carmo (Abdalla). As manifestações da fé ganham conotação de resistência, cultivo de uma memória celebrada pela via oral, a repetição da prática, sem registro escrito, “de cor”, destacando a memória do coração, da vida da comunidade cujas raízes se mantêm ao longo do

tempo, fazendo ligação do presente com o passado, ao mesmo tempo em que se delinea o futuro.

Há risco de se perder este fio de memória, devido ao afastamento das novas gerações do entorno dos valores mantidos pelos mais velhos. Tal ameaça pode ser identificada pela redução do número de participantes nas festas; ausência do cultivo e transmissão do saber tocar o instrumento (caixa de percussão); a não existência do poeta, do improvisador de versos; o não guardar as histórias contadas; de igual modo, não aprender as rezas que dona Eshe já tentou ensinar às netas. Em meio a tudo isso, a influência dos valores veiculados pelos Meios de Comunicação Social (MCS), a idealização do referencial eurocêntrico (por exemplo, a estética) é mais um elemento no conjunto de potencial ameaça à memória do lugar e de sua gente. Este aspecto de ameaça de acabar com as festas religiosas da comunidade foi comentado por Amadi e Madiha em conversa informal; observaram que realmente existe o afastamento dos mais jovens e que pode acabar com as festas religiosas da comunidade.

Entre as pessoas entrevistadas, Elimu e Bomani ganham destaques pela trajetória de vitórias formais. Ambos trilham a via do estudo como meio de conquista; também eles foram e são apontados pela comunidade como diferentes por adotarem tal caminho. Elimu foi chamado de louco ou que iria se tornar louco porque estudava. Bomani é apontado quando passa com o violão para a aula de música. Os colegas falam em tom de chacota: “diz que vai ser músico”. Suas vitórias no Taekwondo não foram valorizadas pelos parentes (tios), fato que o entristece, contou sua mãe. Entretanto, seus pais o incentivam a prosseguir seu caminho. Bomani e Elimu nutrem um sentido de pertença à comunidade e esperam chegar o momento de ver os problemas comunitários resolvidos. Elimu trabalhou para constituir o Conselho Comunitário e faz parte da diretoria, é mais procurado pelos moradores do que o presidente oficial.

Bomani conta que suas vitórias no Taekwondo têm repercutido positivamente nas relações que estabelece ou estabeleceu: “hoje os meninos de Santa Teresa me chamam de campeão. Pra ver como as coisas mudam! O professor para as viagens dos campeonatos me dá rifa e eles botam ponto; eles perguntam se é difícil, pra ver como as coisas estão mudando e eu quero que continue”. As vitórias têm proporcionado ao Bomani uma identidade nova mesmo diante das pessoas que no passado o discriminaram.

Elimu e Bomani trazem os estudos como meio eficaz para alcançar melhores condições de vida. No entanto, eles parecem causar estranheza às pessoas do lugar, gerando comportamentos diversos: a) descrédito no estudo como possibilidade de ascensão; b)

surpresa de que alguém da comunidade possa alcançar sucesso através da escola; e também c) reprodução do preconceito dirigido à comunidade.

a) Descredito no estudo como possibilidade de ascensão – o analfabetismo, as dificuldades de acesso à escola e desafios na escola favorecem uma visão pouco provável de êxito via estudo para as pessoas da comunidade. O histórico de discriminação na escola vivenciado por alunas e alunos frequentando a Escola Municipal de Santa Teresa pode servir de prova para não se acreditar nesta possibilidade. Relatos de Etana “os alunos da Cancela era pra sentar lá no fundo da sala; ficar em pé porque faltava cadeira”. Ainda, “se levassem dois lápis eram acusados de terem roubado”. Esses depoimentos demonstram quanto o espaço escolar pode ser adverso, gerando concepção negativa do espaço escolar e, conseqüentemente, descrédito no estudo como uma via propícia para o êxito. História como a de Babu, que saiu da escola porque foi castigado por ter machucado o colega quando tentava se defender de agressão se soma a fatos que podem estar na raiz do abandono da escola por parte de crianças e adolescentes afrodescendentes.

O ambiente de hostilidade como muitas vezes a escola se tornou para as alunas e alunos da Cancela e, por semelhança de situações vividas, para alunos de outras comunidades afrodescendentes se configura um lugar que, abandoná-lo constitui a primeira saída e, muito justificável, sobretudo pelo desgaste emocional que tais situações provocam e, em se tratando de crianças adolescentes que estão em desenvolvimento, podem gerar traumas, prejuízos quanto à autoimagem, como podemos observar na citação abaixo:

A inação das xingadas revela um misto de medo, dor, impotência: diante dessas emoções imobilizadoras, não conseguem ou não sabem como se defender. Ante o ambiente que lhes é hostil, isolam-se, retiram-se do palco da disputa. Tentam passar despercebidas, abandonando o conflito. (CAVALLEIRO, 2000, p.54).

Estudos com mulheres afrodescendentes de sucesso (Boakari; Silva, 2011) mostram que o estudo pode ser uma via eficaz para se alcançar melhores condições de vida, de se ascender socialmente, mas não isenta a pessoa afrodescendente de racismo e discriminação, relativizando tais conquistas, ao mesmo tempo em que coloca em descoberto a democracia racial brasileira e revela a atuação do racismo no Brasil. O trecho tirado da obra de Cavalleiro (2000) é muito incisivo quanto ao silêncio da escola sobre a realidade social do racismo:

A escola tem-se mostrado omissa quanto ao dever de reconhecer positivamente a criança negra, no cotidiano, o que converge para o afastamento dela do quadro educacional.

Se o acesso à educação representa um direito de todos os cidadãos, é contraditório o espaço escolar não estar preparado para receber crianças negras, essencialmente em um país de maioria negra.

Da forma como se tem dado, o processo de socialização da nova geração constitui um obstáculo à mudança do quadro de racismo na sociedade brasileira. (idem, p. 101).

O relato de Babu da sua dificuldade quando criança tendo sido alvo de “brincadeiras” dos colegas pode revelar semelhança com relatos de meninas e meninos negros que vivenciaram situações em que foram discriminados pela cor. Não raro, a criança negra que, por exemplo, em casa é o “Joãozinho” ao chegar à escola passa a ser chamada de “negão”, conhecendo a discriminação desde cedo, vendo suas diferenças físicas sendo apontadas como inferiores.

P: Alguém xinga ela de alguma coisa?

Cri: Xinga.

P: De quê?

Cri: de negona

P: Por quê?

Cri: É porque ela é muito preta. (FAZZI, 2004, p. 141).

Vejamos algumas considerações acerca de outra atitude observada:

b) Surpresa de que alguém da comunidade possa alcançar sucesso através da escola. A contínua discriminação pode gerar dúvida quanto à capacidade e possibilidade de progredir, causando estranhamento quando algum dos pares alcança sucesso. Há como uma desconstrução da imagem, do estereótipo, do destino de fracassos traçado antecipadamente. Parece haver desconhecimento daquele pertencente ao grupo e que alcança destaque. Há uma espécie de desmotivação de seus pares. Será medo de perder alguém do grupo, desse distanciar-se, tornar-se outro? Será inveja porque aquele conseguiu êxito? Neste sentido, não encontrei na literatura consultada explicação desse tipo de reação.

c) reprodução do preconceito dirigido à comunidade que consiste em manifestações de lançar dúvidas sobre ter mesmo condição de realizar o que tem realizado apontar possíveis perigos, no caso de Elimu, em que era chamado de doido ou que poderia ficar doido porque estava sempre com livro na mão, estudando. Desdenhar a iniciativa empreendida, caso de Bomani quando passa com o violão na mão para ir à aula de música. Elimu após obter sucesso em concursos públicos foi procurado por algumas pessoas para lhes passar o “bizu” para obter êxito nas provas de concurso. Bomani fica triste porque os tios não lhe apoiam ou o parabenizam pelas vitórias alcançadas.

Uma vez após concluir a entrevista com Bomani, ao passar por um grupo de crianças e adolescentes, eles perguntaram se eu não iria tirar fotos deles também; eles falavam sorrindo, zombando. Falei que não naquele momento. Já começava a escurecer e precisava ir embora. Não tive outra oportunidade para fazer as fotos, mas posso fazer em outras ocasiões.

As manifestações frente às conquistas de Bomani e Elimu seriam mesmo reprodução do preconceito ou manifestação de inveja? Dificuldade em expressar os sentimentos de alegria pela conquista do outro?

Mais recentemente, Madiha com a aprovação no concurso para Agente de Saúde é incluída entre aqueles e aquelas da comunidade que obtiveram êxito. Já tinha sido aprovada no concurso anterior, tendo alcançado o mesmo número de pontos da candidata efetivada, porque esta era mais velha. Chegou a questionar tal aprovação porque a outra candidata não era moradora da região, mas apresentou comprovante de residência. Por incentivo de uma amiga, Madiha fez novamente o concurso e, desta vez, com a renúncia do primeiro colocado, Elimu, foi efetivada pela Prefeitura de Teresina como Agente de Saúde da Comunidade Cancela. Fato ocorrido em decorrência da reunião sobre o Posto de Saúde de Santa Teresa, realizada no dia 02 de julho de 2011, em que foi denunciado por Salima e Lila a vacância da função por quase três meses.

Madiha considera uma grande vitória da comunidade porque é alguém filha do lugar e, particularmente, por vinte pessoas terem feito o mesmo concurso e os três primeiros colocados serem da localidade. Esse destaque é feito porque a Agente anterior era de outra localidade e não desempenhava o serviço satisfatoriamente. Segundo Madiha, “o fato de pertencer à comunidade e ter o mesmo sangue favorece melhor atuação”.

Uma constância nos relatos é a orientação dada frente ao racismo/discriminação dirigidos às pessoas da Cancela. “Deixa isso pra lá” é uma tônica que aparece em todos os relatos com exceção de Akins. Seria uma estratégia de não problematização da questão racial? Amadi, Elimu e Madiha relatam já terem adotado posturas diferentes no passado, de terem reagido de forma agressiva. Amadi foi pedir explicações, ocasionando omissão da parte daquelas que disseram “nega da Cancela”. Elimu relatou ter, juntamente com seus irmãos e primos, reagido de forma violenta, luta de corpo, frente às agressões a eles dirigidas. Madiha diz que reagiu de forma violenta e relaciona sua reação como “forma de ser gente, devolvendo o que vinha”.

Esta fala de Madiha faz retomar a discussão de Fanon (1979) e Memmi (1977) quando trabalham a colonização/descolonização e enfatizam a violência do colonizado frente ao

colonizador como proporcional à violência recebida. Entretanto, apenas a reação é considerada violenta pelo colonialismo. Nossa colaboradora diz que reagir da maneira da ação é a forma de ser gente. Este trocadilho faz refletir no modelo eurocêntrico de ser. A violência, o desrespeito como básicos. Entretanto, outros modos são possíveis de ser. A alteridade, a circularidade sinalizam maneiras possíveis de se estabelecer relações, em que o respeito ao diferente e à diversidade seja a constância, a exemplo da educação interétnica, pedagogia da diferença, constituindo-se em alternativas para a escola desempenhar sua função social de formação das cidadãs e dos cidadãos brasileiros de forma inclusiva da população negra como participante da construção do Brasil e da nação brasileira.

Ao falarmos da tendência de as pessoas da Canela ficar juntas em lugares públicos, por exemplo, na Igreja, praça e, até mesmo na escola, Etana respondeu dizendo: “é uma maneira de se defender”; Elimu também faz a mesma afirmativa. Podemos pensar na existência de agressividades que geram comportamentos defensivos nas pessoas da Canela. Vimos que as muitas manifestações de xingamentos através da expressão “nega da Canela” podem provocar retraimento como já descrevemos. Esses comportamentos podem ser considerados pela escola como indicativos de situação desfavorável para o alunado da Canela, o que reclama à escola uma atenção para que as dificuldades geradas por tais discriminações sejam combatidas e, efetivamente, seja propiciado aos alunos integração, respeito, além da aprendizagem.

A proximidade geográfica com outras comunidades circunvizinhas à comunidade Canela (Esboço da Comunidade, p.51) pode favorecer a reprodução do racismo/discriminação aos seus moradores. Mesmo não tendo razões que justifiquem tais atitudes, elas são transmitidas para as novas gerações. Estudar na zona urbana favoreceu a Bomani outras oportunidades, inclusive o anonimato, o não ser reconhecido por ser da Canela; favoreceu seu engajamento na prática de esporte que o tornou campeão. Seus atributos conquistados pela luta e seu excelente desempenho o tornou “uma autoridade” frente aos colegas do atual colégio que frequenta, diferentemente de quando era aluno na Escola Santa Teresa. Situação também experimentada por Elimu quando se tornou membro do Corpo de Bombeiros. Este relatou, inclusive, que nas primeiras vezes que entrou fardado no ônibus Santa Teresa ficou nos degraus da porta porque os olhos de todos se dirigiram a ele e sentiu que podia cair se andasse mais, sentiu as pernas tremerem. O fato de pertencer à Canela e ser reconhecido traz consequência de ser apontado como “nego da Canela”, caracterizando um

estigma. Quando se passa a frequentar outros espaços em que este referencial é desconhecido traz ganhos como acima expostos.

Amadi e Madiha contam que hoje o espaço que têm na Igreja Santa Teresa foi uma conquista. Superaram anos de discriminação, mas ainda no presente escutam “as negas da Cancela”. Madiha já não esbraveja. Por seus desempenhos na comunidade, Madiha foi coordenadora da Pastoral da Criança na Área Pastoral de Santa Teresa e ainda atua como líder. Amadi participa da Cooperativa Artesanal de Santa Teresa. Percebem que podem ir adiante apesar das agressões; conquistaram um lugar e também fortaleceram sua autoestima pelo bom êxito alcançado no desempenho nas atividades. Entretanto, recentemente, Amadi foi alvo de racismo num supermercado localizado na zona urbana de Teresina, e ficou tão nervosa que anotou errado o número do telefone de uma senhora que se havia disponibilizado a ser sua testemunha, caso decidisse denunciar. Chegou a registrar a denúncia, mas porque foi conduzida pela sua madrinha. Não decidiu se vai levar adiante o processo. A orientação recebida dos seus pais foi sempre “deixar pra lá”; parece ter receio de fazer diferente. Talvez consiga deixar para lá, entretanto, pode ficar com esta situação não resolvida povoando seus pensamentos e questionando-a indefinidamente.

O fato de a discriminação racial ter ocorrido na zona urbana pode sinalizar que o problema do racismo não é restrito ao contexto de proximidade geográfica das outras localidades com relação à comunidade Cancela. Trata-se de realidade estadual, regional, nacional e internacional. Contrariando as afirmativas de democracia racial, o fato atesta o racismo presente em todos os âmbitos da sociedade brasileira e, portanto, urge admissão desta realidade para superá-la. Este fato corrobora para destacar a relevância e atualidade deste estudo.

Situação desta natureza é complexa, pois não é fácil se apresentar requerendo do Estado proteção e respeito. Antônio Bispo dos Santos, mais conhecido como Nego Bispo<sup>19</sup>, em palestra na Roda Griô<sup>20</sup>, do dia 13 de maio de 2011, cujo tema era “a abolição e As Abolições”, falou não ser de acordo denunciar racismo para um Estado racista. Sua posição é bem questionadora, ao mesmo tempo em que podemos perguntar: o que fazer? Deixar outras

---

<sup>19</sup> Da Coordenação das Comunidades Quilombolas do Piauí

<sup>20</sup> Roda Griô GEAfro- Núcleo de Estudo sobre Gênero Educação e Afrodescendência, do Centro de Ciências da Educação da UFPI, orientado pelo professor doutor Francis Musa Boakari, que reúne semanalmente alunas e alunos da graduação em Pedagogia e do mestrado em Educação para estudos e aprofundamentos. Promove, periodicamente, eventos denominados Roda Griô, com estudo e debates, trazendo convidados comprometidos com a questão racial, de gênero, educação e direitos humanos. Possui blog <<http://www.educaracageneroufpi.blogspot.com/>>

peessoas passarem pela mesma situação por não ter reclamado seus direitos? Certamente, que dinheiro algum vai reparar não a vergonha experimentada, as energias psíquicas mobilizadas, o tempo em que ficou ruminando o fato, relacionando com outros episódios em que foi alvo de racismo. Entretanto, pode inibir novas discriminações, provocar reflexão e temor em quem é racista para não cometer o crime de racismo.

A seguir veremos quais concepções etnicorraciais identificamos ao longo da pesquisa, a partir da observação participante e das entrevistas realizadas em que as pessoas tiveram oportunidade de falar acerca das suas experiências cotidianas quanto ao ser brasileiro e ou brasileira.

## **6.2 Concepções etnicorraciais que aparecem na pesquisa**

Examinando o material obtido na pesquisa de campo, a partir da observação participante, entrevistas, desenhos e outras informações obtidas em conversas em outros momentos, registramos a religiosidade de algumas pessoas da comunidade que aparece desde a presença de imagens dos santos católicos nas casas e pela devoção manifesta através da reza do Terço, ato comum nas duas festas registradas, como também nos outros momentos de cultos devocionais a outros santos e santas. Também, anualmente, Babu se encarrega de fretar ônibus para ir a Canindé, Juazeiro do Norte, em romaria para visitar o santuário de São Francisco das Chagas e o Padre Cícero. Outro destino é Santa Cruz. Essas são manifestações religiosas que constituem um patrimônio que vem sendo transmitido de geração a geração, oralmente. Evidencia-se valorização de elementos dos antepassados na medida em que se atualizam as festas em honra ao Divino e Nossa Senhora do Carmo.

A figura de destaque desta herança é Mãe Adebola. Parteira, devota do Divino e de Nossa Senhora do Carmo, capaz de viver e transmitir a devoção aos seus sucessores. Cuidou da fé e ensinou, construindo um cabedal espiritual marcante, podendo ser um elemento identitário da comunidade Cancela.

A forte religiosidade tem servido como aglutinadora da comunidade, por parte da geração mais velha, podendo ser concebidas como ocasiões para cultivar a memória dos antepassados, ao mesmo tempo em que constitui momento de aprendizagem/ensinamento das orações e também dos saberes quanto ao modo de enfeitar o oratório, cozinhar e fazer a festa; tempo para reencontrar os familiares que moram fora, conhecer os mais jovens residentes no lugar e estes conhecerem os que moram fora.

Comunidade com antepassados comuns – há o predomínio de dois sobrenomes e com origem comum, concentrado alto nível de parentesco entre os moradores da Cancela. Mãe Adebola é como elo, referência entre os antepassados e os contemporâneos. O ter sido parteira é simbólico, pois liga o fazer o parto ao mistério da vida que vem de Deus. A referência da parteira é que se tratava de mulher experiente, que inclusive, conseguia “aparar” crianças que tinham o cordão umbilical enrolado ao pescoço e, mulher de muita oração. Essa última referência foi destacada como a razão da sua destreza em assistir os partos. Assim, a vida devocional de Mãe Adebola ganha notoriedade na comunidade, podendo ser uma causa da religiosidade do lugar.

Pelo relato de Madiha, o Terço tem mais adesão que a Missa, celebração principal da Igreja Católica. Este comportamento pode ser devido à ausência de padres no passado que assistissem à Comunidade e por isso, não firmou o costume de participação frequente à missa. Também pode ser uma escolha de se priorizar as orações feitas nas famílias pelas pessoas do lugar, com jeito próprio, sem normas escritas e sem uma pessoa de fora presidindo o momento de fé.

As pessoas entrevistadas se concebem descendentes de escravos (Madiha), escravos fugidos (Etana, Elimu), de negro (Amadi, Madiha, Elimu, Etana) e se autodefinem como negros (Elimu, Amadi, Madiha, Etana), pardos (Bomani), morenos (Akins, Eshe). Um dos entrevistados não fez autodeclaração quanto à cor ou raça. As autodeclarações dos entrevistados estão entre as cento e trinta e seis elencadas por Clóvis Moura (1988,p. 63-64), a partir do censo do IBGE, 1980. Em nenhum caso os entrevistados usaram o termo afrodescendente. O que pode fazer pensar sobre a discussão dos termos designativos dos descendentes de africanos, deixando em aberto o debate.

Entre as pessoas colaboradoras, aparecem concepções étnicas que apontam para a continuidade dos antepassados “se sou descendente de escravo e meus antepassados sofreram muito, hoje me sinto feliz porque já há uma conquista. Porque se sou descendente também tenho sangue de escravo, quer dizer a gente venceu” (Madiha), fazendo, inclusive, a ligação com as conquistas obtidas, por exemplo, na atualidade já não haver, oficialmente, a escravidão. Há entre as pessoas entrevistadas manifestação de orgulho por ser negro (Elimu e Madiha). Há também concepção de o negro estar ligado à violência (Babu), sinalizando estereotípias. Esse entrevistado faz alusão ao consumo de bebida alcoólica, ligando à briga, violência. Fato que nos faz pensar no texto de Guimarães (2004) quando discorre sobre a presença do negro nas páginas policiais dos jornais. Entretanto, o autor problematiza tal

presença, ligando às condições socioeconômicas em que se encontram grande parte da população negra do Brasil. Vê-se que as concepções quanto à afrodescendência são diversas. Entretanto, entre as pessoas por nós entrevistadas, predominam referências de pertencimento à população negra.

Os depoimentos abrem possibilidade de identificar possíveis estágios de identidade, considerando o trabalho de Ferreira (2004), embora não seja objetivo deste trabalho tal alocação. Entretanto, o reconhecimento dos possíveis estágios corrobora com a ideia da identidade como construção, não se tratando de algo pronto, mas que possui dinamicidade, comportando elaboração e reelaboração.

Reconhecem o racismo/discriminação de que eles e elas são alvo. A expressão “nego da Cancela” é emblemática, referente à cor da pele das pessoas da comunidade, atribuindo comportamentos antissociais baseados na cor da pele. Aparece o entendimento da condição de discriminação sobre a comunidade quando as entrevistadas (Madiha e Amadi) afirmam que tudo de ruim é atribuído à Cancela e a consequente discriminação por ser do lugar e pela cor da pele. De igual modo, os depoimentos de Bomani, Etana e Elimu expressam a percepção de discriminação que incide sobre a Comunidade e seus moradores e moradoras. Em todos fica evidente a cor como a causa emblemática da discriminação.

Tal situação atualiza o conceito de estigma (GOFFMAN, 1978). Cor e lugar de origem se somam e, como que marcam as pessoas da Cancela, evocando a marca a ferro dos escravizados no período colonial. Esta impressão se destaca a partir dos relatos de episódios em que, repetidamente, foram chamados “negos da Cancela”.

De igual modo, ser negro e pertencer à localidade constituem motivo de chacota. Esta fala nos reporta à obra de Frantz Fanon (2008) ao descrever as descaracterizações do negro pelo branco nas representações de imagens caricatas, desabonando suas qualidades positivas e capacidades construtivas. Fazer chacota imputa desconsideração, desrespeitos, incapacidade; considerar ser alguém desprovido de valor. “Nego da Cancela” é expressão daquilo que “não presta”. Madiha, Bomani, Amadi, Etana fizeram tal afirmativa como alguém que escutou inúmeras vezes e percebeu que tal expressão é carregada de conotações negativas que desabonam qualquer valor. Madiha disse: “A expressão ‘nega da Cancela’ escutei muito, até hoje. No pensar deles é o pior ser, sem valor, sem igualdade, o resto. Acho que eles pensam assim: é o resto e pisam! Não tem nem vez, nem voz, nem lugar”. Tal expressão é a soma de etnônimo e topônimo, evocando o pertencimento étnico e o lugar de habitação como designativo das pessoas. (O'DWYER, 2002).

Uma concepção presente em vários depoimentos foi a de “deixar pra lá” as discriminações dirigidas aos seus habitantes. Essa atitude colabora com o racismo e a discriminação. Podemos compreender tal atitude como proteção, no entanto, ela é ineficaz quanto ao controle das agressões. Quando Amadi relatou o momento em que fez diferente e foi tomar satisfação das suas agressoras, nenhuma assumiu ter falado. Tal comportamento gerou medo no agressor e o imobilizou. Gerou situação nova. Esse fato nos faz pensar na desnaturalização da situação repetida; ela não tem base para existir, foi construída sem alicerce. Portanto, há que se tomar resolução para desmascarar a mentira tantas vezes dita que soa como verdade! Passa pela via do pessoal, que cresce e atinge quem está mais próxima, desencadeando outras ideias.

O “deixar para lá” relatado por Bomani, Amadi, Madiha pode ser considerado uma postura “derrotista”, revelando impotência; achar que um dia as pessoas que praticam a discriminação vão perceber que é errado o racismo. Além de poder revelar a sensação de que nada podem fazer para mudar esse quadro, ou de outra forma, qualquer coisa que venham a fazer não poderá mudar essa situação. Vejamos como Boakari (1994) descreve a postura derrotista de entrevistados colaboradores de sua pesquisa realizada em dois bairros de Teresina:

Tudo levava a crer que estavam convictos da impossibilidade de mudar sua condição ou a situação de outros negros no Brasil. Para eles, “... a cor da pele deve ser culpada. Não adianta nada reclamar contra a decisão divina. Os maus tratamentos que recebemos são parte da nossa cruz, que deve ser carregada com coragem e dignidade.” (BOAKARI, 1994, p. 34).

Ao fazer tal afirmativa, o autor destaca que não pode avaliar “o grau de sua adesão ao cristianismo”, referindo-se aos sujeitos de sua pesquisa. Ressalta ainda “a sua desistência consistente de lutar para mudar a sua marginalização”.

Atribuir à religiosidade da Canela o “deixar para lá” pode ser uma interpretação equivocada, pois ao longo do nosso trabalho constatamos que o silêncio em torno das questões raciais perpassa os diversos setores da sociedade brasileira, constituindo-se o racismo e a discriminação como tabu. Nossa percepção faz pensar em outros mecanismos para não se colocar na pauta das conversas cotidianas assunto que atinge a maior população do País. Faz-nos pensar em interesses econômicos, status quo, permanência de privilégios para o grupo hegemônico, manobras, a exemplo do que descreve o Manifesto dos Brancos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2010).

A questão econômica foi outra concepção que identificamos. Apontada como fator de mudança nas relações entre os moradores da Cancela (Babu), fazendo lembrar a questão do embranquecimento para quem consegue melhorar seu poder aquisitivo. Entretanto, Boakari e Silva (2011) afirmam que ter poder aquisitivo e ou formação acadêmica elevada não impede o racismo e a discriminação.

Aparece a concepção de não haver diferença nas relações inter-raciais (Eshe), a partir de sua experiência pessoal, favorecendo diversas interpretações, por exemplo, negar a situação de discriminação; buscar ser aceita; proteção para não ter que falar sobre o assunto. Essas possíveis opções citadas não têm conotação de censura, mas tão somente refletir sobre a complexa situação da população brasileira quanto às relações etnicorraciais.

Também aparece a concepção de que ser negro é feio ou ao menos é melhor ser branco, como quando Akins apresenta seu desenho retratando sua mãe com cabelos amarelos e revela seu desejo de ter mãe branca, loura. Faz-nos pensar que a percepção da diferença entre ser branco e ser negro no Brasil é formulada em idade tenra. A compreensão da realidade sobre as relações etnicorraciais parece ser capitada mesmo não tendo formalmente conversa e ou orientação sobre o assunto, ocorrendo a partir da convivência inter-racial desde os primeiros contatos, o que é confirmado por Cavalleiro (2000), Fazzi (2004) nas primeiras séries no ambiente escolar.

Neste item acompanhamos as concepções que identificamos nas informações obtidas a partir da observação participante e dos depoimentos das pessoas colaboradoras com a pesquisa. Investigar sobre as concepções das moradoras e dos moradores da Cancela têm de si foi o objetivo do nosso trabalho. As pessoas colaboradoras se reconhecem pertencentes a uma mesma origem e com antepassados comuns, têm alto grau de parentesco; suas autodeclarações as firmam como descendentes de africanos escravizados no Brasil; elas têm presente a realidade de discriminação de que são alvo por serem negras e por habitarem o lugar em que moram; identificam a expressão “nego da Cancela” como pejorativa, sinônimo de coisa ruim; pela experiência percebem que há diferença entre os contingentes negro e branco. Não utilizam o termo afrodescendente para se identificarem, fazendo uso do termo negro, ou de outro designativo, moreno.

Nosso parecer quanto à identificação das concepções etnicorraciais das pessoas entrevistadas parece se tratar de algo que visto e revisto vai despertando outras interpretações, lançando luz sobre as anteriores. Esse exercício é profícuo e tende a se alargar sempre mais, reportando à vida. Portanto, não queremos finalizar essa dinâmica, outros poderão nos auxiliar

continuando em outras pesquisas. Vejamos a seguir como as concepções quanto à educação escolar aparecem no discurso das pessoas entrevistadas.

### 6.3 Educação Escolar

A educação escolar é bem considerada pelas pessoas entrevistadas. Há quem diga que não saber ler nem escrever é ser cego (Eshe). Há também quem defendeu o direito dos filhos frequentarem a escola (Etana), diferindo do marido que pensava em colocar os filhos só para trabalharem na roça. Ela desejando um futuro diferente para seus filhos, investiu na possibilidade dos estudos escolares assegurarem melhor condição de vida. Conseguiu manter os filhos frequentando a escola e obteve êxito no seu empreendimento. Hoje, nenhum dos filhos trabalha na roça.

Também há reconhecimento de melhorias com relação às condições de se frequentar a escola na atualidade (Eshe), como por exemplo, transporte escolar, facilitando o ir e vir. Há também valorização dos professores: “hoje, até posso dizer que o estudo se deve aos pais, mas devo também à professora” (Madiha). Também temos depoimentos de pessoas que concebem a educação escolar como meio de se alcançar melhores condições de vida (Elimu, Bomani, Madiha). Portanto, as pessoas entrevistadas valorizam a educação escolar.

Vimos que três dos entrevistados conseguiram destaque nos estudos. Um conseguiu entrar na universidade, com 30 anos de idade; cursa Educação Física, ao mesmo tempo revelou ter desejado fazer o curso de medicina. Sua conquista o coloca como exemplo de sucesso e é importante enfatizar essa vitória. Entretanto, dados do IBGE (2010) mostram

A proporção de estudantes de 18 a 24 anos de idade que cursam o ensino superior também mostra uma situação em 2009 inferior para os pretos e para os pardos em relação à situação de brancos em 1999. Enquanto cerca de 2/3, ou 62,6%, dos estudantes brancos estão nesse nível de ensino em 2009, os dados mostram que há menos de 1/3 para os outros dois grupos: 28,2% dos pretos e 31,8% dos pardos. Em 1999, eram 33,4% de brancos, contra 7,5% de pretos e 8,0% de pardos. (IBGE, 2010, p.228).

A idade referente se aplica ao esperado ingresso no Ensino Superior após a conclusão do Ensino Médio. O nosso entrevistado apresenta 12 anos a mais do esperado. Em seu relato falou que fez algumas tentativas para entrar no curso de medicina, não conseguindo aprovação. Os números também indicam defasagem com relação aos estudantes negros (pretos e pardos), embora se perceba um aumento se comparado com a situação de 1999.

Embora Elimu tenha sido aluno aplicado, sua aprovação para o Ensino Superior só ocorre tempos depois de sua conclusão do Ensino Médio. Esse fato provoca reflexões acerca do processo seletivo para o ingresso na universidade: a desvantagem entre ensino público e privado com prejuízo para o alunado das escolas públicas. Mesmo havendo uma elevação do número de estudantes negros no Ensino Superior, ainda é significativa a diferença entre negros e brancos, necessitando políticas públicas para superar essa defasagem. Nesse sentido, é importante registrar a decisão do Supremo Tribunal Federal que, por unanimidade, reconheceu a constitucionalidade das Políticas de Ação Afirmativa de Acesso ao Ensino Superior, em audiência pública, no dia 26 de abril de 2012.

Essa realidade social e educacional da sociedade brasileira se faz imperativa e, portanto, é relevante para ser considerada pela formação dos professores. Vimos que ainda não figura no currículo de tal categoria as relações etnicorraciais, como também a História da África e Afro-brasileira. Se na formação de professores não existe no currículo espaço para se tratar da situação socioeconômica da população destinatária desses profissionais, eles não terão atenção para com as particularidades e diferenças do alunado que vem da favela, das vilas, dos cortiços, que são negros e ou afrodescendentes. Questões que envolvem gênero, pobreza, relações etnicorraciais são imprescindíveis na formação de professores, caso contrário, eles estarão distantes do chão da vida do seu alunado e, o mais grave, os professores estarão condicionados a olhar o alunado das periferias como incapazes, interferindo de modo negativo na relação ensino-aprendizagem, o que pode resultar em baixo rendimento escolar, evasão, desistência definitiva da escola.

Os depoimentos dos nossos entrevistados relatam situações em que o despreparo dos professores foi evidente, sem condições de intervenção quanto à discriminação vivida pelos alunos da Cancela. Fatos como aquele vivenciado por Babu, Bomani, Madiha, Amadi são frequentes na vida dos afrodescendentes. Babu decidiu não mais voltar à escola. Bomani e Madiha permaneceram estudando, mas diariamente tiveram que enfrentar discriminações que, no caso de Madiha, interferiram na sua maneira de ser, causando-lhe retraimento, medo, intimidação. Pelo seu desempenho na escola, ela poderia ter alcançado outro nível de escolaridade, fazendo curso superior. Ela ainda pode fazer. Conclui-se que a seleção para a universidade começa antes da conclusão do Ensino Médio, tem início desde as séries iniciais do Ensino Fundamental. A concorrência é desleal em que o preterido é o negro e seus descendentes. Essa realidade foi exemplificada no depoimento de Etana quando afirma que “para os alunos da Cancela eram reservados os lugares do fundo da sala. Na falta de cadeira,

eles deveriam ficar de pé”. O discurso de democracia, educação para todos precisam ser concretizados imediatamente. Os longos anos de espera reclamam urgência.

A comunidade Cancela não tem escola própria. Na escola Municipal Santa Teresa o diretor adjunto falou sobre os alunos da Cancela, das suas dificuldades e da sua não interação com crianças de outras comunidades. Houve uma constatação da realidade. Entretanto, não há trabalho direcionado para a superação de tal realidade descrita. A atual diretora afirma a existência de projeto desenvolvido pelo professor de geografia, enfatizando as datas do treze de maio e vinte de novembro. Todavia, fica esquecida a questão racial durante todo o ano. Se não se trabalha com a questão racial e consequentes relações etnicorraciais, podemos dizer que o conteúdo escolar distancia-se da realidade dos alunos, não obedece às leis mencionadas aqui, nem se acata o Plano Nacional de Implementação das Relações Etnicorraciais no Currículo Escolar (s/d).

Como sugestão para a escola, acreditamos que a Pedagogia da Diferença e a Pedagogia Interétnica podem ajudar a incluir no currículo e também no cotidiano escolar as questões raciais. Ambas têm como uma das suas referências o método Paulo Freire; também se aplicam ao Ensino Fundamental, além de se proporem combater o racismo presente na sociedade e na escola. Vejamos, resumidamente, suas propostas:

Rosa Margarida de Carvalho Rocha (2009) ao propor uma Pedagogia da Diferença afirma:

A Pedagogia da Diferença, que acreditamos possível de ser construída pelo Sistema Educacional Brasileiro, é aquela que faz da escola um projeto aberto, uma cultura escolar que seja espaço de diálogo e comunicação entre grupos sociais diversos; que permite a identificação e expressão das singularidades; que promova uma cultura geral inclusiva para todos e que reflita as culturas dos diferentes grupos sociais, com igualdade de abordagens. (ROCHA, 2009, p.18).

Elenca etapas por que passam as escolas brasileiras até chegar à “discussão racial no seu projeto pedagógico” (ROCHA, 2009, p.10). A autora fala de “fases” à semelhança de Ferreira (2004) quando trabalha os estágios da identidade afrodescendente. As fases indicadas por Rocha são as seguintes: a) fase da “invisibilidade”; b) fase da “negação”; c) fase do “reconhecimento”; e d) fase do avanço. (idem, p.10-14). As fases elencadas dizem respeito ao processo das escolas que passam a adotar as discussões raciais no seu cotidiano. Essas etapas sinalizam o estado da escola quanto à sua percepção da realidade racial que vai desde o não reconhecimento de problemas raciais; a negação desses problemas; passa pelo reconhecer a existência de problemas raciais na sociedade brasileira e chega à etapa de avançar e adotar

no seu cotidiano a discussão e trabalhar em sala de aula as questões pertinentes à realidade racial brasileira. Percebe-se que há uma tomada de consciência acerca do assunto e uma resolução política por parte das pessoas que fazem a escola.

Rosa Margarida Rocha apresenta a Pedagogia da Diferença assim:

Objetivos: “valorizar e respeitar as singularidades dos estudantes; promover aprendizado com as diferenças; reconhecer e respeitar os valores e formas de expressão do outro; levar em consideração os sujeitos de aprendizagem no processo educacional”.(p.81)

Meios: “aprendizagem cooperativa, em grupo; uso pedagógico das experiências culturais dos estudantes; interação com a comunidade exercitando o diálogo e a aceitação negociada; articulação dos conteúdos e disciplinas acadêmicas, referendando as experiências culturais dos estudantes”. (p.81).

Tudo para levar a: “Implantação de uma cultura escolar mais inclusiva. Construção de um currículo de acordo com a realidade brasileira. Abordagem institucional e pedagógica das diferenças”. (p.81)

A proposta da Pedagogia da Diferença se apoia em princípios e valores da cosmovisão africana, como: “Ancestralidade/corporeidade; Integração; Circularidade/Comunitarismo”. Esses são aqui destacados como componentes importantes de uma cultura que foi rejeitada por séculos e que podem ajudar na superação da história única.

Para a efetivação da Pedagogia da Diferença é necessária a “desconstrução de alguns conceitos equivocados, adquiridos através de informações incorretas ou da falta total de informação”. (ROCHA, 2009, p.19). Os equívocos são: “a questão racial é uma questão exótica; cultura negra é apenas folclore; questão racial é conteúdo apenas de História; questão racial é assunto apenas para negros; África é África, Brasil é Brasil; questão racial não é assunto escolar; questão racial é só a história dos escravos”. (ROCHA, 2009, p 20-23). A autora explica a cada um dos equívocos aqui citados. Vejamos agora a proposta da Pedagogia Interétnica.

A Pedagogia Interétnica “ se constitui no resultado prático de uma pesquisa acerca das relações raciais, realizada pelo Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, em 1978 na cidade de Salvador, em colaboração com os estudantes de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia” (CRUZ, 1996, apud LIMA, 2003, p. 5). No seu primeiro momento de elaboração foi colocada como “educação interétnica”, pensada como uma disciplina que

deve, sobretudo, está integralmente calcada, inspirada para a nossa realidade sociocultural, política e econômica e dentro de uma concepção científica, dialética e conjuntural, que permita a compreensão do nosso mundo, sem perder de vista as estruturas que oprimem o homem.

A educação interétnica é de natureza terapêutica, informacional e formacional, isto é, visa a corrigir comportamentos raciais negativos para a convivência social, e esclarecer as origens do fenômeno, bem como, preparar educadores para atuar nesta área. (LIMA, 2003, p.6)

Após a realização de seminários para se discutir e formular os fundamentos da pedagogia interétnica e de um currículo escolar baseado nos valores e na cultura dos grupos étnicos dominados, em 1989 foi publicado o livro “Alternativas de combater o racismo: segundo a pedagogia interétnica” de Manoel de Almeida Cruz, no qual é sistematizada a prática e os referenciais teóricos da Pedagogia Interétnica, considerando tanto o negro quanto o indígena.

A pedagogia interétnica tem como objetivo fundamental o estudo e a pesquisa do etnocentrismo, do preconceito racial e do racismo transmitidos pelo processo de socialização ou educacional (família, comunicação, escola, sociedade global e meios de comunicação social), além de indicar medidas educativas para combater os referidos fenômenos.

Esta pedagogia em questão recomenda uma linguagem total (escola, teatro, imprensa, rádio, história em quadrinhos, pôster, cine, TV, vídeo, palestras) como meio de mudança de atitudes preconceituosas e discriminações raciais, propondo ainda uma intervenção sistemática a área da educação formal, a partir da elaboração de um currículo escolar baseado nos valores dos grupos étnicos subalternos. (CRUZ, 1989, apud LIMA, 2003, p.7).

Essa Pedagogia foi adotada pela Escola Criativa Olodum (ligada ao Bloco Cultural Olodum), dentro de um enfoque multidisciplinar, como também na escola formal que o Bloco assume, da pré-escola até a 4ª série do Ensino Fundamental. Pela existência de um programa de cooperação técnica entre a Escola Criativa Olodum e a Secretaria Municipal de Ensino, as escolas municipais adotaram a Pedagogia Interétnica, que foi lançada, oficialmente, ao nível de projeto piloto na Escola Alexandrina Santos Pina, em um bairro periférico de Salvador. Em maio de 1993, a Câmara Municipal de Salvador instituiu a Pedagogia Interétnica nas escolas da Rede Municipal de Ensino. (Lima, 2003).

As duas sugestões aqui apresentadas podem garantir o cumprimento das Leis 10.639/2003; 11.645/2008. Elas têm semelhanças nas propostas de combate ao racismo e buscam atingir desde o Ensino Fundamental (escola formal), em todos os níveis, especialmente, nós destacamos a formação de professores, estendendo-se para a sociedade em geral. Destaca-se a Pedagogia Interétnica, que teve aplicação na Escola Criativa Olodum e foi adotada pela Rede Municipal de Ensino da cidade de Salvador como forma de educar seus cidadãos.

Vimos que as pessoas entrevistadas têm apreço pela educação escolar, que é vista como elemento que pode ajudar a alcançar melhores condições de vida. Essa valorização é presente em todos os depoimentos. Vimos também que existe defasagem entre os negros e brancos no ingresso ao Ensino Superior, atestado pelos índices publicados pelo IBGE, que revelam um problema que vem se mantendo ao longo dos anos, mesmo havendo um aumento nos índices mais recentes. Essa realidade excludente precisa ser considerada pela academia como agência formadora dos profissionais da educação para que sejam formados para atuarem de modo a contribuírem com a mudança dessas injustiças e desempenhem atuação eficaz na sociedade brasileira, colaborando para a superação desses problemas e na construção de uma sociedade mais justa com igualdade de oportunidades para todos seus cidadãos e cidadãs, independentemente, de cor. Para tanto, indicamos as propostas da Pedagogia da Diferença e a Pedagogia Interétnica como sugestão para a escola realizar uma formação mais integral das brasileiras e dos brasileiros.

Assim, reafirmamos que a escola tem a ver com a realidade etnicorracial brasileira, particularmente, com a comunidade Canela, podendo cumprir sua função/missão confiada pela sociedade, assumindo em seu currículo e em seu cotidiano as relações etnicorraciais e o ensino da História e cultura afrobrasileira e africana, reconhecendo as contribuições da população negra e indígena na construção do País e, assim, superando a história única.

De igual modo, a escola pode e deve assumir o alunado vindo de comunidades como a Canela, acolhendo-os como brasileiros, valorizando suas diferenças como diversidades do ser brasileiro, respeitando seu direito de ser o que se é sem qualquer prejuízo dos valores trazidos das suas comunidades; favorecendo a troca, o respeito, a convivência respeitosa às diferenças físicas e culturais do alunado.

Após esse trajeto, vejamos as Considerações Finais desse trabalho.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pelo trabalho empreendido podemos afirmar que as democracias racial e cultural ainda são um objetivo a ser alcançado pelo Brasil devido à discriminação racial nas relações cotidianas e nos índices socioeconômicos realizados e publicados pelo IBGE, também como, lembra-nos o Antonio Sergio Guimarães (2004), nos jornais, na coluna policial. Estes fatos corroboram com as constatações de Carlos Hasenbalg feitas ainda em 1979, demonstrando que a relevância de seu trabalho perdura e, com isso, justificando sua referência entre os

autores citados. Ele afirma que não é suficiente o passado escravocrata, mas são o racismo e a discriminação responsáveis pela ocupação da população negra em “posições sociais inferiores”. (HASENBALG, 1979, p.20-21). As condições socioeconômicas da Canela retratam o que dizem os teóricos. De igual modo, Boakari e Silva (2011) afirmam que conquistar nível elevado de formação acadêmica e profissional para o afrodescendente não lhe assegura proteção contra a discriminação e racismo.

Risério cita autores que, no nosso entender, não conseguem sustentar seus argumentos quanto à integração positiva e prontidão digna da “cultura afrodescendente” na sociedade brasileira. Na nossa concepção o que ocorre é uma usurpação (MEMMI, 1977, p. 25) de valores pontuais como valor nacional, feito assepticamente, mas com ressalvas que se expressam nas condições precárias de comunidades como a Canela. Existem “valores afrodescendentes” incorporados no cotidiano brasileiro, assimilados pelo uso frequente sem se dar conta de que são negros, constituindo o conjunto da brasilidade para turista vê, mas que não fazem diferença na condição social cotidiana dos afrodescendentes, como podemos observar a seguir:

Penso, ao contrário, que a conversão de símbolos étnicos em símbolos nacionais não só oculta uma situação de dominação racial, mas torna muito mais difícil a tarefa de denunciá-la. Quando se convertem símbolos de “fronteiras” étnicas em símbolos que afirmam os limites da nacionalidade, converte-se o que era originalmente perigoso em algo “limpo”, “seguro” e “domesticado”. Agora que o candomblé e o samba são considerados “chiques” e respeitáveis, perderam o poder que antes possuíam. (FRY, 2005, p. 156).

Por isso, cabe a pergunta: como pode o afrodescendente se considerar verdadeiramente brasileiro se sua participação efetiva na escola, universidade, política e demais setores é cerceada? Como pode se sentir incluso se parte dos seus valores é rejeitada? Assim, registramos a pertinência do título desse trabalho: Povo Bom da Canela – Identidade e Afrodescendência: o que a escola tem com isso? A identidade é discutida e o contexto em que a Canela vive torna relevante à discussão, pois estamos diante de uma comunidade brasileira, mas que é esquecida na sua cidadania, colocando em descoberto a falta de estrutura que possa favorecer a vida das pessoas da comunidade, como vimos no capítulo 3, “Comunidade Canela: o lugar da pesquisa”. Assim como no passado os negros não tiveram sua dignidade considerada, de igual modo seus descendentes ainda lutam para terem seus direitos de cidadãos reconhecidos.

A afrodescendência faz parte da herança do povo da Canela. Em nenhum dos depoimentos foi utilizada tal termo. Metade dos entrevistados usou o termo designativo negro

em suas autodefinições, o que favorece a discussão dos termos negro/afrodescendente para designar essa população de brasileiros e de brasileiras, atualizando a discussão que apresentamos no capítulo 2, “Nos Caminhos da produção científica”. Estariam certos os autores que afirmam que o uso do termo afrodescendente é modismo, sendo o termo negro mais abrangente para todos os descendentes de africanos? Ou ainda, o fato de os moradores da Cancela serem identificados por pessoas de outras comunidades como negros da Cancela, estaria na base do uso do termo negro para a autodeclaração? Nesse caso, o peso negativo histórico do termo negro estaria simplificado e assumido como algo inerente à situação dos moradores da Cancela?

Embora não tenha havido o uso do termo afrodescendente, as concepções dos moradores e moradoras da Cancela mostram que eles e elas se reconhecem como afrodescendentes, na medida em que se autodeclaram como moreno, pardo, negro e, neste sentido, os estágios de Ferreira sobre a construção da identidade afrodescendente ajudam a pensar, mas não necessariamente são comprovados aqui. Necessitaria de uma investigação mais direcionada e apurada, constituindo um desejo e um desafio futuro para investigar esses estágios junto aos habitantes do lugar, o que pode ser favorecido pela maior aproximação da pesquisadora com a comunidade, prosseguindo e aprofundando o estudo.

Todas essas discussões se tornam importantes e, portanto, mereceriam atenção da escola para com as questões raciais brasileiras e também para a incorporação das relações etnicorraciais no currículo e no cotidiano da escola. Assim, somos partidários de que a escola tem tudo a ver com essas questões e realçamos seu papel fundamental na formação das cidadãs e dos cidadãos brasileiros. Consideramos que a escola não só reproduz a sociedade em que atua, mas pode favorecer a superação de injustiças, disseminando ideias inclusivas, valorizando a diversidade dos povos e suas culturas que constituem o País. Portanto, destacamos a contribuição intransferível da escola. Essa contribuição exige clareza e decisão política de todas as pessoas que atuam no espaço escolar.

As pessoas entrevistadas acreditam na escola enquanto agência propiciadora de conhecimentos que possibilitam melhores condições de vida. Há, portanto, o reconhecimento do valor da escola e de seus profissionais, tornando-se apelo aos que atuam na educação para que atendam às expectativas dessa comunidade particular, mas também de outras que esperam resultados positivos do desempenho dessa instituição.

Consideramos que nosso trabalho alcançou seu objetivo, pois escutamos as pessoas colaboradoras da nossa pesquisa e identificamos concepções por elas emitidas acerca da

realidade brasileira quanto às relações etnicorraciais, a partir de suas experiências de vida. As concepções dos nossos entrevistados apareceram de diversos modos, revelando o que as pessoas pensam como sentem como convivem com as questões de natureza racial. Através da Observação Participante identificamos a manutenção de práticas devocionais de antepassados através da Festa do Divino e da Novena em honra a Nossa Senhora do Carmo. Consideramos que tais práticas têm função de aglutinadoras da comunidade e também de resistência de um modo próprio de manter viva a tradição herdada. De igual modo, anualmente, celebrar tais festas pode ser considerado um modo de atualizar e tentativa de contagiar as novas gerações para que mantenham o costume. Entretanto, parece existir resistência das novas gerações, pois há uma diminuição no número de participantes, como também dificuldades em absorver os ensinamentos transmitidos pelos mais velhos quanto às orações, o toque da caixa de percussão na Festa do Divino. A resistência dos mais jovens estaria relacionada ao modo de celebrar a fé ou à própria Festa? Ou ainda, sua resistência seria para não correr o risco de herdar a Festa e a responsabilidade de, anualmente, promovê-la e ter de arcar com despesas do compromisso e tarefas? Essas questões merecem maior investigação sobre a relutância de participar e ou assumir a continuação da tradição.

Cancela é uma comunidade com grau elevado de parentesco entre seus moradores. Há predomínio de dois sobrenomes: Olegário e Sena, que, segundo relatos, têm origem comum. Nossos entrevistados e entrevistadas contam que seus antepassados foram escravizados e, possivelmente, tenham sido da antiga fazenda Santa Teresa, relatando inclusive, a existência da casa grande no espaço em que, hoje, estão localizados o comércio do Luís do Óleo e sua residência e de seu irmão José do Óleo, na entrada do Povoado Santa Teresa. Vimos o poço, cuja construção é atribuída a antigos escravos e que por muito tempo era de onde os moradores da Cancela buscavam água. Podemos pensar na existência de um senso de pertença, o que favorece concepção de continuidade dos mais velhos para com os antepassados.

O espaço geográfico da Cancela está situado em local com grande nível de umidade, afetando as construções, deixando sinais nas paredes das residências. As últimas informações nesse sentido apontam que Cancela está sob um lençol freático raso, o que explicaria tal situação, que no período das chuvas agravaria o estado das coisas, provocando poças d'água que permanecem por período além da estação chuvosa. Esse lugar foi iniciado pelo pai de dona Eshe, que atraiu a vinda de parentes que também ali se instalaram, assegurando espaço para habitarem.

As condições estruturais básicas da comunidade são precárias com número significativo de residências sem fossa, tornando a realidade como um assunto de saúde pública. Aqui cabe colocar o testemunho da Agente de Saúde recém-empossada quanto ao que os outros funcionários das equipes de saúde comentam: “você pegou uma área muito difícil; lá tem muitos problemas”. Evidencia-se o conhecimento anterior à sua chegada ao posto como funcionária, mas nada foi nem está planejado para solucionar os problemas. Achamos que uma medida preventiva seja a implantação de projeto para suprir a falta de fossas no lugar; beneficiaria as famílias que não têm e toda a coletividade que teria reduzido às possibilidades de doenças.

Pelos dados obtidos podemos dizer que a comunidade Cancela pode ser reconhecida pelos termos designativos que aparecem nos documentos legais do País, caso da Constituição Federal (1988), no Estatuto da Igualdade Racial (2010). Fazemos tal afirmativa com base nos relatos em que as pessoas falam da descendência, cor, como também pela discriminação que são alvo. Quanto às considerações legais, apenas dois entrevistados se referiram a esse aspecto, não havendo manifestação expressa de reivindicação aos direitos que as Leis asseguram às comunidades negras rurais e ou quilombolas.

O quilombo para a comunidade parece ser uma herança proibida, mas se trabalhada a dimensão socioantropológica e sua atualidade, poderá ser um despertar para a identidade quilombola e ou como comunidade negra rural que, via autodefinição, pode ser meio para alcançar melhores condições para a comunidade. Esse constitui elemento importante no processo de construção da identidade afrodescendente da Cancela, uma referência de pertencimento histórico que pode ser explorado pela escola. De igual modo, esse possível pertencimento pode ser investigado por futuras pesquisas.

As conquistas pessoais de três pessoas entrevistadas não podem ser generalizadas para se afirmar igualdade de oportunidades; também não podem ser usadas para culpar outras moradoras e moradores do lugar como incapazes de alcançar êxito na escola. Nos seus relatos, as pessoas que obtiveram sucessos narram episódios de discriminação que vivenciaram e vivenciam, expondo a realidade brasileira. Mais uma vez constatamos que as conquistas, sucessos no mundo acadêmico ou no campo profissional não isentam o afrodescendente de situações de discriminação. (BOAKARI; SILVA, 2011; SILVA, 2011).

Fica para os pesquisadores o desafio de encontrar um modo de combate ao racismo e defendemos a incorporação do tema sobre as relações etnicorraciais no cotidiano escolar para se romper o silêncio que colabora com a transmissão das discriminações. Neste sentido, a

proximidade geográfica da Cancela com as comunidades Santa Teresa e Caminho Novo não justifica a discriminação à comunidade. Tal situação de discriminação independe da geografia, haja vista a situação vivenciada por Amadi num supermercado na zona urbana de Teresina, como também relatos da existência de brincadeiras racistas na escola da zona urbana relatadas por Bomani; as agressões verbais estereotipadas mencionadas por Madiha e Amadi. O que a comunidade vivencia nas suas interações com pessoas de outras comunidades constitui exemplo de discriminação no país.

O racismo é presente em todas as instâncias da sociedade brasileira. Ele não tem justificativas que o sustentem e, no entanto, sua atuação ainda permanece. Madiha contou a chateação de sua sobrinha de 10 anos diante da fala de uma colega de escola. Será preciso repetir este filme?

Nosso trabalho pode se somar ao trabalho de Boakari e Gomes (2005), podendo ampliar o número de comunidades negras rurais no estado do Piauí. A falta de infraestrutura é uma característica presente no “Mapeamento e caracterização das comunidades negras rurais” realizados pelos autores, podendo ser elemento para a inclusão da Cancela entre tais comunidades. Além disso, há outros elementos como: maioria da população descende de negro e alto grau de parentesco (predomínio de dois sobrenomes). Os autores descrevem as dificuldades físicas para ter acesso às comunidades. Cancela está localizada às margens de uma via asfaltada. Entretanto, a acessibilidade ou a falta desta para a comunidade em estudo, aparece através do esquecimento das autoridades, ausência de serviços públicos, indiferença às suas necessidades. As semelhanças podem ser as condições socioeconômicas, a condição imposta de segregadas dos espaços de participação nas tomadas de decisões. Urge fazer valer o que dizem os teóricos sobre o quilombo na concepção mais ampla, consistindo num modo de viver, de conceber a realidade, aspirando e fazendo acontecer novas formas de convivência com o diferente, engendrando novos modos de sociedade, mais igualitária nas oportunidades para todos.

A academia precisa abrir-se às discussões sobre as questões etnicorraciais do País e formar professores com novos referenciais pluriculturais, reconhecendo o valor das diversas culturas que constituem o Brasil. Há o que fazer e com urgência. As crianças afrodescendentes merecem e têm direitos ao acolhimento da escola, em que possam experimentar o respeito das suas diferenças, a valorização da cultura herdada dos antepassados como elemento constituinte da cultura brasileira, assim como consta nos Direitos das Crianças e no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares

Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana (s/d).

Chegando ao final desse trabalho, aprendemos que muito ainda temos de aprender e a realizar. A realidade das comunidades afrodescendentes reclama atuação e urgência para colaborar na superação dos problemas enfrentados. Para essa pesquisadora as informações aqui copiladas sinalizam possibilidade de atuação mais próxima, entendimento maior quanto ao modo de ser das pessoas do lugar. O convite feito pelas mulheres para acompanhar o grupo de produção de sabão, torna-se uma porta de acesso, um voto de confiança do grupo.

De igual modo, a pesquisa realizada nos fez perceber a responsabilidade de se trazer à academia assunto tão relevante para uma população brasileira que ainda não tem sua contribuição reconhecida na construção do País e que, por isso, urge entrar na pauta das discussões e investigações científicas. Temos notícias da existência de núcleos de estudos sobre afrodescendência em várias universidades; há congressos, regularmente, realizados; há produção profícua em torno da afrodescendência, mas os resultados ainda são mínimos no espaço acadêmico. Particularmente, no Centro de Ciências da Educação na Universidade Federal do Piauí, parece haver não reconhecimento das relações etnicorraciais como imprescindíveis para o currículo de formação dos docentes que, anualmente, são formados pelo Centro. Esse também pode ser um problema para futuras pesquisas.

Reclamamos a presença e atuação da escola para a superação dos silêncios em torno das questões raciais, lançando luz sobre esse assunto tabu. Podemos aprender com as propostas específicas que vêm sendo discutidas e aplicadas: Pedagogia da Diferença e a Pedagogia Interétnica, que têm entre seus referenciais teóricos a pedagogia de Paulo Freire. Eis, portanto, nossas sugestões para a escola brasileira assumir no seu cotidiano a realidade das questões raciais, acolhendo as diversidades que são próprias da nação brasileira, superando a história única, abarcando as contribuições de todas as culturas dos que chegam para se formarem como brasileiros e como brasileiras.

## EPÍLOGO

Talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor,  
Mas lutamos para que o melhor fosse feito.  
Não somos o que devíamos ser,  
Não somos o que iremos ser,  
Mas, graças a Deus,  
Não somos o que éramos.  
(Martin Luther King)

Constitui uma grande vitória chegar a este ponto pelo percurso feito e, sobretudo, pelos obstáculos enfrentados e superados, que se relacionam desde o desafio de estudar uma temática nova no meu percurso acadêmico, seja também na vivência de situações particulares pessoais e de família, que demandaram energia e preocupações e ocupações.

Impressiona ao ler dissertações como tudo parece ter ocorrido sem problema, imprevisto e, sobretudo, como tudo deu tão certo! Este caráter é suspeito, pois qualquer atividade humana é cercada por percalços que desestabilizam e, ao mesmo tempo, provocam criatividade, providências que não foram pensadas. Esta tem sido minhas impressões e experiência quanto ao trabalho de fazer pesquisa a partir da orientação acadêmica. Não é falta de planejamento, organização. O projeto foi escrito, pensado, aprovado pelo Comitê de Ética, mas a vida, as pessoas são, teimosamente, dinâmicas e não se enquadram redondamente no esquema planejado.

O encontro com as pessoas colaboradoras da pesquisa tem sido um aprendizado constante, revelando minhas limitações no trato com os aparelhos da pesquisa, o uso de gravador de voz, máquina fotográfica, filmadora e, sobretudo, o contato com a gente simples da Comunidade Cancela, mostrando as diferenças e equívocos ao estabelecer comunicação. Entretanto, estes têm sido também ocasião de retomada, de reelaboração da pergunta, buscar tornar-me acessível e, conseqüentemente, capaz de entender e ser entendida no que tange ao objetivo da pesquisa. A situação engraçada e jamais imaginada de “tratamento” ser entendido apenas como referente à dimensão da saúde ou da falta dela, provocando-me a rever as perguntas e buscar alternativas para conduzir a entrevista rumo ao intento traçado.

A crise de não querer mais ler o que foi produzido, duvidar do valor do conteúdo pesquisado, a esterilidade do escrever, o deserto dos pensamentos negativos; o pensamento recorrente para desistir, dar um tempo; as preocupações com situações e pessoas; o falecimento do meu pai e o silêncio dolorido da perda; a lembrança e a certeza ingrata de não

mais vê-lo como antes. Tudo isso junto e aumentado com as celebrações do primeiro aniversário de morte do meu genitor me mobilizaram a ponto de me paralisar interiormente.

Ter um acompanhante no caminho cheio de meandros é importante e indispensável. Foi dado como presente divino um mestre de grandeza humana que me auxiliou e incentivou a prosseguir sem me ocupar demais com os machucados. Grata, professor Francis! Você foi um amigo, irmão, pai, mestre sensível para perceber as dificuldades e com ânimo e firmeza indicar a rota para com segurança se fazer o caminho.

## REFERÊNCIAS

- África o Berço da humanidade.** Disponível em  
<[http://www.orixas.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=20&Itemid=55](http://www.orixas.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20&Itemid=55)  
> acessado em 05/05/2012.
- ALVES, Antonio Roberto. **Santa Teresa e São João: em busca do desenvolvimento sustentável.** Teresina: Antonio Roberto Alves: Ed. Funcor, 2008.
- ANDRÉ, Maria da Consolação. Psicossociologia e negritude: breve reflexão sobre o “ser negro” no Brasil. In: **Boletim Academia Paulista de Psicologia.** Ano XXVII nº 2/07: 87-102.
- BAIOCCHI, Mari de Nasaré. **Negros de Cedro: estudo antropológico de um bairro rural de negros em Goiás.** São Paulo: Ática; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.
- BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa.** Tradução, Maria Luiza X. de A. Borges; revisão técnica, Karina Kuschnir. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida (Orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.** 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BLEGER, José. **Temas de Psicologia: entrevista e grupos.** Tradução Rita Maria M. de Moraes; revisão Luís Lorenzo Rivera. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BOAKARI, Francis Musa. As crianças negras e a socialização que produz o fracasso escolar. In: **Sociologia da Educação.** Alfredo J. Veiga-Neto (org.) Porto Alegre: ANPED, 1994, p.21-42.
- BOAKARI, Francis Musa. Uma pedagogia interétnica para a educação brasileira: para não dizer que não tive sonhos realizáveis. In: **Linguagens, educação e sociedade: revista do mestrado em educação da UFPI - nº4, 1999: Teresina: EDUFPI, 1999, p. 98-120.**
- BOAKARI, Francis Musa; GOMES, Ana Beatriz Sousa. **Comunidades negras rurais do Piauí: mapeamento e caracterização sociocultural.** Teresina: EDUFPI, 2005.
- BOAKARI, F. M.; SILVA, E. D. Sucesso da mulher afrodescendente. **Jornal O Dia,** Teresina - PI, p. 6, 08 mar. 2011.
- BRASIL. **Superando o racismo na escola.** 2ª ed. revisada. Kabengele Munanga (org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008, 200p.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Acesso e Permanência da população negra no ensino superior.** Maria Auxiliadora; Maria Lúcia de Santana Braga (Orgs.). Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: UNESCO, 2007.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. **Diário Oficial da União,** Brasil, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei Afonso Arinos. Disponível <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7437.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7437.htm)> acessado em 02/05/2012.

\_\_\_\_\_. Lei CAÓ. DISPONÍVEL<[www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/legis031.pdf](http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/legis031.pdf)> acessado em 02/05/2012.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 11.645/2008 de 10 de março de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 mar. 2008.

\_\_\_\_\_. Lei 12.288/2010 de 20 de julho de 2010. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 de jul. 2010.

\_\_\_\_\_. Presidência da República, Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)> Acessado em 02/02/2012.

CAMPBELL, James. **À margem esquerda**. Tradução Antônio Machado. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

Coleção **História da África**. Disponível < [http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/general\\_history\\_of\\_africa\\_collection\\_in\\_portuguese-1/](http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/general_history_of_africa_collection_in_portuguese-1/)> acessado em janeiro/2011.

CUNHA JR, Henrique. Nós, afrodescendentes: História Africana e Afrodescendente na cultura brasileira. In: **História da Educação do Negro e outras histórias**. Jeruse Romão (Org.). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 249-273.

\_\_\_\_\_. Me chamaram de macaco e eu nunca mais fui à escola. In: **Educação e afrodescendência no Brasil**. GOMES, Ana Beatriz; CUNHA JUNIOR, Henrique (Orgs.), Fortaleza: Ed. UFC, 2008, p. 229-240.

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DESCHAMPS, Jean-Claude; MOLINER, Pascal. **A identidade em psicologia social: dos processos identitários às representações sociais**. Tradução de Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DU BOIS, W.E.B. **As almas da gente negra**. Tradução, introdução e notas, Heloísa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1999.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

\_\_\_\_\_. Os condenados da Terra. Tradutor: José Laurênio de Melo. 2ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1979.

FAZZI, Rita de Cássia. **O drama racial de crianças brasileiras**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes** (volume 1). São Paulo: editora Ática.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afro-descendente: identidade em construção**. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

FIUME, Giovanna. Antônio etíope e Benedito, o mouro: o escravinho santo e o preto eremita. In: **Afro-Ásia** nº 40, 2009, p.51-104.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRY, Peter. **A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GARCIA, Regina Leite (org.) **Método: pesquisa com o cotidiano**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Tradução de Vera Mello Joscelyne. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOMES, Ana Beatriz Sousa. Movimento negro e educação inclusiva. In: ALBUQUERQUE, Luiz Botelho (org.) **Currículos contemporâneos: formação, diversidade e identidades em transição**. Fortaleza, CE: Ed. UFC, 2005, p. 37-56.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Preconceito e discriminação**. Prefácio de Nelson do Valle Silva. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2004.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 1.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IANNI, Octavio. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1988. 2ª Ed., revista e acrescida do Apêndice.

IBGE – PNAD, 2008. Disponível em <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acessado em 30/01/2011.

\_\_\_\_\_. **Síntese de Indicadores Sociais**: análise das condições de vida da população brasileira, 2010. Disponível site <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acessado em 22/11/2011.

Instituto Amma Psique e Negritude; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. **Os efeitos psicossociais do racismo**. São Paulo: Instituto Amma Psique e Negritude ; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

KAWAHALA, E; VIVAR Y SOLER, R. D. Por uma psicologia social antirracista: contribuições de Frantz Fanon. In: **Psicologia & Sociedade**, 22 (2), 2010, p. 408-410.

LAVILLE, Christian. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. In: **Etnográfica**, Vol. IV (2), 2000, p. 333-354.

LIMA, Ivan Costa. **As propostas pedagógicas do movimento negro no Brasil**: Pedagogia Interétnica uma ação de combate ao racismo. Disponível em <<http://www.smec.salvador.ba.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-diversidade/RELA%C3%95ES%20%C3%89TNICAS/WEBARTIGOS/>>. Acessado em 20/04/2012.

LIMA, Solimar Oliveira. **Braço forte**: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí: 1822-1871. Passo Fundo: UPF, 2005.

LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

\_\_\_\_\_. **O racismo explicado aos meus filhos**. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

MAIO, Marcos Chor. O projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 14, nº41, 1999.

MARTINS, Agenor de Sousa *et al.* **Piauí**: evolução, realidade e desenvolvimento. 2.ed. Teresina: Fundação CEPRO, 2002. (ISBN 85-88294-03-6).

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Tradução de Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. 2.ed. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1977.

MONTERO, Paula. Diversidade cultural: inclusão, exclusão e sincretismo. In: DAYRELL, Juarez (org.). **Múltiplos olhares sobre a educação e cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p 39-61.

MOTT, Luiz. **Piauí Colonial**: população, economia e sociedade. 2.ed. Teresina: AL; FUNDAC; DETRAN, 2010. 200p. (Coleção Grandes Textos – vol. 8)

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação, em 05/11/2003 e publicada em cadernos **PENESB** – Programa de Educação sobre o negro na sociedade brasileira, Rio de Janeiro, nº 5, pp.15-23.

\_\_\_\_\_ (organizador). **Superando o racismo na escola**. 2ªed. Revisada. Brasília: Ministério da Educação, secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

\_\_\_\_\_ MUNANGA e SANTOS. **Cem anos e mais de bibliografia sobre o negro Brasil**. Disponível em <<http://www.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questao-racial/afrobrasileiros-e-suas-lutas/1339-cem-anos-e-mais-de-bibliografia-sobre-negro-no-brasil>> acessado em novembro/2011.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Prefácio à edição nigeriana de Wole Soyinka; prefácio de Florestan Fernandes. (Coleção Estudos Brasileiros). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Francisca. Educação e raça: assumindo a polêmica. In: **Linguagens, educação e sociedade**: revista do mestrado em educação da UFPI - nº4, 1999: Teresina: EDUFPI, 1999, p. 27-33.

NASCIMENTO, Nilton. Libertar a alma negra do Brasil  
<<http://oglobo.globo.com/opiniao/mat/2011/05/12/libertar-alma-negra-do-brasil-924446991.asp>> acessado em 29/05/2011.

NATIVIDADE, M. R.; COUTINHO, M. C.; ZANELLA, A. V. Desenho da pesquisa com crianças: análise na perspectiva histórico-cultural. In: **Contextos Clínicos**, 1(1): 9-18, jan – jun, 2008. Disponível em <[www.contextosclinicos.unisinos.br/pdf/41.pdf](http://www.contextosclinicos.unisinos.br/pdf/41.pdf)> Acesso em 28/10/2011.

NOMES AFRICANOS. Disponível em <<http://www.nomesafricanos.xpg.com.br/>> Acesso em 21/09/2011.

O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia; Editora FGV, 2002, p.13-42.

OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcance e limite. In: **Estudos Avançados** 18 (50), 2004, p. 57-60.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade**: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Paralelo 15, 2006.

Parque Serra da Capivara. Disponível <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/meio-ambiente-parques-nacionais-brasileiros/parque-nacional-da-serra-da-capivara.php>> acesso em 05/05/2012.

RICHARDSON, Robert Jarry et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3ª ed. 12ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

RISÉRIO, Antonio. **A utopia brasileira e os movimentos negros**. São Paulo: Ed. 34, 2007.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Pedagogia da diferença: a tradição oral africana como subsídio para a prática pedagógica brasileira**. Belo Horizonte: Nandyala, 2009 ( Coleção Repensando África, v. 2)

RODRIGUES, Maria do Rosário de Fátima Biserra. **Socializando para ser negro: os embates da família, da escola e do adolescente**. Teresina: FUNDAC, 2007, 200p.

SANTOS, Antonia de Lourdes dos; MUNANGA, Kabengele. **Cem anos e mais bibliografia sobre o negro no Brasil**. (obra revisada, corrigida e ampliada – classificação por assunto). São Paulo: USP; Fundação Cultural Palmares, 2002.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Quilombos: modos e significados**. Saco/ Curtume – São João do Piauí. (s/d)

SANTOS, Boaventura Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Gilberto Lima dos. Ser quilombola: representações sociais de habitantes de uma comunidade negra. In: **Estudos de Psicologia**: Campinas: 24(3) 353-361, julho-setembro, 2007.

SANTOS, Jocélio Teles. **O poder da cultura e a cultura no poder: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2005.

SAWAIA, Bader (org). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SHOR, Ira; FREIRE, Paulo. **Medo e ousadia – o cotidiano do professor**. Tradução de Adriana Lopez; revisão técnica de Lólio Lourenço de Oliveira. (Coleção Educação e Comunicação, v.18). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SILVA, Eduardo; REIS, João José. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SILVA, Elizete Dias da. Mulher afrodescendente: trajetória de êxito. **Diário do Povo do Piauí**, Teresina - PI, p. 2, 05 mar. 2011.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto. (Orgs). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

SILVA, Waldinar Alves da. A flecha, o barco, o tambor: o multiculturalismo nas letras de Chico César. In: GOMES, Ana Beatriz Sousa; CUNHA JR., H. (Orgs.) **Educação e afrodescendência no Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 2008 p.196-217.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença**: e se o outro não estivesse aí? Tradução, Giane Lessa. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TAVARES, Ildásio. **Nossos colonizadores africanos**: presença e tradição negra na Bahia. 2. ed. (Prefácio de Muniz Sodré). Salvador: EDUFBA, 2009.

**APÊNDICES**

**APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre Esclarecido**

Universidade Federal do Piauí  
Centro de Ciências da Educação  
Mestrado em Educação

Linha de pesquisa: Educação Movimentos Sociais e Políticas Públicas

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO**

PROJETO: POVO BOM DA CANCELA- IDENTIDADE E AFRODESCENDÊNCIA: O QUE A ESCOLA TEM COM ISSO?

RESPONSÁVEL: Prof. Dr. Francis Musa Boakari

ASSISTENTE: Ir. Elizete Dias da Silva

INSTITUIÇÃO: UFPI – Teresina – Piauí

Telefones: (86) 3222-9722 / 3235-6630

Você está sendo convidada/o a participar, como voluntária/o de uma pesquisa científica de cunho qualitativo. Sua decisão não lhe trará qualquer prejuízo; use o tempo necessário para fazer sua escolha. Por favor, leia com atenção o que segue e, qualquer dúvida, pergunte à responsável pela pesquisa, que lhe esclarecerá com prazer. Após os esclarecimentos, se concordar participar como voluntária/o, assine em duas vias a ficha que se encontra ao final deste documento. Uma via ficará com você e a outra será entregue à pesquisadora.

A pesquisa investiga as experiências de vida das/os moradoras/es da Comunidade Cancela e quer saber quais as concepções etnicorraciais dos seus moradores, o que eles/elas contam a respeito dos seus antepassados, como interação entre si e com outras pessoas; o que e como é transmitido o conteúdo sobre seus antepassados, como acontece a educação no tocante às relações etnicorraciais. A expectativa é que a entrevista seja breve, garantindo que esta pode ser interrompida a qualquer tempo. Para garantir fidelidade ao que for dito, a entrevista será gravada. Caso você não concorde, usaremos outra técnica de registro das informações que serão dadas. O importante para a pesquisadora é registrar fielmente o que lhe for dito, respeitando a pessoa entrevistada. Todas as medidas serão tomadas para garantir a segurança das pessoas participantes durante a entrevista.

As contribuições desta pesquisa se darão numa maior compreensão da realidade sobre os afrodescendentes no Brasil, especialmente no campo educacional, social, das políticas públicas, bem como refletir sobre as comunidades historicamente marginalizadas e excluídas. Esperamos ainda que seja de ajuda à comunidade Cancela para se fortalecer como tal.

Se você concordar em participar desta Pesquisa, seu nome e identidade não serão divulgados; a menos que por força de lei seja requerido ou por sua solicitação, somente a equipe da pesquisa terá acesso às suas informações.

### CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, \_\_\_\_\_ RG n° \_\_\_\_\_, abaixo assinado, CONCORDO EM PARTICIPAR do estudo POVO BOM DA CANCELADA: UMA COMUNIDADE RURAL BRASILEIRA. Tenho pleno conhecimento das informações que li sobre o estudo; esclareci minhas dúvidas e ficaram claros para mim quais os propósitos, objetivos, procedimentos e garantias de confidencialidade. Ficou claro que minha participação é uma decisão livre, isenta de quaisquer despesas diretas e que posso retirar meu consentimento a qualquer tempo sem qualquer prejuízo ou penalidades.

Teresina, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.

Assinatura da/o Participante: \_\_\_\_\_

#### TESTEMUNHAS:

**Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceitei da/o participante em colaborar com o estudo.**

Nome \_\_\_\_\_ RG n° \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ RG n° \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito de pesquisa ou representante legal para a participação nesta pesquisa.

Teresina, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011

-----  
Assinatura do pesquisador responsável

**Observações complementares** Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato: Comitê de Ética em Pesquisa – UFPI - Campus Universitário Ministro Petrônio Portella - Bairro Ininga - Centro de Convivência L09 e 10 - CEP: 64.049-550 - Teresina – PI tel.: (86) 3215-5734 - email: [cep.ufpi@ufpi.br](mailto:cep.ufpi@ufpi.br) web: [www.ufpi.br/cep](http://www.ufpi.br/cep).

**APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Menores de 18 Anos)**

Universidade Federal do Piauí  
Centro de Ciências da Educação  
Mestrado em Educação

Linha de pesquisa: Educação Movimentos Sociais e Políticas Públicas

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO  
(MENORES DE 18 ANOS)**

**Estudo:** Povo Bom da Cancela–Identidade e Afrodescendência: o que a escola tem com isso?

**Responsável:** prof. Doutor Francis Musa Boakari

**Assistente:** Elizete Dias da Silva

Telefones: (86) 3222-9722 / 3235-6630

Seu sua filho(a) está sendo convidado(a) para participar desta pesquisa acima citado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será importante para nós.

A pesquisa investiga as experiência de vida das/os moradoras/es da Comunidade Cancela e quer saber quais as concepções etnicorraciais dos seus moradores, o que eles/elas contam a respeito dos seus antepassados, como interagem entre si e com outras pessoas; o que e como é transmitido o conteúdo sobre seus antepassados, como acontece a educação no tocante às relações etnicorraciais. A expectativa é que a entrevista seja breve, garantindo que esta pode ser interrompida a qualquer tempo. Para garantir fidelidade ao que for dito, a entrevista será gravada. Caso você não concorde, usaremos outra técnica de registro das informações que serão dadas. O importante para a pesquisadora é registrar fielmente o que lhe for dito, respeitando a pessoa entrevistada. Todas as medidas serão tomadas para garantir a segurança das pessoas participantes durante a entrevista.

As contribuições desta pesquisa se darão numa maior compreensão da realidade sobre os afrodescendentes no Brasil, especialmente no campo educacional, social, das políticas públicas, bem como refletir sobre as comunidades historicamente marginalizadas e excluídas. Esperamos ainda que seja de ajuda à comunidade Cancela para se fortalecer como tal.

Se você concordar com a participação do(a) filho(a) nesta pesquisa, assine em duas vias este documento. Você ficará com uma via e a outra deverá ser entregue à pesquisadora. Seu nome e o do(a) seu filho(a) e identidade não serão divulgados, a menos que por força de lei seja requerido ou por sua solicitação; somente a equipe da pesquisa terá acesso às suas informações.

## CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DE MENORES DE 18 ANOS EM PESQUISA

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, abaixo assinado (a) concordo de livre e espontânea vontade que meu (minha) filho(a) \_\_\_\_\_ nascido em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_, participe da pesquisa “Povo Bom da Cancela: uma Comunidade Rural Brasileira” e esclareço que obtive todas as informações necessárias.

Estou ciente que:

- 1) Tenho liberdade de desistir ou interromper a colaboração nesta pesquisa no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação;
- 2) A desistência não causará nenhum prejuízo a mim, nem ao(a) meu (minha) filho(a);
- 3) Minha identidade e do(a) meu (minha) filho(a) serão mantidas em sigilo, mas concordo que as informações sejam divulgadas em publicações e eventos científicos;
- 4) As informações obtidas ficarão sob responsabilidade do PPGED da UFPI, sob a guarda do prof. Doutor Francis Musa Boakari, pelo tempo necessário.

Teresina, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

Responsáveis \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Participante: \_\_\_\_\_

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste colaborador (a) e do seu responsável para a participação nesta pesquisa.

Teresina, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2011

-----  
Assinatura do pesquisador responsável

**Observações complementares** Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato: Comitê de Ética em Pesquisa – UFPI - Campus Universitário Ministro Petrônio Portella - Bairro Ininga - Centro de Convivência L09 e 10 - CEP: 64.049-550 - Teresina – PI tel.: (86) 3215-5734 - email: [cep.ufpi@ufpi.br](mailto:cep.ufpi@ufpi.br) web: [www.ufpi.br/cep](http://www.ufpi.br/cep).

### APÊNDICE C – Nomes Africanos

<b>Nome</b>	<b>Significado</b>	<b>Origem</b>	<b>País</b>	<b>Região</b>
Bomani	Um guerreiro	Ngoni	Malawi	África do Sul
Akins	Menino valente	Ioruba	Nigéria	África Ocidental
Eshe	Vitalícia	Suahili	Quênia-Tanzânia	África Oriental
Elimu	Conhecimento	Suahili	Quênia-Tanzânia	África Oriental
Babu	Avô	Suahili	Quênia-Tanzânia	África Oriental
Amadi	Alegria geral	Ibo	Nigéria	África Ocidental
Etana	Forte	Suahili	Quênia-Tanzânia	África Oriental
Adebola	Ela encontrou honra	Ioruba	Nigéria	África Ocidental
Ducha	Pequena	Suahili	Quênia-Tanzânia	África Oriental
Lila	Boa	Suahili	Quênia-Tanzânia	África Oriental
Akwete	Mais velha das gêmeas	GA	Gana	África Ocidental
Pili	A segunda nascida	Suahili	Quênia- Tanzânia	África Oriental
Madiha	Merecedora de elogio	Suahili	Quênia-Tanzânia	África Oriental
Makini	Tranquila e serena	Suahili	Quênia-Tanzânia	África Oriental
Abdalla	Servidor de Deus	Suahili	Quênia-Tanzânia	África Oriental
Mariamamu	Para a Virgem Maria	Suahili	Quênia-Tanzânia	África Oriental
Salima	Segura	Suahili	Quênia- Tanzânia	África Oriental
Munene	Grande, grande	Kikuyu	Quênia	África Oriental
Garai	Tranquilo	Shona	Zimbábue	África do Sul
Jumbe	Um personagem	Suahili	Quênia- Tanzânia	África Oriental
Paki	Testemunha	Xhosa	África do Sul	África do Sul
Petiri	Aqui nós somos	Shona	Zimbábue	África do Sul
Dumisai	Arauto			
Makame	Grau alto, regente	Suahili	Quênia- Tanzânia	África Oriental
Matsimela	Raízes	Sotho	Lesoto	África do Sul
Dada	Mais velho	Suahili	Quênia- Tanzânia	África Oriental

FONTE: <<http://www.nomesafricanos.xpg.com.br/>> Acessado em 21/09/2011. Suarili foi corrigido por Suahili pelo professor Francis Musa Boakari.

ANEXOS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA**  
**Superintendência de Desenvolvimento Rural - SDR**  
**Gerência de Ação Fundiária - GAF**

## DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que o referido ponto de coordenadas E: 761.455,681m e N: 9.447.195,810m esta em terras localizada no lugar denominado Canela, na Gleba Santa Teresa (Terras pertencente a União), Data Malhada Alta, está situado no Município de TERESINA/PI, conforme mapa de localização em anexo.

Teresina (PI), 15 de março de 2012.

*Lúcia Pessoa Queiroz*  
**LUSIA PESSOA QUEIROZ**

Gerente de Ação Fundiária- GAF

Visto:

*Sergio Luiz de Oliveira Vilela*  
**SERGIO LUIZ DE OLIVEIRA VILELA**  
Superintendente SDR/PMT

